



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TAYNÁ CECCON MARTINS

**O PSICÓLOGO COMO POTENCIALIZADOR DO ESPAÇO
PÚBLICO DO CRAS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Londrina
2019

TAYNÁ CECCON MARTINS

**O PSICÓLOGO COMO POTENCIALIZADOR DO ESPAÇO
PÚBLICO DO CRAS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha Psicologia Social e Processos Institucionais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Bianchi Silva

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Martins, Tayná Ceccon.

O psicólogo como potencializador do espaço público do CRAS para a participação popular / Tayná Ceccon Martins. - Londrina, 2019.
159 f.

Orientador: Rafael Bianchi Silva.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Tese. 2. Espaço Público - Tese. 3. CRAS - Tese. 4. Ação Política - Tese.
I. Silva, Rafael Bianchi. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

TAYNÁ CECCON MARTINS

**O PSICÓLOGO COMO POTENCIALIZADOR DO ESPAÇO PÚBLICO
DO CRAS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha Psicologia Social e Processos Institucionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rafael Bianchi Silva
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Fernando Santana de Paiva
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Londrina, 10 de maio de 2019.

Dedico este trabalho à todos aqueles que acreditam que é possível tornar este mundo mais igualitário e humano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à força maior do universo, que é unidade na pluralidade, que está em tudo e em todos, e que me permite ser transformada continuamente.

Agradeço a minha família, especialmente ao meu pai Carlos Sequeira Martins que me apoiou emocional e financeiramente e que cuidou das minhas filhas cachorras enquanto estive fora. Também de forma especial agradeço à minha mãe Rose Cléia Ceccon e seu esposo Adão Mário Roiko que me ajudaram também emocional e financeiramente, que me acolheram em sua casa e que me incentivaram a cada vez ir mais longe. Agradeço às minhas irmãs, Tiáia e Natani, que estiveram segurando minha mão sempre que precisei. Eu não teria conseguido sem vocês.

Agradeço de forma especial à minha amiga Talita Oliveira da Silva que me acolheu em Londrina, me deu abrigo, apoio, abraço, risadas e que sem você eu não teria conseguido. Nada do que eu faça será suficiente para agradecer tudo que fez por mim.

Agradeço ao meu orientador Doutor Rafael Bianchi Silva não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade, por me permitir acreditar que seria possível e por me ensinar tanto e me trazer tantos aprendizados que seria impossível mensurar agora.

Agradeço à banca, professor Doutor Fernando Santana de Paiva e professor Doutor Alexandre Bonetti Lima, pelas contribuições valiosas que enriqueceram a minha pesquisa e que permitiram que eu tivesse um olhar mais crítico para meu objeto de estudo.

Agradeço também a professora Doutora Sonia Mansano que me permitiu enxergar meu trabalho com sensibilidade, que me colocou na posição de artista criador de uma obra e que as aulas foram tão intensas e profundas que ainda ecoam do meu viver e fazer Psicologia.

Agradeço à Secretaria de Assistência Social de Cruzeiro do Oeste que me concedeu

licença do meu trabalho como psicóloga no CRAS para que eu pudesse concluir as disciplinas no mestrado.

Aos colegas do mestrado que dividiram comigo as angústias, as incertezas, as felicidades e conquistas, e que hoje tenho a felicidade de dizer que fiz amigos maravilhosos, dos quais sou orgulhosa e torço imensamente para que sejam cada vez mais incríveis e vitoriosos. Em especial agradeço ao meu amigo Raphael Dutra (drama) que foi a primeira pessoa que conheci nesse mestrado, e que sempre esteve disposto a me ajudar, ouvir e apoiar.

Agradeço às oito psicólogas que se dispuseram a participar das minhas entrevistas e trouxeram contribuições das suas práticas de trabalho no CRAS que enriqueceram a minha pesquisa e ajudaram a responder meu objetivo principal.

Gostaria de agradecer também algumas pessoas que contribuíram para que eu conseguisse chegar até aqui, me oferecendo o suporte emocional necessário e entendendo as minhas escolhas: Siderlei Tarcizo Pinheiro Filho, Viviane Sangalli Capoani, Ana Paula de Araújo Nocko, Lucielly Conceição dos Santos, Maria Giulia Lima Carlessi, Rafaela Garcia Sardi, Flávia Angelo Verceze, Amanda Gaion Pedro, Camila de Araujo Antonio, Gracielly Terziotti de Oliveira.

“Tu és rico e eu sou artista
Sem mim não podes passar
Enquanto eu tiver vigor
Pra ti hei-de trabalhar
Quando no mundo eu me encontrei
Na miséria reduzido
Com ela tenho aprendido
Este pouco que eu cá sei
Sempre pra ti trabalhei
Ainda não fiz outra vista
E hoje sou um socialista
Com o suor de meu braço
Precisas de tudo quanto eu faço
Tu és rico e eu sou artista (...)”

(autor desconhecido – parte de versos que meu avô
João cantava)

Martins, T.C. (2019). *O psicólogo como potencializador do espaço público do CRAS para a participação popular*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). 2019. 160 f. Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2019.

RESUMO

Com a Constituição Federal de 1988 a Assistência Social passou a compor o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência. Com muitas discussões e lutas, grandemente influenciada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, a Política de Assistência Social se efetivou através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em 2004. Foram estabelecidos três eixos de atuação: Proteção social, que se subdivide em básica e especial; Vigilância socioassistencial e Defesa de direitos. Essa pesquisa tem como foco a atuação dos psicólogos no eixo de proteção social básica, nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS de pequeno porte I, pequeno porte II, médio e grande porte em cidades do interior do estado do Paraná. Teve como objetivo compreender a percepção dos psicólogos acerca do seu trabalho tendo como premissa o CRAS como espaço público de participação popular. A abordagem adotada para a pesquisa foi qualitativa e descritiva em Psicologia Social e Institucional, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com oito psicólogas que trabalham no CRAS. O método de análise utilizado foi análise de conteúdo com duas categorias definidas a priori: “CRAS: espaço público de participação popular” e “Formação em Psicologia”, sendo que esta última composta por duas subcategorias que emergiram posteriormente: Clínica: um desejo e Contribuições da graduação para o exercício profissional na Assistência Social. Seguida a essas categorias, observamos posteriormente outra: A prática do psicólogo no CRAS (dividida em duas subcategorias intituladas “Construindo uma prática: campo de incertezas” e “Apagando fogo”). As categorias foram analisadas a partir dos documentos que parametrizam a Política Nacional de Assistência Social e em consonância com os pressupostos teóricos de Hannah Arendt, relacionados ao espaço público, ação política, pluralidade e liberdade. Foi possível perceber através das entrevistas que os psicólogos acreditam que podem potencializar o espaço público do CRAS através da acolhida, da escuta qualificada e principalmente a partir dos espaços coletivos, como oficinas e ações comunitárias. Verificou-se ainda, que consideram que seja também uma das funções do psicólogo aproximar os cidadãos da política, para que possam compreendê-la e ajudar na sua construção, ocupando também os lugares existentes de participação social (como os Conselhos e Conferências de políticas públicas, por exemplo). Contudo, apontaram também que a rotina de trabalho excessiva, principalmente por demandas a benefícios eventuais prejudicam a realização do trabalho, principalmente o acompanhamento das famílias através do PAIF. Esses resultados podem contribuir para melhor entendimento acerca do compromisso social da Psicologia e auxiliar na percepção das possibilidades de atuação dos psicólogos no espaço do CRAS para a construção de uma sociedade mais igualitária e humana.

Palavras-chave: Psicologia. Espaço público. Ação política. CRAS. Compromisso Social.

Martins, T.C. (2019). *O psicólogo como potencializador do espaço público do CRAS para a participação popular*. Dissertation (Master in Psychology). 2019. 160 pp. Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2019.

ABSTRACT

With the 1988 Federal Constitution the Social Assistance reached the Social Security's tripod, together with Health and Social Insurance. With many discussions and fights, greatly influenced by Unique Health System – SUS, the Social Assistance Policy was implemented through the Unique System of Social Assistance – SUAS in 2004. It was set three action pillars: Social Protection, subdivided in basic and special, Social-assistance Surveillance and Rights Defense. This research has focus on psychologists' performances at the basic social protection pillar, in the small size I, small size II, medium and large size of Reference Centers of Social Assistance – CRAS in countryside villages in the state of Paraná. It had as objective, understand the psychologists' perception about their work using CRAS as public space of popular participation as premise. The adopted approach for the research was qualitative and descriptive in Social and Institutional Psychology, performed by semi-structured interviews with eight psychologists that work in CRAS. The analysis method used was the content analysis with two defined categories a priori: “CRAS: public space of popular participation” and “Qualification in Psychology”, and the last one was compound by two subcategories that came up later: “Clinic: a desire” and “Graduation course contributions for the professional practice in Social Assistance”. Following these categories, we subsequently looked another: “The psychologist practice in CRAS” (divided in two subcategories entitled “Building a practice: uncertainties field” and “Extinguishing the fire”). The categories were analyzed from documents that parameterize the Social Assistance National Policy and in accordance with the theoretical assumptions of Hannah Arendt, related to the public space, political action, plurality and liberty. It was possible to notice through the interviews that the psychologists believe that they can enhance the CRAS public space through the welcome, the qualified listening and mainly from the collective spaces, as workshops and community actions. It was verified too, that they also consider one of the psychologist's duties bring the citizens closer to the politics, so they will can understand and help it in its development, occupying the current places of social participation (like Councils and Public Policy Conferences). However, they also pointed that the excessive work routine, mostly by demands for eventual benefits, harms the work performance, mainly the families' follow-up by PAIF. These results can add to a better understanding about the social commitment of Psychology and help the perception of the psychologists' actions possibilities in CRAS, space for the development of a more equal and human society.

Key-words: Psychology. Public Space. Political Action. CRAS. Social Commitment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CLS	Comissões Locais de Saúde
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOS	Lei Orgânica de Saúde
MEC	Ministério da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
NOB	Norma Operacional Básica
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
ONGS	Organizações Não-Governamentais
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PT	Partido dos Trabalhadores
RMA	Relatório Mensal de Atendimento
SABs	Sociedade Amigos do Bairro
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSF	Trabalho Social com Famílias

UEM Universidade Estadual de Maringá
UEL Universidade Estadual de Londrina
UFPR Universidade Federal do Paraná
UNICENTRO Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CAMINHOS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	21
3	ESPAÇO PÚBLICO E AÇÃO POLÍTICA: UMA COMPREENSÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT.....	45
3.1	O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO.....	58
4	O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CRAS	70
5	PERCURSO METODOLÓGICO.....	90
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	97
6.1	FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA	97
6.1.1	Clínica: Um Desejo.....	98
6.1.2	Contribuições Da Graduação Para o Exercício Profissional na Assistência Social	104
6.2	A PRÁTICA DO PSICÓLOGO NO CRAS.....	111
6.2.1	Construindo uma Prática: Campo de Incertezas	111
6.2.2	Apagando Fogo.....	118
6.3	CRAS: ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	121
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
	REFERÊNCIAS	144
	APÊNDICES	156
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	157
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	158

1 INTRODUÇÃO

O interesse por esta pesquisa surgiu devido ao trabalho de seis anos realizado em um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS em um município no interior do Paraná. No dia a dia do trabalho, seguindo as orientações da própria política pública com base nos documentos que a parametrizam, fui percebendo que a Psicologia enquanto ciência poderia ocupar um papel mais efetivo de transformação social, que as ações desenvolvidas até mesmo nos atendimentos particulares tinham impactos na comunidade e na sociedade e que esse coletivo, de modo geral, poderia ter voz e ajudar na co-criação de uma sociedade mais igualitária.

Conclui o curso de Psicologia em 2010 com uma formação que propiciou reflexões acerca do compromisso social da profissão. Escolhi dentre as ênfases curriculares ofertadas pela instituição a perspectiva da “Prevenção e Promoção da Saúde” em que pude aprofundar meus estudos na área de políticas públicas, o que contribuiu para meu trabalho futuro no CRAS. Foi nesse espaço de formação inicial que entrei em contato com noções como a de trabalho em rede, atuação interdisciplinar, intervenção em grupos, além do desenvolvimento de um olhar preventivo e proativo na atuação.

Em 2016, finalizei a graduação em Direito na qual pude me aprofundar na compreensão sobre os direitos humanos e fundamentais e as formas e sistemas de governo. Tive contato com a autora Hannah Arendt quando na etapa de construção de meu trabalho de conclusão de curso no qual realizei um estudo dos espaços de participação social na democracia contemporânea com base nela.

Tem uma frase de Glauber Rocha¹ que ao mesmo tempo em que me traz questionamentos me traz também esperança: “O sonho é o único direito que não se pode proibir”. A escolha sugestiva dessa frase se deu porque nossa sociedade está vivendo momentos de abalos diretos nas suas estruturas democráticas, mesmo que recentemente restaurada com a Constituição de 1988, e que vem perdurando, ainda que duramente tensionada, até os dias atuais.

Ainda que impeçam os sujeitos de se expressarem livremente, seus acessos às condições mínimas de existência, aos direitos trabalhistas conquistados, ao reconhecimento das minorias, das pequenas e importantes vozes regionais, locais, pontuais, de negros, índios, mulheres e homossexuais, nunca poderão impedir o direito de sonhar, de acreditar, de ter esperança que todos sejam, quem sabe, em breve, reconhecidos como iguais enquanto cidadãos que também merecem o mundo (ainda que plurais nas suas existências singulares).

Em meio à presença do medo, face a violência vivida, aos preconceitos que emergiram por discursos autoritários, que orientaram e orientam a grande massa para os desejos de pequenos grupos nos projetos de poder que tentam solapar o que temos que mais humano e verdadeiro, é que trago a discussão sobre as possibilidades da ação política e liberdade no contexto do CRAS. Desta feita, o objetivo do presente estudo é compreender a percepção dos psicólogos acerca do seu trabalho tendo como premissa o CRAS como espaço público de participação popular, sendo que esta, nos limites deste trabalho, é entendida enquanto sinônimo de participação política.

A grande demanda presente no serviço associada a estruturas macrossociais que atravessavam e ainda atravessam os trabalhos dos técnicos, bem como rotinas e burocracias, impacta a atuação profissional, principalmente nas atividades coletivas (oficinas e ações

¹ Glauber de Andrade Rocha (1939-1981) foi um cineasta, ator e escritor brasileiro. Seis anos após apresentar seu manifesto “A estética da fome” na Itália, apresentou em Nova Iorque o manifesto “A estética do sonho” em 1971, na qual está a frase disparadora desta introdução.

comunitárias) e com isso, os resultados (quando observáveis) acabam por ser morosos e, por vezes, desestimulantes quanto ao sentido do próprio trabalho. Todavia, mesmo com esses entraves institucionais na execução do serviço, acredito que o psicólogo ao se perceber como ser político, pode propiciar um acolhimento efetivo das demandas advindas, contribuindo com as mudanças sociais e atuando na perspectiva desse “sonho” que Glauber falou.

Entendo que ouvir como esses psicólogos desenvolvem o seu trabalho no CRAS no sentido de potencializá-lo para a participação popular é poder juntamente com eles compreender como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) vem se estruturando e quais os desafios ainda presentes.

Esta pesquisa de mestrado se propôs a pensar a Psicologia voltada ao seu compromisso social em relação ao coletivo e às mudanças sociais efetivas que podem ser realizadas quando o profissional está em contato com as comunidades, os territórios e as famílias que fazem parte da PNAS. Por isso, foi importante ouvir os psicólogos que trabalham no CRAS e como eles percebem a participação popular na operacionalização da política.

A Política Nacional de Assistência Social, materializada através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ainda é relativamente recente na democracia brasileira. Com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passou a compor o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência. Para que a Assistência Social fosse realmente efetivada como um direito de todos, de acesso universal e não contributivo, atendendo a quem dela precisar, foi criada, em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Em 1997, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Norma Operacional Básica (NOB/97) que definiu os níveis de gestão da proteção social, mas sem estabelecer os procedimentos de financiamento. Já em 1998, a CNAS aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/98) que detalhou as funções da Assistência Social que

foram previstas na LOAS. Também nesse ano foi aprovada a NOB/98 que definiu as estratégias, princípios e diretrizes para operacionalizar a política (Stopa, 2012).

Em 2003, aconteceu a IV Conferência Nacional de Assistência Social que permitiu o delineamento de discussões para o ano seguinte com o intuito de construir o Sistema Único de Assistência Social. A PNAS de 2004 foi essencial para garantir a Assistência Social como política pública fundamentando e definindo as funções para a implementação do SUAS (Stopa, 2012). Assim, com a alteração da LOAS pela aprovação da Lei 12.345 em 06 de julho de 2011, o SUAS é garantido sendo a gestão da política assistencial materializada através dele de modo descentralizado e participativo entre os três entes federados.

Esses processos de previsão constitucional da política e implementação da mesma evidenciam que não ocorreram de imediato. Diversas foram as discussões e conquistas que precisaram ser realizadas para que o SUAS fosse efetivado. Ainda, no exercício do trabalho profissional no SUAS é possível identificar que há uma construção diária dos saberes e técnicas a serem utilizados para que todos possam ter os seus acessos a direitos. É no exercício da prática que os desafios surgem, as demandas aparecem e as novas significações são possíveis. A partir do que foi delineado enquanto direito a ser consolidado na PNAS, a NOB-SUAS apresenta três eixos de atuação: a) o eixo da Proteção Social; b) o eixo da Vigilância Socioassistencial e c) o eixo da Defesa de Direitos (Brasil, 2005).

O primeiro eixo é subdividido em proteção básica e proteção especial. A primeira atua na prevenção dos indivíduos a riscos sociais e a privação das necessidades básicas, em que os vínculos familiares não foram rompidos, prevenindo as situações de riscos através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalecendo os vínculos da família e sociedade. Já a proteção especial destina-se ao atendimento de famílias e indivíduos que estejam em situação de risco social e pessoal, por ocorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de

rua, dentre outras situações de violação de direito. O segundo eixo, a vigilância socioassistencial corresponde à produção, sistematização e análise das situações de risco e vulnerabilidade da família e seus indivíduos no território. E, por fim, o eixo da defesa de direitos se efetiva quando se garante o acesso aos serviços socioassistenciais de forma igualitária, favorecendo a autonomia e o protagonismo das famílias e indivíduos.

Dentre os eixos acima apresentados, destacamos que nessa pesquisa nos debruçamos sobre a proteção social básica, mais especificamente o trabalho desenvolvido pelos técnicos psi ao executar, no âmbito do CRAS, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), serviço esse que tem como objetivo acompanhar as famílias e indivíduos com foco na prevenção e a garantia no acesso aos direitos. A pesquisa foi realizada a partir de um recorte que inclui perspectivas da Psicologia Social, de Filosofia Política e da Sociologia, utilizando como suporte teórico as contribuições de autores como Hannah Arendt, Richard Sennett e Zygmunt Bauman. A partir das teorias foi possível identificar os conceitos de espaço público e espaço privado, liberdade e agir político. Também foram analisados os documentos de orientações aos trabalhos dos técnicos do CRAS desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Pode-se compreender o papel do cidadão como ser ativo na manutenção e fortalecimento da política e a partir desta, a defesa e garantia das liberdades individuais e coletivas nos trabalhos desenvolvidos por Hannah Arendt. Consideramos que ao trazer a autora para a discussão acerca da participação popular na democracia contemporânea, nos aproximamos do entendimento de que o homem é resultado de sua ação no mundo e esta ação encontra-se atrelada de modo inalienável à dimensão política.

É a partir desta ação política que os homens podem aprender a lidar com o que passou e a se reconciliar com o que inevitavelmente existe. Para Arendt (2007, p. 15) “a ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da

matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo”. É a ação que permite o homem se reconhecer como ser social.

Todos os aspectos da condição humana relacionam-se com a política, contudo, a pluralidade é a condição de toda a vida política. A autora afirma que “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (Arendt, 2007, p. 16). Esse movimento do novo surge a partir do que já está acontecendo, e nesse viés a lei tem um papel importante que confere estabilidade à vida.

É por meio da ação que se transcende a massificação e que pode pensar e problematizar a realidade, a fim de conferir uma transformação da própria existência. Nesse sentido, faz-se importante compreender o CRAS como um espaço público para o exercício da cidadania na democracia contemporânea e, pautado nos conceitos de Hannah Arendt, entender suas fragilidades e potencialidades.

Ainda, como objetivos específicos da pesquisa temos: analisar de forma comparativa as ações desenvolvidas pelos psicólogos, referentes à participação popular, em diferentes tipos de municípios descritos pela política e, traçar a influência do processo de formação/graduação em Psicologia para o desenvolvimento do trabalho social no CRAS.

Entendendo o percurso recente da política, justifica-se a importância da discussão deste trabalho na busca de compreender a atuação do psicólogo para o desenvolvimento da política, caminhando no sentido de que tal prática implica ação e não mera reprodução de orientações de cadernos metodológicos. Em meio às discussões democráticas, de acesso a direitos, não se pode pensar em uma Psicologia neutra e asséptica, já que esta pode contribuir com a transformação efetiva da realidade social. Nestes tempos de resistência, enquanto psicólogos, podemos, através dos nossos pressupostos teóricos e metodológicos, contribuir na

construção de uma sociedade mais igualitária e humana, de modo a que as diversas vozes presentes no contexto social possam ser ouvidas e compartilhem do espaço público disponível, buscando o bem-comum.

Inicialmente, para o desenvolvimento deste trabalho buscamos identificar a existência de pesquisas que concebem o CRAS como espaço público de participação popular. Nessa busca foram encontradas algumas pesquisas já realizadas que apontam para a investigação sobre o trabalho dos psicólogos no contexto do CRAS.

Araújo (2014), em sua dissertação de mestrado defendida no Instituto de Psicologia da USP, analisa a atuação do psicólogo do CRAS e o enfrentamento das situações de vulnerabilidades. Outra pesquisa foi a realizada por Silva (2015), defendida na Universidade Federal do Paraná (UFPR), que estudou a imagem que os psicólogos têm de si e da prática que desenvolvem no CRAS a partir de seus discursos.

Quanto à participação popular nas políticas públicas, os estudos se destinam a compreender o papel do cidadão no controle social, principalmente na participação dos conselhos. Faria, Witt e Soratto (2010), por exemplo, observaram que a institucionalização dos espaços participativos não garante a participação popular e o controle social em saúde. Para eles, o diálogo é fundamental para a busca de outros caminhos para o SUS.

Domitrovic, Araújo e Quintanilha (2013) apontaram que o psicólogo é um profissional de grande importância nesse processo de mediação no controle social, pois pode promover a circulação das trocas de saberes e a participação social. Já Buhler (2016) realizou uma análise crítica das práticas desenvolvidas pelos conselhos de saúde, no qual afirma que em sua maioria se alinham à manutenção do Estado em vez de representar as necessidades do cidadão, contudo aponta que o controle social ainda está em formação, e dele podem resultar diferentes situações.

Em relação aos espaços públicos, foram identificadas, em especial, pesquisas voltadas para a área da saúde. Un, Silva e Reis (2014) demonstraram em sua pesquisa que as salas de espera dos Centros de Saúde podem se configurar como espaços públicos, pois nelas são visualizadas trocas de saberes que são potência a conscientização e o exercício da cidadania. Já Dallari e Oliveira (2015) estudaram as Comissões Locais de Saúde (CLS) e verificaram que elas podem se constituir como espaços públicos de ampliação da democracia.

No que diz respeito a essa dissertação buscamos compreender o trabalho do psicólogo no espaço do CRAS, entendendo este como espaço público que pode oferecer condições para que aconteça a participação popular. Para tanto, ela está organizada em sete seções, dentre elas, introdução e considerações finais e cinco seções temáticas.

Na segunda seção do trabalho, partindo da perspectiva macrossocial, será apresentado o caminho de formação da participação popular na democracia brasileira que perpassa pela Constituição de 1988. Também será relacionada a proposta do SUAS, com a questão da participação popular e apresentados quem são os sujeitos atendidos pela política.

A terceira seção discorrerá sobre o espaço público, suas potencialidades, suas vulnerabilidades, o espaço privado, a esfera social a ação política e liberdade, o labor e a fabricação, a partir da perspectiva de Hannah Arendt, Richard Sennett e Zygmunt Bauman. Também apresentaremos a relação do conceito de espaço público com o CRAS, tendo por base os documentos que parametrizam a Política de Assistência Social.

A quarta seção discorrerá sobre o trabalho do psicólogo no CRAS, as implicações da sua prática, desafios e possibilidades e também apontaremos questões sobre o compromisso social da profissão, contextualizando sua inserção nesta política pública.

A quinta seção apresentará o percurso metodológico da pesquisa aqui realizada. De forma sintética, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito psicólogas atuantes em CRAS de porte pequeno I e porte pequeno II, médio e grande porte em cidades do interior

do Paraná. A coleta de dados ocorreu a partir da técnica bola de neve e foi concluída por saturação das amostras. As entrevistas foram analisadas a partir da análise de conteúdos conforme proposto por Bardin (1997).

A sexta seção apresentará os resultados e discussão das categorias que emergiram a partir das entrevistas realizadas e que foram compreendidas a partir da perspectiva teórica estudada e os documentos da Política de Assistência Social.

2 CAMINHOS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para compreender a dimensão democrática brasileira é necessário discorrer brevemente sobre alguns embasamentos históricos que a constituiu, principalmente em relação à participação popular no espaço público para o fazer política. Esse caminho de constantes entraves para uma política mais democrática foi o que culminou na Constituição Federal de 1988 e, a partir dela, novas discussões foram possíveis, permitindo inclusive a criação do SUAS.

Conforme afirmam Behring e Boschetti (2011, p.64), “o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e de pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado”.

Gomes (2005), por sua vez, explicita que não há um consenso em relação aos modelos de democracia em que cada um percebe a necessidade da participação política. O sujeito dessa participação política seria o público, a cidadania e a esfera civil. Alguns modelos entendem que basta que o sujeito político tenha a possibilidade de eleger seus candidatos e seja politicamente bem informado, outros entendem que é preciso que a esfera civil delibere diretamente nas políticas adotadas pelo Estado.

Nesta pesquisa, tomo como ponto de partida os conceitos de participação popular e participação política como sinônimos, no entendimento de que as organizações da sociedade civil na interlocução com o Estado para a busca do exercício da cidadania e a efetivação dos direitos sociais abarcam os anseios populares com atuação política. Desse modo, ao estudar a Política de Assistência Social no Brasil, cabe observar a partir de qual concepção de pobreza ela foi concebida e materializada e como isso implicou no acesso dos cidadãos aos seus direitos.

Ainda no período colonial, a Assistência Social no Brasil se iniciou como práticas voltadas à caridade sob a égide do princípio cristão de ajuda aos pobres com a criação das Santas Casas de Misericórdia na vila de Santos (em 1543) e em São Paulo (1560). A pobreza era considerada um problema do indivíduo e foi se naturalizando na sociedade em função da suposta incapacidade dessas pessoas de alcançarem sua autonomia e dignidade, naturalizando-se também a relação hierárquica de quem dá e de quem recebe a ajuda (Koga, 2006).

Essa percepção da pobreza, enquanto uma dimensão individual, oferece as bases para as práticas assistencialistas que vigoraram durante séculos no Brasil. Percebia-se a pobreza como algo a que o indivíduo estava fadado e por causa de sua estagnação diante da vida não conseguia romper com os ciclos de miséria. Assim, fortalecia a filantropia e as práticas de caridade o que as fez perdurar por anos, sendo ainda hoje uma visão difícil de ser modificada, apesar dos inúmeros esforços das diferentes políticas públicas.

Behring e Boschetti (2011) pontuam que embora no Brasil tivesse toda uma questão social séria em relação à escravidão, não houve na época uma organização da sociedade civil para reivindicar direitos sociais. Somente a partir da primeira década do século XX é que houve as primeiras iniciativas de legislação trabalhista e as primeiras lutas dos trabalhadores, principalmente na Era Vargas, a partir de 1930, em que sua figura era intitulada “pai dos pobres”.

A primeira Constituição Federal do Brasil entrou em vigor em 1891, distribuindo os poderes que antes eram concentrados na figura do Imperador para os estados e a União, evidenciando a característica da descentralização do poder já no início da república. Neste período até 1930, os estados foram conquistando mais autonomia, principalmente aqueles com maior concentração econômica (São Paulo e Minas Gerais). O sufrágio nesse período era censitário, exercido por homens e proprietários e controlado pelas oligarquias locais (Franzese, 2006).

Na passagem para o século XX foi reconhecido o direito de organização sindical no Brasil e com isso, formaram-se os primeiros sindicatos que se iniciaram na área rural (1903) e depois os dos trabalhadores urbanos, a partir de 1907. Já no período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais houve uma ampliação das práticas estatais intervencionistas, muito embora não tenha havido uma forte expansão das políticas sociais. Seguido a isso, tem-se o surgimento do *Welfare State* que se originou na Inglaterra e em sua tradução designa o Estado de Bem-estar Social. Segundo Behring e Boschetti (2011, p.104).

A Revolução Russa de 1917 também teve repercussões importantes, influenciando a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, que por muito tempo foi a maior e principal organização partidária de esquerda no país. Naquele ano, também se realizou a importante Semana de Arte Moderna, promovida por uma vanguarda artística e cultural em parte preocupada com um projeto de nação, a exemplo de Oswald e Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e outros.

Também Franzese (2006) aponta que a revolução de 1930 a qual levou Getúlio Vargas ao governo trouxe um período de forte centralização do poder no Estado, em que este se relacionava com a sociedade civil através de um forte corporativismo, o qual pôde dominar os trabalhadores sindicais através de instrumentos legais, dentre diversas legislações trabalhistas e sindicais que foram promulgadas nesse período.

A consolidação de um sistema cujo pilar de sustentação era a garantia de alguns direitos aos trabalhadores urbanos fez das políticas sociais instrumentos de controle e segregação da população. Controle, pois, por um lado, elas deveriam mediar e regular os conflitos sociais entendidos como desvios da ordem. Segregação, porque, por outro lado, apenas o trabalho urbano das indústrias e o funcionalismo público eram profissões regulamentadas pelo governo e só estes trabalhadores eram considerados cidadãos, enquanto todos os demais estavam excluídos do sistema de proteção social (Maranhão & Teixeira, 2006, p.109).

As cidades foram crescendo desordenadamente, e alguns setores urbanos de áreas mais precárias começaram a se articular para ter acesso aos serviços públicos, também nesse mesmo período surgiram as sociedades amigos do bairro (SABs) que também estiveram marcadas por práticas clientelistas, característica essa de diversas organizações populares até meados dos anos 1970 (Maranhão & Teixeira, 2006).

Antes disso, aconteceu nos anos 1940 a primeira conferência nacional de saúde ainda no governo de Getúlio Vargas (Avritzer, 2012) e na década seguinte, observa-se participação de cidadãos escolhidos pelo governo entre entidades e personalidades no Conselho Nacional de Saúde (Mateos, 2011).

Entre os anos 50 e 60, organizam-se as Ligas Camponesas como resposta ao aumento da violência no campo, as reivindicações por reformas de base e a ampliação do movimento sindical com a criação de uniões sindicais, como a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962, que tinham o objetivo de articular a ação dos sindicatos (Maranhão & Teixeira, 2006, p. 110).

Embora o Brasil estivesse em seu início democrático, se organizando enquanto república, principalmente posteriormente a Era Vargas e vivenciando os efeitos econômicos e políticos decorrentes da segunda guerra mundial, as crises internas e externas o levaram, na década de 1960 a uma ditadura militar que voltou a centralização do poder e afastou a sociedade civil das deliberações políticas.

A ditadura militar foi marcada pela grande violência e a repressão aos movimentos sociais e militantes de esquerda, cassando as liberdades civis e políticas, rompendo com qualquer possibilidade de interlocução entre o Estado e esses movimentos sociais. Com esse cenário, eles saíram da atuação dos espaços institucionais e politizaram as práticas cotidianas, ocuparam espaços outrora privados com as questões públicas e com isso pautaram em suas discussões a questão da cidadania, sendo a nova concepção formada utilizada como estratégia política para uma sociedade mais democrática (Maranhão & Teixeira, 2006).

Na década de 1980, houve um grande salto de participação popular, já que o país estava em um período de transição democrática, tendo como um dos exemplos mais significativo o movimento de luta por eleições diretas que teve ampla repercussão e acabou por efetivar o fim do governo militar e a consolidação de uma nova assembleia constituinte (Mateos, 2011).

Como frutos da mobilização social no período da ditadura, tivemos, por exemplo, as fundações do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. Também o movimento de Diretas Já em 1984 é outro marco de compreensão da participação popular brasileira, participação esta que também se fez presente na Constituinte em 1986 e foi com a Constituição Federal de 1988 que se tornou possível organizar a gestão participativa nas políticas sociais (Maranhão & Teixeira, 2006).

Embora haja experiências em conselhos comunitários já nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, não se pode conceber que os conselhos que emergiram após a Constituição Federal de 1988 sejam uma continuação destes, vez que observando as mudanças nas suas funções, houve outra conjuntura política no qual estes se apoiaram e pautaram as práticas de seus protagonistas (Raichelis, 2015).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MTST) é outro importante exemplo de mobilização social no país. Surgiu em meados de 1975 na luta pela reforma agrária, buscando a interface entre o Estado e as políticas públicas, para auxílio nos assentamentos e acampamentos. Além disso, procura estabelecer um projeto para o Brasil, com apoio de outros setores da sociedade (como professores universitários, estudantes, setores da classe média) para o desenvolvimento de uma consciência política que traga condições mais dignas à população brasileira (Maranhão & Teixeira, 2006).

O anseio popular e das organizações da sociedade civil eram de que os direitos fundamentais fossem garantidos na carta maior, ainda era preciso restabelecer a democracia depois de um longo período de ditadura em que os cidadãos tinham uma participação limitada e rara no fazer política.

Segundo Franzese (2006), após a Constituição Federal de 1988 não se pode entender a redemocratização do país por um único viés, pois se por um lado houve a preocupação com o bem-estar social, no sentido de garantir direitos, principalmente relacionados ao tripé da

Seguridade Social e ao incentivo de uma maior participação popular na deliberação das políticas públicas, houve também um caminho político de privatizações e ajustes fiscais e a criação de agências reguladoras dos serviços outrora de responsabilidade de investimento estatal (como o investimento do setor privado em energia elétrica e telecomunicações).

Conforme explicita Miguel (2014), o liberalismo trouxe uma orientação ao ordenamento jurídico que combinasse a autonomia individual com a autonomia coletiva. Entretanto, as democracias liberais contemporâneas apresentam uma difícil convivência entre o preceito da igualdade política formal e a exclusão do processo decisório da maioria dos cidadãos.

Tal perspectiva se cristalizou no Estado Liberal com a ideia de que o bem-estar coletivo é alcançado quando o indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico se junta a uma coletividade. A ideia central é que o mercado precisa agir de forma livre e ilimitada sendo isso o que daria a base de segurança a essa condição de bem-estar. Nesse sentido, o Estado é percebido como um mal necessário do liberalismo, uma vez que o predomínio do mercado como regulador das relações sociais, só pode ocorrer na ausência de sua intervenção (Behring & Boschetti, 2011).

Neste viés houve a necessidade de regular e organizar a participação direta e indireta dos cidadãos no governo e a forma com que os representantes poderiam governar e tomar decisões. No Brasil, a base para essa representação democrática e a participação popular se efetivou com a Constituição de 1988, conforme explicita seu preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Brasil, 2016, p.05).

Observa-se que a ênfase da Constituição é na participação e no pluralismo, conferindo ainda grande autonomia aos partidos políticos. O aumento da participação dos cidadãos na política do país foi um dos elementos mais importantes para a democratização do Brasil.

A descentralização foi um dos elementos que mais avançou na redemocratização do país com previsão constitucional, com base nisso o Brasil é o único ente federativo que trouxe a tríade entre União, estados e município, o que acarretou num fortalecimento dos municípios no processo decisório e de gestão de recursos, bem como na fiscalização e deliberação das políticas públicas, permitindo a eles maior autonomia política, administrativa e financeira (Franzese, 2006).

Ao mesmo tempo em que a descentralização significava para a esquerda democratização, em oposição ao Estado autoritário anterior à Constituinte, para a direita representava um desmonte na estrutura centralizada do Estado de Bem-Estar Social, abrindo caminho para a redução de gastos e para o ajuste fiscal (Franzese, 2006, p.27).

Com a Constituição Federal de 1988, a participação popular na elaboração, acompanhamento e na fiscalização das políticas públicas ganha institucionalidade, vez que há previsão constitucional para a criação de instâncias para este fim (Mateos, 2011). Essa participação direta da população acerca das políticas públicas permitiu um novo olhar sobre o próprio papel do povo no desenvolvimento da política, principalmente relacionado à sua liberdade política demonstrada por meio da sua ação no *locus* social.

Foi com a Constituição que se consagrou o princípio da participação da sociedade civil, com esse processo de construção buscou-se a expansão da cidadania, a busca da democracia, em uma luta contra o regime militar que se findou nos anos 1980. Nesse sentido, houve uma aproximação do Estado e da sociedade civil para uma ação conjunta para o exercício democrático. Assim, segundo Dagnino (2004), houveram esforços para estabelecer espaços públicos comuns, onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade, sendo estes os Conselhos de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos.

Além da abertura e consolidação destes canais de participação em políticas sociais como os conselhos gestores de políticas, a Constituição de 1988 forneceu capacidades financeiras e legais aos municípios, que permitiram que atores locais e governos (especialmente partidos de esquerda, como o recente Partido dos Trabalhadores) criassem experiências participativas locais. O Orçamento Participativo, que ficou amplamente conhecido em todo o mundo a partir da experiência de Porto Alegre, foi uma dessas experiências, entre outras que procuraram democratizar o acesso da população ao orçamento público, abrindo as contas públicas e ampliando a participação cidadã (Maranhão & Teixeira, 2006, p.112).

Ainda foi nesse período que a democracia representativa juntamente com os mecanismos de participação popular se consolidou no Brasil. Nesse contexto, a democracia deve ser exercida tanto pelos representantes eleitos livremente pelo povo como também diretamente pelos cidadãos (Auad, Pedrosa, Martimiano & Tanganelli, 2004). Essa participação direta ocorre a partir da iniciativa de lei que pode ser realizada pelos cidadãos, o que é um grande avanço do Estado Democrático no Brasil. Miguel (2014, p.147) aponta que:

“Ser cidadão” significa tomar posse de um conjunto de direitos e de potencialidade de ação, mas também saber operar dentro do arranjo institucional que garante esses direitos e potencialidades. É um movimento que, ao privilegiar determinadas modalidades de ação política em detrimento de outras, gera diferentes matrizes de efetividade para agentes que estão situados em posições diversas no mundo social e controlam diferentes tipos e quantidades de recursos, ao mesmo tempo modelando a expectativa desses agentes.

Observa-se que o conceito de cidadania vem sofrendo modificações ao longo do tempo. Por exemplo, na Grécia antiga, era considerado cidadão aquele que pertencia à *pólis*. Já no final do século XVII, tem-se a cidadania atrelada à concepção da propriedade, sendo cidadão aquele que tinha liberdade ao direito à propriedade. O conceito moderno de cidadania veio no pós-segunda guerra mundial, atrelado ao conceito de humanidade, afirmando que todos são iguais, havendo uma maior afirmação dos direitos sociais (Longhi & Canton, 2011).

Nas democracias modernas, a cidadania vem sendo compreendida como o vínculo privilegiado entre o social e o político. Hopenhayn (2002) faz uma descrição de como a questão se articula em diferentes perspectivas políticas. Segundo o autor, na linha política

“liberal”, a cidadania é associada aos direitos civis e políticos; na linha social-democrata o conceito é estendido aos direitos econômicos, sociais e culturais e, na linha republicana, o conceito se relaciona ao sentimento de pertença do indivíduo a uma comunidade ou nação.

O ser cidadão, portanto, não pode ser considerado como um conceito estático, sem história e despolitizado, mas sim, percebe-se o seu movimento de constituição de acordo com cada momento em que a sociedade vivencia, quem serão os considerados cidadãos e quem serão aqueles que se encontrarão fora dessa delimitação depende do recorte histórico vivenciado. Portanto, o conceito não é fechado em si mesmo e abarca diversas forças e constituições. Por exemplo, Raichelis (2015, p.180) aponta que no campo da Seguridade Social é presente a ideia de cidadania regulada conforme é possível ver na passagem que segue:

No campo da seguridade social, tal como foi estabelecido pela Constituição, essa lógica apoiou-se no critério do trabalho e não no da cidadania (com exceção parcial dos serviços de saúde), o que significa que a base de referência para as transferências monetárias e de serviços é o *status* ocupacional, ou seja, a *cidadania regulada*, e não a perspectiva universalizadora do acesso incondicional de todos os cidadãos a um conjunto de bens, serviços e rendas considerados básicos para uma vida digna e em patamares civilizados, segundo regras pactuadas socialmente (grifo da autora).

Essa cidadania regulada traz limitações ao indivíduo quanto a sua percepção de sujeito de direitos e acaba segregando com base em critérios, saindo da realidade vivenciada o sentido do princípio da universalidade, colocando-o em abstrato. Com isso, faz-se essencial a difusão da informação na sociedade, já que o acesso a ela e as novas redes de configuração do espaço público influenciam a cidadania no mundo globalizado, porque ampliam o exercício cidadão.

A crescente diferenciação de sujeitos pela sua inserção nos novos processos produtivos, o desenvolvimento das sociedades complexas e a maior visibilidade da “questão das identidades” implicam que a cidadania se enfrenta cada vez mais com a questão da afirmação da diferença e promoção da diversidade (Hopenhayn, 2002, p.07).

Ser cidadão, portanto, nos dias atuais está articulado com as possibilidades de ter acesso aos serviços e programas de políticas públicas, exercer o seu dever de sufrágio, participar da comunidade enquanto ser de direitos sociais e fundamentais, ter seus documentos civis e acesso a uma vida de sobrevivência mínima. Contudo, não podemos limitá-lo a uma única conceituação, haja vista suas dimensões sociais e históricas. Nesse cenário, as políticas públicas exercem um fundamental papel de conseguir dar visibilidade aos que estão à mercê do processo, permitindo o acesso dos cidadãos aos seus direitos e difundindo informação.

Nesse sentido, tanto o SUS quanto o SUAS se apresentam como modos de organização do Estado capazes de viabilizar o acesso dos cidadãos aos seus direitos e articular com outras entidades governamentais ou não governamentais no território para que os sujeitos tenham a visibilidade necessária para se tornarem cidadãos e poderem participar da vida pública.

Para compreender a consolidação do SUAS é necessário analisar brevemente o SUS, pois as bases que trouxeram a consolidação deste serviram de modelo para a implementação daquele. O SUS sustentou-se nos princípios da reforma democrática do Estado nos anos 1980, que resultou em sucesso com a Constituição Federal de 1988. A sua implementação dependeu de diversos esforços do movimento de reforma sanitária brasileira, apoiado por diversas entidades, tanto de profissionais quanto de usuários (Santos, 2006).

Com a Constituição de 1988, foi possível conceber com previsão legal a atenção à saúde como um direito social, garantindo o acesso universal e igualitário aos serviços e programas da área da saúde e o estabelecimento do SUS foi necessário para reverter o perfil de intervenção governamental neste setor. Assim, procurou-se ampliar os níveis de responsabilidade de gestão local e regional para melhorar a eficácia dos gastos públicos e garantir maior ampliação de acesso aos serviços e programas (Silva, 2003).

A consolidação do SUS, através da noção de controle social e também por diferentes sujeitos coletivos que interagem entre si e com o Estado, permitiu uma abertura de espaço para as decisões políticas envolvendo também os usuários. Depois de muitas lutas e negociações, em 1990, foram aprovadas as leis 8080 e 8142 que regulamentaram a oferta dos programas e serviços em saúde (Miotto & Nogueira, 2006).

A instituição dos conselhos na área da saúde ocorreu em dezembro de 1990 com a lei 8.142 sendo eles resultado da convergência de dois movimentos importantes: o sanitarista e o popular da saúde. Trazem em si a característica da partilha do poder, em que a não participação implica em sanção, sendo esta materializada através do bloqueio do envio de recursos federais (Avritzer, 2008).

A lei 8080/90 corresponde à Lei Orgânica de Saúde (LOS) que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços existentes e dá outras providências e a lei 8142/90 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

Nesse cenário, houve uma reconfiguração da cidadania quanto ao acesso à saúde, uma vez que anterior ao estabelecimento do SUS, a cidadania se dividia em de primeira e de segunda classe: a de primeira classe eram dos trabalhadores que tinham acesso à medicina previdenciária e o de segunda classe eram atendidos de forma precária pelas Santas Casas de Misericórdia e pelos raros serviços mantidos pelo Ministério e as Secretarias Estaduais de Saúde. Segundo Miotto e Nogueira (2006):

Além de prever o acesso universal e igualitário como dever do Estado, os determinantes das condições de saúde incorporados no texto constitucional, articulam dois setores: o social e o econômico. Ultrapassam uma visão de direito e política social que tem prevalecido no país de se pensar a distribuição de bens e serviços autonomizada em relação à esfera da produção (p.5-6).

Desse modo, o SUS se apresenta como realidade contrária ao movimento neoliberal de Estado mínimo, a partir de seus três princípios doutrinários - universalidade, equidade e integralidade - sendo o Estado responsável por criar as estruturas necessárias para efetivar que os cidadãos possam ter acesso aos seus direitos (Faria, 2013).

A universalidade se refere que todos os cidadãos, sem qualquer tipo de discriminação, serão atendidos pelos programas e serviços da política da saúde. A equidade corresponde a tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida da sua desigualdade, o que significa que as diversidades devem ser reconhecidas e as necessidades de cada indivíduo também, buscando a justiça no atendimento. A integralidade corresponde ao atendimento do cidadão desde a prevenção às especialidades, de forma a reconhecer toda a complexidade do indivíduo, fornecendo um tratamento digno, de acolhimento, com qualidade e respeito.

O contexto da orientação política dos últimos dezesseis anos afetou o processo de construção do SUS profundamente: ao drástico sub-financiamento, sucedeu-se a precarização da remuneração e das relações de trabalho e uma verdadeira onda de terceirizações privatizantes e inseqüentes. O pensamento econômico dos gastos mínimos com a questão social e de focalização apenas na atenção básica de baixo custo e baixa potência estruturante tem sido uma das maiores barreiras à implementação do ideário da Reforma Sanitária Brasileira e dos princípios e diretrizes da **integralidade**, da **igualdade**, da **regionalização** e da **participação da comunidade na formulação das políticas e estratégias** (Santos, 2006 p.431, grifo do autor).

Conforme dissemos tanto a Assistência Social, como a Saúde e a Previdência são os elementos formadores do tripé da Seguridade Social. Cada um desses campos oferece as bases para o desenvolvimento do ser humano na garantia de acesso ao mínimo e necessário para sua sobrevivência. Toda essa luta pela redemocratização do país permitiu um avanço das políticas sociais para que as políticas públicas efetivassem as garantias previstas na Constituição Federal de 1988. Em decorrência da luta e consolidação do SUS, o SUAS pôde sedimentar seu espaço na formação de um novo sistema de acesso a direitos e na atuação direta no acompanhamento das famílias em vulnerabilidade social.

Em 7 de dezembro de 1993, foi promulgada a LOAS, três anos após a promulgação da LOS, que trouxe inúmeros avanços para esta área. Permitiu a elaboração de novas formas de atuação das políticas públicas para superar a vulnerabilidade social e ainda trouxe a percepção de que a população é composta por sujeitos de direitos protagonistas de sua própria vida. A referida lei aponta a parceria entre o Estado e a sociedade para o desenvolvimento de ações nesta política pública, conforme explicita seu artigo 1º:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

O artigo primeiro da LOAS já provê um avanço no sentido de romper com as práticas assistencialistas, evidenciando que a política é garantida a todos os cidadãos que dela precisarem, como um direito a ser realizado em parceria entre o Estado e a sociedade.

As diretrizes da Assistência Social estão dispostas no artigo 5ª da LOAS e se configuram a partir da descentralização político-administrativa, da participação da população e na primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera do governo. Lei nº 8.742 (1993).

Vê-se que a participação popular está presente na LOAS, muito embora ela deve ocorrer através de organizações representativas. Também há previsão de parceria com organizações da sociedade civil, conforme artigo 15, III, da referida lei:

Art. 15. Compete aos Municípios:

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi instituído em 4 de fevereiro de 1994, resultante do que foi definido na LOAS (artigo 17º), ativando a participação de diversos agentes sociais, criando novos espaços de debates e deliberações. É uma forma de trazer a sociedade civil para definir as prioridades das políticas públicas e fiscalizá-las. A LOAS

também permitiu a incorporação das Organizações Não-Governamentais (ONGS) nos debates de Assistência Social, uma vez que contribuíram com suas experiências no campo de pesquisa e assessoria aos movimentos populares (Raichelis, 2015).

No Brasil, hoje se tem um campo diversificado de modos de participação popular nas instâncias democráticas. Foi com a LOS e a LOAS que os conselhos de política surgiram no período posterior a Constituição Federal de 1988. Já os Planos Diretores Municipais vieram como resultado do capítulo de políticas urbanas no processo constituinte que culminou em sua regulamentação pelo Estatuto das Cidades em 2001 (Avritzer, 2008).

Essa participação nos conselhos trouxe o entendimento de controle social exercido conjuntamente entre o Estado e a sociedade civil para fiscalizar e deliberar sobre as políticas públicas. Entretanto, ainda existem alguns impasses que impedem uma participação mais efetiva da população na participação desses conselhos.

O termo “controle social” pode ser ambíguo, porque ora denota o controle do Estado sobre as ações da sociedade ora denota o controle da sociedade sobre as ações do Estado. Tem sua origem na sociologia, indicando mecanismos que estabelecem e disciplinam a ordem social e muitas vezes é utilizado como sinônimo de participação social nas políticas públicas (Petrúcio, 2016).

Conforme explicitam Bassi e Almeida (2014), alguns analistas compreendem que as instâncias que atuam como conselhos gestores seriam uma nova expressão da representação política, agindo em nome de um grupo ou segmento, e não como participação política, em que age em seu próprio nome. Revelam, assim, uma elasticidade do conceito de representação, uma vez que as novas classificações das práticas de representação, engajamento político, partidário e sindical, eram entendidas amplamente como participação política. As mesmas autoras, entendendo as discussões referentes à ideia de representação, apontam que:

Entretanto, consideramos que várias práticas hoje definidas pela bibliografia como “formas inovadoras de representação” continuariam mais adequadamente sendo entendidas como formas de participação política, empreendidas por indivíduos e organizações, em defesa de grupos ou causas [...] Práticas como essas cumprem o importante papel da *participação política* numa democracia: elas inserem temas e problemas na esfera pública que permitem a desocultação e/ou a contestação de formas de opressão/exclusão. Mas elas não designam, em si, representação política, pois não cumprem as exigências que são específicas daquelas que podem assim ser nomeadas, a saber: a prerrogativa de instituir representantes é do próprio representado (Bassi & Almeida, 2014, p.128).

Carraro, Paiva e Rocha (2010) apontam que os conselhos de controle social na Assistência Social, em seu bojo de representatividade, acabam por distanciar as massas da participação efetiva, sendo difícil romper com todo um legado histórico de assistencialismo e subalternização, visto que realizar o direito à Assistência Social implica reconhecer que os cidadãos são protagonistas de sua história.

Se a dificuldade de reproduzir a vida não gera condições automáticas para conscientização e mobilização, capazes de nutrir de convicção e estímulo a expectativa para a participação, aí sim é mais urgente e necessário o trabalho da política de assistência social na perspectiva do protagonismo popular, se pretendemos dotar de possibilidades a luta contra a desigualdade e a favor da garantia de direitos sociais plenos e universais (Carraro, Paiva & Rocha, 2010, p.251).

Os mecanismos tanto de gestão quanto de participação (tais como a realização das conferências de Assistência Social nas três esferas de governo, a organização dos fóruns, os consórcios municipais, a gestão descentralizada a partir dos mecanismos dos conselhos de Assistência Social, do fundo de Assistência Social e do plano de Assistência Social) permitiram o reconhecimento da Política de Assistência Social como direito de todos os cidadãos em uma tentativa de desvinculá-la das práticas de caridade e filantropia (Koga, 2006).

Nos últimos anos, aumentou-se consideravelmente o número de conferências realizadas, sendo uma questão de preocupação constante da nova fase democrática do Brasil (Avritzer, 2012). Entretanto, não se pode considerar que isso implicou em uma efetiva participação política, dada a realidade ainda presente nas instâncias participativas. Conforme

Paiva, Stralen e Costa (2014) realizaram uma revisão sistemática de literatura no intuito de conhecer a instituição dos espaços públicos de participação no setor de saúde no país. Verificaram na pesquisa que ainda existe uma distância entre os representantes e os representados. Geralmente os participantes dos conselhos são escolhidos pelos gestores e a participação política também não é totalmente efetiva porque além de faltar capacitação técnica, ainda vivemos o impacto da cultura política que é paternalista, autoritária e clientelista.

Cabe apontar que as conferências são espaços de discussão coletiva em que os cidadãos são convidados a participar para discutir interesses e necessidades da localidade em que vivem, na tentativa de aprimorar e tornar efetiva as políticas públicas.

[...] transformar a intenção em gesto, realizar experiências de tomada de decisão realmente democráticas e até de radicalização da democracia é um desafio grande na formação social brasileira, marcada que é por uma cultura política resistente a tal perspectiva e por um tecido social hostil – repleto de assincronias e privações – ao seu espriar. A consolidação da democracia no Brasil, portanto, passa por uma insistente vontade política para a construção de uma esfera pública nacional, soberana, consistente e visível, e a experiência dos Conselhos apontada constitucionalmente é parte fundamental desse processo [...] (Behring & Boschetti, 2011, p.181).

O SUAS tem como um de seus objetivos trazer o protagonismo a essas famílias e em conjunto com outras políticas assegurar o acesso dos cidadãos aos seus direitos. Nesse sentido, o trabalho da Assistência Social pode ser de potencializador das famílias, buscando a superação de um processo histórico que as colocavam em posição subalterna, de invisibilidade, e que acentuava as práticas de assistencialismo e caridade.

Um dos elementos centrais constitutivos de espaços efetivamente públicos e democráticos é sua ocupação por sujeitos sociais capazes de tornar legítimas suas representações. E isso só é possível quando se constituem como sujeitos coletivos dotados de autonomia e se a legitimidade de sua representação for permanentemente ativada pela democratização radical dos mecanismos decisórios e pelo controle social exercido pelas bases que fundam essa representação [...] (Raichelis, 2015, p.103).

Embora, com a nova fase democrática do Brasil iniciada com a Constituição Federal haja uma valorização dos princípios fundamentais somados ao acesso aos direitos sociais,

incluindo aqui a cidadania, também há uma dimensão neoliberal que visa alargar as fronteiras da desigualdade, com foco no mercado e no conservadorismo.

Dagnino (2004) destaca que em contraposição a este projeto de expansão da participação popular nas decisões democráticas, há outro que evidencia o Estado mínimo, decorrente de uma tentativa de implementação de um ajuste neoliberal, que vai progressivamente isentando o Estado de seu papel de garantidor de direitos, transferindo esta responsabilidade para a sociedade civil. Evidencia-se assim que há uma confluência perversa entre esses dois projetos tornando o terreno da prática política um terreno minado o que resulta, por fim, em condição de tensão.

Por um lado, a constituição dos espaços públicos representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente – mas não só – pela Constituição de 1988, que foi fundamental na implementação destes espaços de participação da sociedade civil e na gestão da sociedade. Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências (Dagnino, 2004, p.97).

Muitas vezes a sociedade civil, ao participar dos espaços públicos destinados à ampliação democrática, questiona o seu papel atuante através de um dilema: embora estejam atuando frente ao projeto participativo democratizante sentem como se estivessem representando os objetivos do outro projeto neoliberal. Com isso não se pode compreender a participação popular na democracia atual de forma simplista dado à complexidade que envolve este tema (Dagnino, 2004).

Para Raichelis (2015), a associação entre privado e público/estatal-privado além de funcionar como mecanismo que isenta o Estado de sua responsabilidade com a sociedade civil vulnerabilizada, acaba eliminando a esfera pública como espaço para explicitação dos interesses, reforçando o clientelismo.

Desse modo, os novos espaços públicos que estão sendo construídos fazem parte das profundas mudanças que estão ocorrendo nos paradigmas contemporâneos de gestão e representação social. Ainda que incipientes, eles são fundamentais para a construção de uma nova institucionalidade pública democrática, que se mostre capaz de servir aos interesses do povo com eficiência e eficácia, requisitos indispensáveis à prestação dos serviços públicos (Rocha & Bursztyn, 2005, p.50).

Partidos, organizações sindicais, associações corporativas, entidades patronais são instituições que realizam a mediação entre sociedade civil e Estado, sendo que este último passa a ter um papel cada vez mais interventor nas esferas sociais e econômicas. Nesse contexto, as pessoas só conseguem acessar a esfera pública por meio da estrutura do Estado (Raichelis, 2015).

As ONGS são um exemplo da confluência perversa entre os dois projetos políticos, porque embora seus interlocutores atuem na perspectiva da participação popular, cidadania e democracia, elas são um exemplo claro de atuação no terceiro setor. Essa emergência do terceiro setor se dá pela precarização do atendimento do Estado à população. As ONGS acabam sendo responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e ao Estado que as contratam como prestadoras de serviço. Porém, a mesma responsabilidade não é visualizada perante a sociedade civil da qual se dizem representantes (Dagnino, 2004).

Rocha e Bursztyn (2005) coadunam com a questão da participação popular nas ONGS no sentido de eximir o Estado de suas responsabilidades. Muito embora haja um discurso de participação e empoderamento, os organismos internacionais de financiamento ainda influenciam, controlam e padronizam as decisões, resultando em estratégia de dominação e não de participação.

As ONGS têm sido convocadas tanto pelo Estado como pelo empresariado a realizar parcerias para o combate à pobreza, o que evidencia as relações estatais/públicas/privadas; elas emergem assim da comunidade, do anseio de sua participação na resolução dos seus problemas, justamente pelo estreitamento da participação do Estado (Raichelis, 2015).

É preciso romper com a perspectiva de participação política pelo viés do controle e ampliar os campos de participação dos cidadãos no exercício democrático da política. Ainda é necessário que a parceria entre Estado e sociedade civil ocorra de forma equilibrada, para que aquele não se exima de suas responsabilidades frente a esta. “Muitas vezes, a participação, está sendo usada como uma estratégia vinculada ao interesse político de manutenção do controle. Sendo, em alguns momentos, incentivada e, em outros, vetada; mantendo-se os lugares de dominação e dominados” (Rocha & Bursztyn, 2005, p.46).

Dagnino (2004) aponta que conforme o Estado se isenta progressivamente de garantir os direitos da população, o mercado aparece como substituto da cidadania e com isso, percebe-se que os direitos vêm sendo eliminados. Isso acontece, por exemplo, com o campo do direito trabalhista (que dá lugar à livre negociação entre empregado e empregador) e os direitos sociais que passam a ser percebidos como obstáculos para a atuação no mercado. Também a cidadania aparece como atividade de solidariedade aos pobres, entendida como mera caridade, restringindo-se à responsabilidade moral privada.

Essa visão assistencialista traz em si a percepção que os indivíduos são desprovidos de historicidade dando margem a debates que remetem, por exemplo, à meritocracia. “Tal como nos setores do Estado ocupados pelas forças neoliberais, esse discurso de cidadania é marcado pela total ausência de qualquer referência a direitos universais ou ao debate político sobre as causas da pobreza e da desigualdade” (Dagnino, 2004, p.107). Isso se configura como um retrocesso na perspectiva de compreender as famílias como agentes de transformações de sua história, com autonomia e dignidade.

Conforme explicitam Behring e Boschetti (2011), os elementos essenciais do liberalismo são o predomínio do individualismo, o bem-estar individual que maximiza o bem-estar coletivo, o predomínio da liberdade e competitividade, a naturalização da miséria, o predomínio da lei da necessidade, a manutenção de um Estado mínimo, a percepção de que as

políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício e que estas devam ser um paliativo. É nesse sentido que a cidadania é atrelada a questões individuais e competitivas, desprovida de dimensão histórica e social.

Rocha e Bursztyn (2005) apontam também que muitas vezes o desinteresse em participar da política por parte da sociedade civil resulta em uma descrença da mesma em relação à efetivação das políticas sociais e nos próprios governantes. Para reverter essa situação, sugerem que haja transparência e cooperação entre os atores e instituições comprometidas. Acrescentam ainda que há alguns métodos que combinados podem estimular o envolvimento da sociedade, dentre eles: debates, reuniões, grupos de trabalho, audiências públicas, etc.

Se, historicamente, a assistência social tem sido um dos mecanismos acionados pelo Estado como modalidade de enfrentamento da questão social e, portanto, como parte do conjunto de estratégias de controle e legitimação do poder político, por outro lado, a assistência social pública tem sido a única via pela qual os segmentos mais pobres da classe trabalhadora têm acesso, ainda que precário e insuficiente, a serviços e programas de consumo coletivo e individual (como creches, moradia, atendimento a necessidades de crianças, adolescentes, mulheres, portadores de deficiência, idosos, moradores de rua, desempregados, etc.) (Raichelis, 2015, p.192).

Monteiro (2011) aponta a partir dos estudos que realizou que a vulnerabilidade social não pode ser entendida por um único viés, haja vista os vários fatores que influenciam na precarização material de acesso ao mínimo para a sobrevivência de grande parcela da população. Ele entende a vulnerabilidade social como uma construção social que assume diferentes formas de acordo com a condição histórica.

Dessa forma, a diminuição dos níveis de vulnerabilidade social pode se dar a partir do fortalecimento dos sujeitos para que possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, além de suas condições de mobilidade social. Para isso, as políticas públicas constituem-se de fundamental importância (Monteiro, 2011, p.35).

Nesse sentido, um dos papéis mais importantes das políticas públicas é possibilitar que os indivíduos assumam seu espaço de acesso a direitos, saindo da condição de receptores de

caridade e assistencialismo por parte do Estado. Essa possibilidade dos sujeitos de acessar os seus direitos e buscar sua autonomia ampliam o entendimento do conceito da vulnerabilidade, que ultrapassa a aquisição de meios materiais para a sobrevivência, recaindo também no campo do afeto.

Os que buscam assistência são, inúmeras vezes, indivíduos a quem foi negada a dimensão de sujeito, porque não podem construir a própria vida como desejam. Recriam então a subjetividade na dimensão do afeto; se colocam como sujeitos de necessidades afetivas, e, nesse plano, operam com uma dimensão diminuta, mas significativa da liberdade interna, da subjetividade (Yazbek, 2016, p.186).

Muito embora, haja esse entendimento de que a vulnerabilidade social não pode ser compreendida unicamente a partir da renda, o levantamento das condições sociais da população realizados em termos estatísticos pelo Estado e que incidem na provisão dos benefícios ainda utilizam a renda como critério. Segundo dados do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico²), com base em informações do IBGE (2010), no Brasil dos 190.755.799 moradores, 15.002.707 estão em extrema pobreza. Em relação ao Perfil no cadastro (2018), o total de famílias cadastradas é de 27.755.037, sendo que destas, 13.023.527 possuem renda de R\$0,00 à R\$89,00, 3.208.674 possuem renda de R\$89,01 à R\$ 178,00, 6.011.203 possuem renda de R\$178,01 a meio salário mínimo e 5.511.633 possuem renda acima de meio salário mínimo. Em relação ao Programa Bolsa Família (12/2018) são 14.142.764 famílias beneficiadas.

Embora a dimensão econômica seja analisada para estabelecer os critérios do benefício de transferência de renda, entendemos a pobreza a partir de um enfoque multidimensional, conforme sinaliza Sen (2010) ao apontar que ela parte da limitação da perspectiva da liberdade e das capacidades humanas de ter uma vida mais significativa,

² Um debate mais específico sobre o Cadastro Único será realizado na seção 3.1

associados ainda às privações relacionadas ao desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social.

[...] as leituras instrumentais da pobreza despolitizam a questão social e a própria ação política. É um plano de fuga que nega os vínculos entre política econômica e política social, relativiza as expressões da questão social no aqui e agora e magnifica uma representação de pobreza que desterritorializa a questão social, pois a definição de pobre e de pobreza pode ser calculada por fórmulas pré-definidas e índices que se encaixam em qualquer parte do mundo (Mauriel, 2010, p.175).

Nessa compreensão, faz-se necessário verificar quem é o público que busca o CRAS e como isso está relacionado a diferentes marcadores sociais, como por exemplo, a questão de gênero. Embarcamos, assim, em mais uma característica presente nesta realidade, que é a predominância do sexo feminino na participação das atividades e no gerenciamento e cuidados da família.

Em pesquisa de mestrado realizada por Santos (2015) nos CRAS na cidade de Cariacica/ES, verificou-se que todas as usuárias que participaram da pesquisa são mulheres e responsáveis familiares perante o equipamento público. Bonorino (2015) em pesquisa realizada no CRAS de Sobradinho/RS e constatou que 92% dos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dentre jovens, adultos e idosos são mulheres.

Pereira (2013) realizou uma pesquisa em seu mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS) no intuito de verificar as representações sociais que os psicólogos atuantes em CRAS têm dos usuários desse serviço. Verificou que na percepção dos técnicos são as mulheres que costumam procurar os serviços da Assistência Social, principalmente porque elas são as “chefes da família”, ou seja, o núcleo familiar as têm como centralidade nas responsabilidades da sua manutenção.

Morais (2014) também realizou uma pesquisa para sua dissertação de Mestrado sobre a Política de Assistência Social em Juiz de Fora (MG) e percebeu que nos atendimentos

realizados no CRAS tanto individualmente quanto em grupo, houve uma maior participação das mulheres (169) em relação aos homens (37).

Cruz, Rodrigues e Battistelli (2018) apontaram que a maior parte da população atendida pela Assistência Social é feminina e negra, ao mesmo tempo trouxeram uma crítica quanto ao que é apresentado nos documentos e o que se espera desses usuários do serviço em relação à autonomia e o protagonismo social. A crítica mostra que os documentos pressupõem que há um frágil vínculo entre os usuários e a comunidade e que se a vulnerabilidade social não for diminuída, esta pode levar aos riscos sociais. Nesse sentido, demonstram que a associação entre vulnerabilidade e autonomia no contexto da Assistência Social pode levar a judicialização da vida:

Mesmo com muitos avanços em termos de conceituação das expressões utilizadas, a vulnerabilidade social ainda é associada a um sujeito em específico e entendida como proveniente de situações de pobreza, dificuldade de acesso ao trabalho/renda, privação aos serviços públicos, a fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento. No rastreamento das expressões nos documentos, salientamos que a noção da pobreza ainda serve como base para a conceituação de vulnerabilidade. (Cruz, Rodrigues & Battistelli, 2018, p.104 e 105).

Dessa forma, temos o elemento vulnerabilidade social atrelado à situação familiar de que a mulher é a responsável individual perante a família na busca do amparo social. Pensar a participação política então, nesse sentido, é compreender que esse público está inserido em um contexto social marcado por desigualdades que estão além da perspectiva de renda.

Sader (1988) traz em seu livro sobre os movimentos políticos na década de 1970 e 1980 no Brasil que houve um movimento e um desejo em comum na luta por melhores condições de vida. É preciso um elemento aglutinador de desejos, uma identidade coletiva, para que os movimentos aconteçam e tenham mudanças dos paradigmas. O autor afirma que: “Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora

uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (p.55).

O que se vê na atuação das políticas públicas é que as condições de subalternos os colocam como isolados socialmente da participação conjunta da sociedade. Esse público está isolado na sua própria condição, existindo ainda toda uma perspectiva social em relação à pobreza atrelada a condição de caridade e assistencialismo que os coloca como receptores de algo, contudo sem perceberem e vivenciarem a dimensão do direito.

Como bem observam Cruz, Rodrigues e Battistelli (2018) baseados na teoria de Foucault, que o campo da Assistência Social se constitui a partir do tensionamento de forças de luta e saberes, em que certo modo de funcionamento acaba se hegemonizando, revelando uma tensão entre os “sujeitos de direito” e os “sujeitos de caridade”. Ambos estão presentes no campo de práticas, muito embora, muitas vezes os usuários se veem apenas como sujeitos de caridade, reduzindo-se como pedintes do bolsa família, cesta básica e vale transporte, entre outros benefícios disponíveis no equipamento.

Em relação a isso, Yazbek (2016, p.185) pontua que “as demandas não politizadas abrem o caminho para a apropriação clientelista no trato da questão social que vai transformar em relação de favor o que é direito. Processo que não se efetiva sem a resistência, a contestação e a explícita oposição dos subalternizados”. Romper com essa visão assistencialista, ainda é um grande desafio aos profissionais atuantes nas políticas públicas, além de encontrar a possibilidade da valorização do conhecimento popular, sua história, suas teias vivenciais, suas perspectivas e necessidades é o que confere aos profissionais da Assistência Social um amplo campo de inserção social para de fato trabalhar o protagonismo e a autonomia das famílias para a participação popular.

Nesse sentido, faz-se imprescindível conhecer como os espaços públicos se configuram na dimensão social para a atuação dos cidadãos, a partir de sua compreensão

enquanto conceito filosófico e político. Além disso, faz-se essencial compreender a ação política nestes espaços e sua importância para a liberdade do homem.

3 ESPAÇO PÚBLICO E AÇÃO POLÍTICA: UMA COMPREENSÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Compreender o espaço público é dimensioná-lo nas intersecções existentes entre as esferas privada, pública e social. Para este entendimento, tomamos como ponto de partida desta seção os conceitos acerca de *vita activa*, *animal laborans* e o *homo faber* desenvolvidos por Hannah Arendt em sua obra. Entendemos que, por essa via, poderá ser compreendida a ação política do homem e como o espaço público é analisado a partir da perspectiva de liberdade.

No primeiro capítulo de seu livro “A Condição Humana”, a autora discorre sobre a *vita activa*, apresentando as três atividades fundamentais do homem: o labor, o trabalho e a ação. O labor corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo ciclo de desenvolvimento se relaciona com as atividades vitais produzidas e introduzidas pelo labor na dinâmica da vida. Já o trabalho corresponde ao processo superficial que permite ao homem suprimir suas individualidades, produzindo um mundo artificial das coisas que em nada se relaciona com o natural (Arendt, 2007).

A autora explicita ainda em sua análise que a ação é a única atividade inteiramente pertencente ao homem e explica apontando que no labor não há a necessidade da presença do outro, sendo que na completa solidão o homem se tornaria um *animal laborans*. É ele que faz o homem voltar para si, não existindo, portanto, para este indivíduo, a pluralidade da existência nem a comunicação entre pares. De outra forma, um homem que trabalhasse e fabricasse um mundo inteiro apenas para ele seria um *homo faber* e se aproximaria a um deus na criação de todas as suas coisas. É uma ação solitária que não permite o livre exercício e

nem o pensar político. Entretanto, a ação nesse processo, depende da presença dos outros constantemente e é exclusiva do homem. Com a fabricação surge um produto, um objeto; já com a ação revela-se um quem e é esse quem que pode modificar e transformar a sociedade com sua ação livre e significar o mundo (Arendt, 2007).

A fabricação distingue-se da ação porquanto possui um início definido e um fim previsível: ela chega a um fim com seu produto final, que não só sobrevive à atividade de fabricação como daí em diante tem uma espécie de “vida” própria. A ação, ao contrário, como os gregos foram os primeiros a descobrir, é em si e por si absolutamente fútil; nunca deixa um produto final atrás de si [...]. (Arendt, 2016, p.91).

Dessa forma, a compreensão das dimensões do labor e da fabricação na constituição do homem traz também o entendimento da ação como condição para a liberdade humana, sendo esta, um dos elementos da experiência política. Ela difere a ação do labor e da fabricação justamente porque a liberdade não visa a um objeto ou a uma satisfação de uma necessidade individual, mas uma vivência de liberdade coletiva. Para o seu exercício, é necessário o reconhecimento do outro envolto de similaridades e diferenças. Essa relação com o plural permite a ação política.

Esses elementos constituem o debate acerca da condição humana. Segundo a autora, tudo que entra em contato com a vida humana torna-se parte da condição humana. Os homens são seres condicionados pelo natural e pelas coisas produzidas pela atividade humana, sendo que, nesta interação vão produzindo novos sentidos e se modificando. Arendt (2007) reconhece, então, a importância da intercomunicação entre os seres e da ação no contexto social para conferir significado à existência.

Em uma de suas conferências, a autora (1993) afirmou que a *Existenz* nunca está essencialmente isolada, uma vez que ela só existe na comunicação da *Existenz* dos outros. Assim, o desenvolvimento das relações sociais envolve inter-relações, ou seja, interconexões entre a *Existenz* de um ser com a *Existenz* de outro. Esse movimento de trocas e comunicações

vivenciais é inerente ao processo de estar no mundo e existir nesse mundo como razão, como humano. Desse modo, necessita-se do outro e é nesse estar-junto que o desenvolvimento pode ocorrer.

Assim, não há exercício da política sem a condição de liberdade, sendo que esta se configura na *Existenz*, no modo de vida de cada época e que parte do individual para o coletivo. Para Arendt (2007, p. 15), “a ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo”. É a ação que permite o homem se reconhecer como ser social.

Ao revisitar as rápidas transformações que o mundo vivenciara com a Revolução Industrial e compreendendo a organização da sociedade pautada na concepção de Montesquieu, Arendt (1993, p. 51) aponta que “a ação política, como toda ação, é sempre essencialmente o começo de algo novo; como tal, ela é, em termos de ciência política, a própria essência da liberdade humana”. É a partir desta ação política que os homens podem aprender a lidar com o que passou e a se reconciliar com o que inevitavelmente existe.

Portanto, em síntese, todos os aspectos da condição humana relacionam-se com a política, sendo que a pluralidade é a condição de toda a vida política. A autora afirma que isso se dá “[...] pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (Arendt, 2007, p. 16). Nesse sentido, a singularidade é a alteridade que o homem possui em comum com tudo o que existe e a distinção partilhada com tudo o que vive. A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, é a paradoxal pluralidade dos seres singulares, possuindo em si o duplo aspecto de igualdade e diferença.

[...] A ação humana, como todos os fenômenos estritamente políticos, está estreitamente ligada à pluralidade humana, uma das condições fundamentais da vida humana, na medida em que repousa no fato da natalidade, por meio do qual o mundo humano é constantemente invadido por estrangeiros, recém-chegados cujas ações e reações não podem ser previstas por aqueles que nele já se encontram e que dentro em breve irão deixá-lo [...]. (Arendt, 2016, p.91).

Dessa forma, a autora aponta que não existe previsibilidade na ação além de que os indivíduos se influenciam a partir das relações que estabelecem entre si, o que constitui a vida plural. Entendendo assim, a vida sem discurso e sem ação deixa de ser vida humana, pois são com as palavras e atos que há a inserção no mundo humano. Pode-se perfeitamente não trabalhar e subjugar pessoas para que façam o seu serviço, pode-se ainda usar e usufruir do mundo sem lhe acrescentar nenhum objeto útil, que isto continua sendo humano. Entretanto, sem ação e sem discurso não existe essa humanidade. “[...] Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais”. (Arendt, 2004, p.191).

A autora ainda aponta que é o poder que mantém a existência da esfera pública e este só é efetivado quando a palavra e o ato caminham juntos, no sentido de criar revelações, mostrando a realidade. A convivência entre os homens é indispensável para a geração de poder uma vez que nessa aproximação as potencialidades da ação estão sempre presentes e é o poder que as mantém unidas. A impotência decorre do isolamento da convivência e renúncia ao poder. Assim, o poder existe entre os homens quando eles agem juntos e desaparece quando eles se dispersam.

Para Arendt, o poder é uma possibilidade de caráter relacional que depende do pacto ou acordo mútuo que as pessoas mantêm entre si. Não é um bem que se possa acumular e difere-se da violência porque não é um meio para se atingir a um fim, uma vez que é um fim em si mesmo e surge a partir do discurso e da ação que não são dissociados, possuindo assim,

uma dimensão comunicativa e coletiva. Eis que o poder pode ser controlado e reduzido, sem que com isso seja debilitado. Somente se torna impotente ou se esgota as fontes que geram este poder quanto eles são assumidos e cristalizados em mecanismos de monopolização (Duarte, 2010). Nesse sentido, Arendt (2004, p.213) aponta que:

[...] Porque o poder, como ação, é ilimitado; ao contrário da força, não encontra limitação física na natureza humana, na existência corpórea do homem. Sua única limitação é a existência de outras pessoas, limitação que não é acidental, pois o poder humano corresponde, antes de mais nada, à condição humana da pluralidade.

Essa limitação se dá porque existe o outro e esse outro tem suas singularidades que, na interação com as singularidades dos demais, acaba por gerenciar o poder que acontece na ação plural e coletiva. Importante ressaltar que é necessário que existam limites inerentes às relações, porque caso contrário fica-se vulnerável a violência, processo que impede a presença da ação política e do discurso.

Em decorrência da necessidade da permanência da ação e do discurso é que foi criada a *polis*. Assim, estas ações deixavam de ser imortalizadas e idealizadas pelos poetas e encontraram no espaço público um local de visibilidade que permitiu a presença da ação e do discurso. Com isso, o conceito de espaço público aparece a partir da ideia do que é política, na qual os indivíduos tornam-se um “nós”: um coletivo que interage a partir da pluralidade, o que, por exemplo, contraria os preceitos do liberalismo (Ferreira, 2017).

Isso acontece porque no liberalismo há interesses que se sobrepõem a outros, valorizando a vontade de uma minoria. Essas articulações políticas e econômicas visando um fim previsível sem a reflexão do coletivo e da pluralidade existente impedem que a ação política de fato aconteça e, ainda, os espaços coletivos são esvaziados dessas vozes coletivas. Desse modo, como aponta Ferreira (2017), os interesses privados não podem ser colocados em primeiro plano à experiência plural que é a vida política.

Arendt salienta que a ação e a reação jamais se restringem a um círculo fechado e nem é possível limitá-las, nem com as cercas das propriedades privadas, nem com as fronteiras territoriais, nem com as leis, porque têm como característica inerente à previsibilidade. A autora afirma que “[...] A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única atividade que o constituiu [...]” (Arendt, 2004, p.210).

A partir desse panorama, o espaço público, para a autora, não é constituído como um espaço delimitado e enrijecido. Ele não tem fronteiras estabelecidas e abarca diversos territórios (incluindo na contemporaneidade as mídias eletrônicas como televisão e internet). Cabe compreender que este espaço público é onde acontece a pluralidade da vida que envolve a comunicação entre os indivíduos daquilo que lhes dizem respeito e o que diz respeito a toda coletividade.

[...] ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade, e é difícil tocar em um problema político particular sem, implícita ou explicitamente, tocar em um problema da liberdade humana. A liberdade, além disso, não é apenas um dos inúmeros problemas e fenômenos da esfera política propriamente dita, tais como a justiça, o poder ou a igualdade; a liberdade, que só raramente – em épocas de crise ou de revolução – se torna o alvo direto da ação política, é na verdade o motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A *raison d'être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação. (Arendt, 2016, p. 191-192).

Segundo a autora, a liberdade não é um fenômeno da vontade quando está relacionada com a política. Assim, a ação deve ser livre de motivos e fins, transcendendo eles mesmos. A ação política e verdadeiramente livre não pressupõe um início e nem um fim. Ela se insere espontaneamente nas relações entre diversos indivíduos que convivem socialmente. Os espaços públicos vão se configurando a partir das relações existentes e estas vão permitindo transformações que movimentam o mundo. Contemporaneamente, têm-se indivíduos cada vez

mais presos em suas realidades privadas, ocupando cada vez menos os espaços públicos para exercer a sua liberdade (Arendt, 2016).

Justamente nesse sentido e, principalmente buscando compreender o trabalho dos psicólogos com as famílias em vulnerabilidade social e suas perspectivas de autonomia e protagonismo, é que este trabalho vem pensar o espaço público na dimensão da participação política. Silva (2017) observa que, para Arendt, o espaço público é condição fundamental para o exercício da atividade política que não pode ser realizada de forma individualizada e nem consegue se constituir em uma sociedade política atomizada. Ressalta que a experiência coletiva constitui o núcleo do conceito de democracia em que se realiza a pluralidade e a liberdade.

Segundo Arendt, o mundo que é guiado por interesses individuais coloca os indivíduos em passividade e isolamento, pois a busca constante é por suprir aquilo que lhe convém, não havendo mais a percepção do outro. Esse é o resultado de uma sociedade moderna massificada e voltada para o consumo e descarte, em que os homens não agem, mas se comportam, buscando seguir um padrão estabelecido por uma forma burocrática de governo (Ferreira, 2017).

Sua compreensão sobre a passividade moderna em relação à participação na vida política evidencia uma atomização dos indivíduos, que buscam de forma alienada a satisfazer suas necessidades individuais, sem qualquer preocupação com o outro, com a esfera coletiva. Há um movimento moderno para voltar-se a si mesmo e isso empobreceu a esfera pública, que se tornou burocrática. O trabalho passou a ser um meio de atender as necessidades individuais, esvaziando-se da experiência política e transformadora. Ferreira (2017) aponta que, para Arendt, a economia, na tradição do pensamento político ocidental, era quem cuidava das atividades domésticas privadas. Contudo, ela foi transposta à esfera pública na modernidade e, assim, surgiu um novo espaço: a esfera social.

O autor traz ainda que é neste campo de relações que o privado aparece no público em uma tentativa de satisfação pessoal e é uma característica da sociedade contemporânea que está cada vez mais individualizada, massificada, pautando suas relações no consumo e no descarte. Ao mesmo tempo, o trabalho emerge como garantia da satisfação das necessidades e despreza a sociabilidade política, privando o homem de um mundo de significados.

Conforme Bauman (2000) explicita, a liberdade que encontramos no tempo presente é uma liberdade privatizada, o que, de certa forma, aponta para uma não liberdade. O que outrora ficava no espaço privado como um segredo do ambiente familiar passou ao espaço público, no sentido de uma publicização da vida privada. Desse modo, o público despojou-se dos assuntos coletivos e tornou-se um aglomerado de assuntos particulares. Com isso, a liberdade tomou uma concepção negativa, em que se definiu como uma ausência de restrições que são impostas por uma autoridade política.

Essa análise realizada por Bauman coaduna com a percepção de Arendt acerca do esvaziamento do espaço público e a irrupção na esfera social de conteúdos do espaço privado. Em decorrência disso, o indivíduo sai do campo da ação política, ou seja, da dimensão coletiva que o constitui enquanto cidadão político, para a permanência do labor e suas relações efetivas com o consumo. Assim, não há liberdade efetiva na satisfação individual das necessidades e na sociedade de massas, vez que não há reflexão crítica de sua própria condição e uma estagnação da sua participação política no mundo.

Arendt (2004, p.48) afirma que “[...] O fato histórico decisivo é que a privatidade moderna, em sua função mais relevante – proteger aquilo que é íntimo – foi descoberta não como o oposto da esfera política, mas da esfera social, com a qual, portanto, tem laços ainda mais estreitos e autênticos [...]”. Para a autora, a intimidade se constitui em uma fuga do mundo exterior para a subjetividade do indivíduo, uma vez que esta, outrora, encontrava-se

protegida na esfera privada, mas que não encontrou mais este amparo quando as esferas privada e pública se dissolveram na esfera social.

O espaço público quando composto por um único discurso, de forma unilateral denota autoritarismo. Quando isso ocorre, mesmo que seja através da comunicação para a manipulação da opinião pública, este se encontra obliterado, vez que não se permite o debate e o encontro de discursos diversos. Para evitar esse processo, os debates no espaço público precisam estar voltados para os assuntos da coletividade e não do espaço privado e das necessidades individuais, pois o pensar politicamente, para Arendt, é agir livremente em prol da construção coletiva e da reflexão social (Silva, 2017).

O espaço público ao permitir os diferentes discursos, os consensos e também os dissensos, autoriza que a ação plural aconteça e isso se dá em uma vertente oposta à massificação e homogeneização que são resultados da esfera social que individualiza e impede a participação efetivamente política. Como afirma Sennett (2016, p.132), “[...] O comportamento ‘público’ é, antes de tudo, uma questão de agir a certa distância do eu, de sua história imediata, de suas circunstâncias e de suas necessidades; em segundo lugar, essa ação implica a experiência da diversidade [...]”.

Segundo Arendt (2004), no mundo moderno, o *animal laborans* pôde ocupar o espaço público. O resultado disso é o que se chama de cultura de massas em que não existirá verdadeiramente uma esfera pública e sim atividades privadas exibidas em público. Nesse sentido, observa-se a ausência da existência da experiência política a partir da coletividade e da pluralidade.

Quanto à sociedade de massas, a autora pontua que na modernidade esse movimento vem produzindo cada vez mais um retorno do indivíduo para si, gerando um homem solitário e individualista, e isto esfacelou a esfera pública, suprimindo as atividades humanas

relacionadas à criatividade e ao fazer, impedindo que os homens possam iniciar uma série de eventos, estes que poderiam movimentar e transformar a sociedade.

Dessa forma, esse isolamento e desenraizamento do homem é consequência da preponderância do *labor*, que faz com que as pessoas se voltem para sua vida privada e só ocupem a esfera pública para realizar e satisfazer as suas necessidades privativas, esvaziando o campo da política, fazendo com que esta perdesse seu sentido (Silva, 2017).

É também o reflexo de uma sociedade de consumo que, ao mesmo tempo em que se satisfaz, cria novas necessidades para consumir, e com isso o espaço público torna-se um local de satisfação individual, sendo somente ocupado na tentativa de resolver problemas do indivíduo, revelando assim uma dificuldade atual de pensar o coletivo e o plural.

Ferreira (2017) aponta que no tipo de sociabilidade presente na esfera social, os homens se unem em grupos a partir dos interesses individuais em comum e só se reconhecem coletivamente nesses espaços comuns. Contudo, no espaço público, não conseguem dialogar com outros grupos que também buscam seus interesses. Isso indicaria a existência de uma pluralidade de discursos que tendem a estar em conflitos visto que cada grupo busca os seus interesses, sem uma preocupação efetiva com a coletividade.

Isso acontece porque sentem que a dimensão da sua coletividade está ameaçada, e com isso se unem nas suas causas individuais, nas suas buscas comuns, na ilusão da existência de uma comunidade. Resistindo em suas causas individuais (que pode levar a um fechamento nas formações ideológicas presentes constituintes da subjetividade), ora tendem ao exclusivismo, ora ao conservadorismo (Bauman, 2003).

A partir desse entendimento, Sennett (2016, p.26) aponta a dificuldade da manutenção da existência desses grupos:

[...] Em grupos comunitários, por exemplo, as pessoas sentem que precisam chegar a se conhecer umas às outras enquanto pessoas, a fim de atuarem juntas; ficam então presas a processos imobilizantes para se revelarem umas às outras enquanto pessoas e vão gradualmente perdendo o desejo de atuarem juntas.

Tal como Arendt, Sennett trouxe a diversidade para o campo da ação. Essa experiência do diverso está relacionada com a percepção de que o homem atua no espaço público a partir da sua relação com os outros. Nenhum isolamento constitui a efetivação da liberdade política, haja vista que ela acontece verdadeiramente na experiência da pluralidade humana. O autor corrobora ainda com Arendt no sentido que deve haver certo distanciamento das necessidades individuais e a busca do entendimento coletivo.

Eis assim a ação política verdadeiramente livre e comprometida com toda a sociedade que se contrapõe ao modo como o espaço público vem sendo cada vez mais percebido: local de inseguranças, onde o indivíduo atomizado, volta-se para sua casa, seu espaço íntimo, a fim de buscar um conforto e uma segurança, ainda que ilusória. Bauman (2003) acrescenta que a reunião dos indivíduos em comunidades acontece na tentativa de buscar ou mesmo resgatar essa segurança, o que justificaria ações como isolamento, construção de muros, práticas de separação em relação a outras comunidades, vigilância constante. Acredita-se que isso afastaria quem não pertence à comunidade, trazendo a ela uma proximidade a noção de “mesmice”, já que dentro dela não é permitida a presença do outro considerado diferente (estranho ou estrangeiro).

Com isso, as pessoas vão de forma ilusória se reunindo dentre aqueles que lhes são familiares, parecidos, que compartilham das mesmas ideias e formas de viver, e isso contribui para a homogeneização da vida e de atitudes preconceituosas e agressivas com o diferente, com o plural. A segurança *versus* insegurança vai moldando a existência e delineando as relações sociais, o espaço público acaba sendo visto como um ambiente das incertezas e a pluralidade, em vez de se somar à liberdade, leva a um estado de impermanência e medo.

Em todo caso, se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa ideia de “amor”, “carinho” e “calor humano”, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso. Terra que pertence ao “governo” ou ao “povo” e que está sempre repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso [...]. (DaMatta, 1997, p.52-53)

Ortega (2011) coaduna com Hannah Arendt quando aponta que os indivíduos ao procurarem na família (que são seus iguais) enquanto espaço de segurança face ao mundo inóspito, não conseguem perceber a pluralidade existente no mundo, e isso suprime o potencial político da família/comunidade. Também impede que os indivíduos exerçam sua alteridade, que percebam o outro nas suas singularidades, elemento essencial para agir politicamente. O sentido coletivo de pensar a sociedade é segregado em buscas individuais e o espaço público, mais uma vez, se esvazia em suas possibilidades.

Nesse sentido, como permitir que os espaços públicos sejam percebidos como locais de potência e pluralidades? Como sair dessa concepção negativa dos perigos da rua para que ela seja percebida como um campo de possibilidades? Os desafios são inúmeros, principalmente para determinados grupos sociais (como negros, mulheres, público LGBT, dentre outros) que precisam conquistar espaços para que tenham seus direitos efetivados, mas também, visualiza-se uma enorme potência advinda desses mesmos grupos ao ocuparem as ruas para superarem suas invisibilidades.

DaMatta (1997) aponta que na realidade brasileira os espaços foram se constituindo a partir da relação colonizado e colonizador e que atualmente se observa que há espaços centrais, de áreas nobres em que se estabelecem os comércios e espaços periféricos, destinados à população pobre e excluída. Ressalta ainda que há divergência entre o discurso visto na casa (espaço privado) e o discurso visto nas ruas (espaço público). Ainda, assinala que:

[...] qualquer evento pode ser sempre “lido” (ou interpretado) por meio do código da casa e da família (que é avesso à mudança e à história, à economia, ao individualismo e ao progresso), pelo código da rua (que está aberto ao legalismo jurídico, ao mercado, à história linear e ao progresso individualista) e por um código de outro mundo (que focaliza a ideia de renúncia do mundo com suas dores e ilusões e, assim fazendo, tenta sintetizar os outros dois) (DaMatta, 1997, p.45).

No Brasil, o desenho do espaço urbano foi se configurando conforme as relações sociais estabelecidas e isso revelou uma arquitetura marcada por territórios que evidenciam as desigualdades sociais presentes. O psicólogo, ao caminhar nesses espaços, encontram restos e escombros que não cabem no projeto idealizado de urbanidade. Encontram os trabalhadores informais, os moradores de áreas de riscos, desempregados, enfim, uma pluralidade de pessoas que vivem à margem do projeto central. Essa marginalidade tende a empurrar os territórios vulneráveis aos limites da cidade, nem sempre geograficamente, mas pelos menos simbolicamente, tornam-se um local de invisibilidade e de pouca circulação por quem ali não reside (Hüning, Cabral & Ribeiro, 2018).

Esses muros invisíveis que se erguem e que evidenciam a desigualdade presente nos territórios têm como constituinte uma sociedade marcada por características machista, sexista e paternalista. Catani e Silva (2017) pontuam que, para as mulheres, essa sociedade resulta na vivência de diversas violências que possuem relação com as diferenças estruturais econômicas (como por exemplo, ao desempenhar as mesmas funções que os homens o salário auferido às mulheres é menor). Somado a isso, ainda existe uma educação cultural baseada em preceitos machistas que se alinham à tradição social.

Como já observado na seção 2, as mulheres são o público principal do CRAS. Por isso é necessário identificar as invisibilidades existentes no espaço público, para além dos limites territoriais fixos, haja vista que ele é constituído pela ação e o discurso que se interligam no exercício da liberdade, trazendo a percepção de uma comunidade, de uma sociedade, que tem pessoas vivendo, tecendo suas vidas, com sentimentos e desejos, em relações recíprocas e

contínuas, mas também marcados por diversas violências, barreiras econômicas e segregações sociais.

Conforme sinalizam Costa e Marques (2018), o espaço público que teria em si a potencialidade de convívio, acaba por admitir diversos indivíduos coexistindo fisicamente absorvidos em suas próprias causas. Nesse sentido, consideram que o espaço público é uno e diverso e, sendo que os indivíduos não são iguais, as comunidades também acabam diferindo uma da outra. As autoras acreditam que através dos processos educativos é possível modificar essa realidade para transformações coletivas.

Compreender as vicissitudes que envolvem o conceito do território do CRAS e o que este abarca permite fazer um paralelo deste com o espaço público. Os cadernos de orientação para o trabalho da Política de Assistência Social apontam os territórios como espaços de potencialidades e vulnerabilidades, em que prioritariamente devem ser desenvolvidos os trabalhos. Para que estes territórios sejam, ainda que envoltos de todos os percalços existentes, considerados de fato espaços públicos é preciso ouvir as vozes ecoantes e as relações entre as construções, os indivíduos e as ações empreendidas nesse contexto.

3.1 O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO

De forma a compreender o conceito de espaço público anteriormente apresentado em relação ao CRAS e o trabalho nele desenvolvido, faz-se necessário analisar como tal conceituação pode ser visualizada a partir dos documentos que embasam a Política Nacional de Assistência Social, de modo a verificar as possibilidades de atuação do psicólogo para potencializar a participação popular a partir do entendimento de que este seja um campo possível de acontecer.

Conforme disposto na normativa da PNAS, o CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, sendo localizado em áreas de maior vulnerabilidade social e local de

referência para as famílias e indivíduos no contexto comunitário. Oferta o serviço do PAIF buscando promover a autonomia e o protagonismo da família e indivíduos, buscando também, através do trabalho da equipe, orientá-los para que acessem seus direitos, mapeando o território e realizando os encaminhamentos a outras políticas públicas quando necessário (Brasil, 2004).

Também é a partir do CRAS que se realizam os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos voltado para crianças, jovens e idosos. Também são realizadas atividades a partir de ações em grupos que propiciam as trocas culturais, vivências e o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade e complementa o trabalho social com famílias (Brasil, 2014).

É considerada a principal porta de entrada do SUAS, sendo uma unidade que possibilita o acesso ao maior número de famílias à rede de proteção social. Tem o objetivo de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais no território, através de um trabalho voltado ao desenvolvimento do protagonismo das famílias, do acesso aos direitos e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de articular intersetorialmente com outras políticas públicas e acolher, inserir e acompanhar os usuários no SUAS. Também no CRAS é desenvolvido o Trabalho Social com Famílias (TSF) pela equipe técnica de referência e a gestão territorial pelo coordenador do CRAS, auxiliado pela equipe técnica (Brasil, 2009).

A PNAS aponta três seguranças que devem ser garantidas pela política: sobrevivência, acolhida e convívio. A segurança de sobrevivência, refere-se a garantia de rendimentos e de autonomia, ou seja, significa que o indivíduo e sua família poderão ser incluídos em programas de transferência de renda conforme a necessidade. Já a acolhida corresponde a provisão das necessidades humanas para o direito à alimentação, vestuário e abrigo, e o trabalho a ser realizado é no sentido que o indivíduo e sua família consigam adquirir

autonomia na provisão dessas necessidades básicas. A segurança do convívio garante o fortalecimento dos vínculos familiares, para que os indivíduos não se encontrem em situações de isolamento e reclusões e que pode desenvolver as potencialidades, as subjetividades coletivas e as construções políticas, enfrentando situações de discriminação e intolerância (Brasil, 2004).

Nesse sentido, vê-se que os técnicos da Assistência Social na proteção básica precisam atuar com o objetivo de prevenir situações de risco, desenvolvendo a potencialidade dos indivíduos e suas famílias e fortalecendo seus vínculos. A partir da matricialidade familiar, a instituição família é tomada como centro da relação entre o indivíduo e a comunidade e a PNAS pontua que o trabalho com as famílias deve considerar os diversos arranjos familiares, não entendendo a família em um modelo único de referência. Verifica-se que há o entendimento de que esta é quem faz a mediação entre os indivíduos e a sociedade, delimitando os deslocamentos entre o público e o privado. Reconhece a importância da família na vida social e que merece, portanto, a proteção do Estado (Brasil, 2004).

A matricialidade familiar enquanto ordenamento que orienta as ações da política, merece nossa atenção em alguns pontos para realização de uma análise crítica. A primeira delas refere-se à responsabilização da família e a segunda ao seu constante monitoramento, ambas relacionadas.

A família, constituída por indivíduos unidos por laços consanguíneos, afetivos e de solidariedade, no seu início de acompanhamento precisa realizar um cadastro chamado Cadastro Único para o qual apresenta todos os documentos relativos a todos os moradores da casa, os dados de renda, gastos, situação habitacional e de saúde e este precisa ser atualizado a cada dois anos ou quando a família tiver qualquer modificação em seu ambiente familiar, ou seja, se mudar de endereço, nascer uma criança, é preciso procurar o CRAS e atualizar os seus dados. Nesse sentido, observa-se que o Estado realiza um constante monitoramento das

famílias. Embora os dados sejam sigilosos, há uma averiguação cadastral incisiva e contínua, sendo considerada a família como responsável pelos dados fornecidos.

O Cadastro Único foi instituído no ano 2001 através do decreto nº. 3877/2001, sendo um registro administrativo contínuo que é gerido pelo MDS. Em 2003 foi criado o Programa Bolsa Família, que passou a utilizar o Cadastro Único como base de dados da população baixa renda para a seleção dos beneficiários. Em 2007, o decreto nº. 6135/2007 revogou o anterior e reafirmou a utilização do instrumento para a seleção de beneficiários dos programas do Governo Federal, com exceção daqueles administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (Bartholo & Araújo, 2008).

Conforme disposto no artigo segundo e no artigo quarto, inciso II do decreto nº. 6135 de 2007 o Cadastro Único é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, sendo aquelas com meio salário mínimo *per capita* ou que possuam uma renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Nesse sentido, cabe observar que existe uma exteriorização do ambiente privado familiar para o controle público e monitoramento do Estado. Essa fusão do privado no público foi o que Arendt apontou como esfera social. Embora haja movimentos espontâneos de deslocamento do privado ao público, percebe-se que essas famílias em vulnerabilidade social passam por uma obrigatoriedade na realização da exposição de seu ambiente familiar. Para serem amparadas pelos benefícios eventuais, benefícios de prestação continuada e também o Programa Bolsa Família, acabam outorgando as necessidades do seu espaço privado, para a responsabilização estatal, a partir da necessidade e busca de sua sobrevivência. Carvalho e Mansano (2017, p.271) apontam que vários agentes contribuíram para esse deslocamento do ambiente privado da família para o público:

[...] São múltiplas as instâncias do saber-poder que, conectados ao dispositivo biopolítico, passaram a atuar no sentido de vigiar o interior familiar. São escolas públicas e privadas, clínicas médicas e psicológicas, hospitais e instituições de assistência social, todas interrogando o cotidiano familiar e oferecendo prescrições [...]

Esse movimento que se dissolve na esfera social trouxe consigo diversos efeitos relacionados ao ambiente familiar, a intimidade, aquilo que era restrito ao espaço privado passou a constituir o espaço público enquanto que as instituições tentaram e ainda tentam apontar modelos normatizadores de funcionamento de uma instituição familiar que está em processo transformador, e isso dispara elementos de responsabilização e culpabilização familiar. Acerca disso Siqueira e Lino (2013, p.39) apontam:

[...] entendemos que a assistência social formulada pelos governos e prestada à população por meio dos profissionais que atuam na área é um espaço não apenas destinado ao fornecimento de recursos, mas também, e principalmente, ao controle da vida dessas famílias ditas “em risco”: o controle do viver, do local de moradia, das formas de cuidado destinadas às crianças, da higiene, das doenças, das relações - violentas ou não - que se estabelecem no cotidiano, do nascimento, da morte.

Arendt aponta que os aspectos da vida privada que são transferidos à esfera pública são acontecimentos do mundo moderno, haja vista que na tradição do pensamento político ocidental estavam bem delimitados os espaços do privado e do público. A confusão entre político e social aparece justamente quando se tenta solucionar os problemas privados, tornando-os coisa pública, o que acaba esvaziando as atividades do espaço político, resultando no desaparecimento da ação ou seu obscurecimento. Quando o trabalho ocupa a esfera pública, a ação perde seu espaço, a espontaneidade cessa, permitindo o aparecimento da reação, sem dimensão política (Barros, 2012).

Entretanto, a PNAS traz também uma dimensão de emancipação social e essa busca por sobrevivência que é amparada através de benefícios eventuais (cesta básica) e programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) que tornam essas famílias expostas ao controle estatal apresenta como contraponto a possibilidade de trabalhar a autonomia e

protagonismo dos indivíduos, no sentido de que eles possam efetivamente participar da comunidade em que vivem de forma crítica. Por isso o TSF é importante porque tem em si o foco nas potencialidades tanto da família quanto do território.

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (Brasil, 2004, p.41).

Com isso, observa-se que a família é quem faz a mediação das questões relativas ao espaço privado que serão dissolvidas na esfera social. Além disso, ela é o espaço das relações, da sociabilidade, dos conflitos e vulnerabilidades e, pela sua importância para a comunidade e as pessoas que dela fazem parte, tornou-se centralidade nas ações da política.

Medeiros (2014) aponta que a família deve ser entendida como uma construção histórico-social, plural, que tem sua transformação juntamente com a totalidade social que deve ser reconhecida e protegida pela sociedade, principalmente pelas políticas públicas e os profissionais que trabalham com elas. Em seu artigo apresenta uma crítica realizada a essa centralidade na família, ao buscar a minimização dos riscos, o trabalho social com as famílias pode culpabilizá-las pelas suas questões, em vez de compreender a dinâmica social envolvida e o impacto das questões da comunidade no espaço individual familiar.

Esse movimento de centrar as discussões nas questões individuais da família sem a dialética pertinente às questões comunitárias, aponta que a busca da potencialização da família e o protagonismo de seus indivíduos se dá para que eles consigam resolver os seus problemas por si só e não como estímulo para que ocupem o espaço público para reivindicar os seus direitos (Medeiros, 2014).

A culpabilização das famílias pelas suas condições mostra um formato fragmentado no TSF, em que elas sendo a centralidade das ações, passam a ser constantemente monitoradas e

cobradas para o seu protagonismo, entretanto, esse protagonismo depende também do rompimento de processos sociais e históricos de exclusão, marginalidade, ciclos intergeracionais de pobreza que estão além dos aspectos subjetivos dessas famílias e envolvem todo o contexto macrossocial.

O trabalho social realizado no âmbito do PAIF atua no sentido de promover o protagonismo das famílias a partir de suas potencialidades, pois mesmo em situação de vulnerabilidade social os indivíduos e suas famílias detêm recursos que precisam ser fortalecidos, sua organização, sua sociabilidade e a forma com que participam da sociedade, as redes sociais de apoio, dentre outros elementos presentes no território (Brasil, 2012).

No entendimento de que o CRAS possa ser um espaço público de acesso a direitos é necessário questionar a centralidade das ações na família e começar a perceber a participação dos territórios na constituição dos arranjos sociais. O território enquanto espaço público é o ambiente da incerteza e dos perigos, mas também há nele potencialidades.

Em 2009, o MDS elaborou um documento de orientações técnicas para o CRAS que trouxe a territorialização como eixo estruturante, juntamente com a matricialidade sociofamiliar. Esse eixo traz que é necessário também a centralidade no território para a compreensão das vulnerabilidades do mesmo, seus riscos sociais e as possibilidades de enfrentamento. Ele aponta que no território é que é possível encontrar as possibilidades de enfrentamento para as desigualdades sociais.

Destaca-se que território não se restringe à delimitação espacial. Constitui um espaço humano, habitado. Ou seja, o território não é somente uma porção específica de terra, mas uma localidade marcada pelas pessoas que ali vivem. É nos espaços coletivos que se expressam a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consanguinidade, o fortalecimento da cumplicidade de vizinhança e o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. O conceito de território, então, abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade. (Brasil, 2009, p.13)

Nesse sentido, ao colocar o território também como eixo estruturante da política, aponta que para o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo das famílias, juntamente com a superação das vulnerabilidades sociais, é necessário aos técnicos que atuam no CRAS, compreender as questões macrossociais e o desenvolvimento também das outras políticas nos territórios de abrangência da Assistência Social e, com isso, realizar um trabalho que entenda essa família dentro do contexto de vida dela, das suas relações, de como se insere na comunidade em que vive e como esta comunidade pode potencializar essas famílias para adquirir melhores condições de vida.

[...] a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada. (Brasil, 2004, p.44-45)

A territorialização também se faz presente na NOB/SUAS (2005) como um dos princípios da proteção social. Significa reconhecer os diversos e múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e sua família a uma situação de vulnerabilidade social. A Tipificação dos Serviços da Assistência Social aponta ainda que a articulação dos serviços do território com o PAIF contribui para que se contextualizem as demandas, rompendo com o atendimento segmentado (Brasil, 2014).

Embora a centralidade na família seja essencial para a compreensão dos aspectos subjetivos que envolvem as relações, o território tem sua importância para a dimensão coletiva, histórica e cultural da comunidade. O trabalho dos técnicos no CRAS deve se articular entre esses dois eixos, para que as questões sociais sejam compreendidas de forma micro e macrossocial.

Degenszajn e Couto (2011) apontam que a abordagem territorial apresentada na PNAS permite pensar o território como o espaço do vivido e que possui grande potencial para alterar as condições de vida da população, sendo considerada como potencialmente inovadora. Ainda, requer vigilância, para que os territórios não sejam vistos apenas como espaços geograficamente localizados, transformando-se em guetos, afastando a população da cidade e correndo o risco de que a participação popular seja isolada e despolitizada.

No segundo volume de orientações técnicas sobre o PAIF (2012) aparece a dimensão territorial e a importância de compreender esse território para a elaboração das ações do serviço. Aponta que as ações devem ser planejadas juntamente com as famílias, as organizações e os movimentos populares do território para que, dessa forma, seja valorizado o saber local, as potencialidades presentes na comunidade e estimula a participação social dos cidadãos.

Dessa forma, entendendo que o CRAS está presente em um determinado território, este que não é delimitado por barreiras espaciais, mas que se constitui a partir dos vínculos individuais e coletivos ali estabelecidos, nos aproximamos do conceito de espaço público em Hannah Arendt, uma vez que na obra da autora, essa noção não se constitui por limites de orientação espacial, mas sim, envolve toda a pluralidade dos indivíduos que dele fazem parte. A aproximação de território e espaço público se dá então nesse entendimento de que o território subjaz também as vivências coletivas, os vínculos comunitários e é um espaço constituído de vulnerabilidades e potencialidades.

O espaço público, a partir dessa concepção é aquele local da visibilidade em que a ação e o discurso convivem, sendo eles as atividades humanas da pluralidade (Silva & Xavier, 2015). É público aquilo que aparece e que pode ser comunicado. É o que é comum a todos e que serve de mediador para as relações entre os homens, pressupondo permanência e

durabilidade, e emerge na pluralidade, tendo a ação como iniciadora e a palavra como reveladora, no sentido coletivo de liberdade.

Nesse sentido, é possível perceber o espaço público do CRAS como aquele que pode permitir que os indivíduos e famílias estabeleçam a comunicação daquilo que os afeta e que afeta a comunidade em que vivem e que juntos possam agir politicamente no sentido de promover transformações em todo o território em que estão inseridos. Para que seja efetiva a participação dessas pessoas no delineamento político e transformador de suas próprias vidas é necessário que os técnicos conheçam os territórios e cheguem até famílias que ainda não estejam em condição de visibilidade social.

Essas informações territoriais constituem a vigilância socioassistencial, operacionalizada nos órgãos gestores, que conforme o artigo 87, I e II, da NOB/SUAS de 2012, é uma das funções da Política Nacional de Assistência Social. Essa ação trata da identificação e acompanhamento de situações de vulnerabilidade e riscos de famílias e indivíduos e de eventos de violação de direito de determinados territórios, além de apontar quais os tipos de serviços são ofertados pela rede socioassistencial (Brasil, 2012).

Ribeiro (2017) aponta que um dos desafios da PNAS é que tanto a população quanto os trabalhadores do SUAS participem no planejamento, na execução e na avaliação das ações desenvolvidas, fortalecendo seu poder decisório, sendo que para enfrentar esse desafio, é essencial a efetivação da vigilância socioassistencial. É a partir dela que se pode ter a informação territorializada, dando voz e visibilidade à população, construindo relações horizontais para o exercício desse poder decisório, fortalecendo a população que participa da política. Quanto menor for o conhecimento das informações territorializadas, menor é a possibilidade de se conhecer a realidade social e histórica das famílias e de seus territórios, o que prejudica o direcionamento das ações da política.

Além de conhecer a realidade dos territórios, a vigilância deve ser articulada com a proteção social e a defesa de direitos, formando um tripé indissociável. Também possui caráter público porque propõe a interface entre as necessidades e potencialidades do território e o processo decisório da Política de Assistência Social (Ribeiro & Wanderley, 2014).

Com a vigilância socioassistencial, podem-se identificar previamente as vulnerabilidades e riscos sociais que possibilitam a elaboração e planejamento de ações coletivas que visem mudanças nas realidades cotidianas das famílias acompanhadas e nesse sentido, a busca ativa pode ser operada na perspectiva preventiva, contribuindo com a vigilância nos territórios (Ribeiro, 2017).

Enquanto estratégia de atuação, a busca ativa é um tipo de ação desempenhada pelos técnicos que permite o conhecimento do território, verificando suas potencialidades e vulnerabilidades, realizando assim um diagnóstico social que permite o desenvolvimento de outras ações que possam prevenir situações de ruptura de vínculos familiares e garantir o acesso de todos a seus direitos. Através dela, dá-se o contato com atores sociais locais, tais como lideranças de bairro e associação de moradores (Brasil, 2009).

A PNAS traz em seu texto a necessidade da Política Nacional de Assistência Social desenvolver metodologias de trabalho que resgatem a participação dos indivíduos que se encontram dispersos e desorganizados de forma que também assumam a política a partir de seus direitos publicizados e que possam realizar o controle deles. Aponta que “é fundamental a promoção de eventos temáticos que possam trazer usuários para as discussões da política fomentando o protagonismo desses atores” (p.53), além da criação de ouvidorias para que os cidadãos possam reclamar os seus direitos (Brasil, 2004).

Conforme vimos anteriormente, a participação popular está prevista no artigo 5º da LOAS, considerando o SUAS e seus equipamentos como agentes que potencializam a atuação em espaços privilegiados, como os conselhos e conferências, que foram preconizados pelo

controle social previsto na Constituição Federal de 1988. As conferências têm o papel de deliberar sobre a política de Assistência Social, verificando sua atual situação, os avanços alcançados e definindo as próximas diretrizes (artigo 18, VI, LOAS), já os conselhos apresentam como principais atribuições a deliberação e a fiscalização da política em consonância com as diretrizes estabelecidas nas conferências (Brasil, 2004).

Dentre as diretrizes da política de Assistência Social presentes na LOAS tem-se a participação da população, por meio de organizações representativas, para formular as políticas e controlar as ações e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política (Brasil, 1993). Nesse ponto, percebe-se uma abertura para que haja a participação popular, mas é uma participação regulada e burocratizada, determinada a acontecer nas organizações representativas. Não há a previsão legal de uma ação popular espontânea para pensar e modificar a política e a primazia das ações é de responsabilidade do Estado, ou seja, há a necessidade do desenvolvimento do protagonismo das famílias, mas há também uma participação regulada por mecanismos legais do Estado.

A PNAS aponta a participação da sociedade civil no controle social da Política de Assistência Social e na participação das deliberações de fóruns e conselhos, entretanto ressalta que a primazia na coordenação das ações fica por conta do Estado. Afirma ainda a importância da formação de redes, principalmente entre Estado e sociedade civil a fim de garantir a proteção social das famílias e indivíduos. Essa é uma forma de mobilizar diversos recursos para poder compreender a diversa dinâmica social brasileira e empreender ações integradas de modo a multiplicar os efeitos e aumentar as chances de sucesso (Brasil, 2004).

Nos documentos que embasam a política, especificamente em relação ao CRAS, pode-se empreender o entendimento de que ele seja um espaço público de acesso a direitos e de participação popular, vez que ele se encontra nos territórios como porta de entrada para os demais serviços da Assistência Social e apresenta como objetivo do trabalho social

desenvolvido em seu âmbito a autonomia e o protagonismo das famílias e indivíduos acompanhados. Além disso, traz o controle social como espaço para a participação da sociedade civil na fiscalização e deliberação da política.

Entendendo o CRAS como espaço público de acesso a direitos é necessário observar e analisar como a PNAS através de seus cadernos de orientação estrutura o trabalho dos técnicos de referência, principalmente o psicólogo, para que possam operar frente às demandas das famílias e territórios, contribuindo para a construção de uma política que traz visibilidade e voz aos cidadãos.

4 O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CRAS

Esta seção tem como objetivo discutir o trabalho do psicólogo no contexto do CRAS. Para isso, inicialmente será contextualizada a inserção do psicólogo nas políticas públicas de forma a problematizar a sua atuação. Com base nos documentos de orientação para o trabalho na PNAS, será apresentado como o psicólogo desenvolve seu trabalho no CRAS e as implicações de sua prática, principalmente no que se refere ao compromisso social da Psicologia.

Enquanto profissão, a Psicologia se constituiu a partir de condições sociais e históricas que lhe deram espaço e que permitiram seu fortalecimento. Inicialmente as práticas eram elitistas e voltadas para um olhar individualizante. Aos poucos, foi-se compreendendo que o psicólogo poderia ocupar outros espaços, principalmente atingindo camadas da população que não tinham acesso a esse serviço. Não foi um deslocamento fácil e natural. Foi preciso a ampliação dos debates em relação à Psicologia enquanto ciência e profissão e como ela poderia contribuir com a sociedade brasileira que estava se redemocratizando (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Os cursos de formação em Psicologia foram regulamentados num cenário político de pouco espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico e isso resultou na formação de profissionais focados no indivíduo, suas patologizações e quantificações do comportamento, direcionados ao atendimento clínico. Inserir-se num debate amplo da expansão da prática da Psicologia só se fez necessário quando o contexto permitiu a discussão de outras instituições sociais movido pela urgência de uma redemocratização do país e pela necessidade econômica de buscar outros espaços. Entretanto, é necessário sinalizar que a atuação profissional ainda hoje é um processo em aberto na ciência Psicologia, que ainda está em transformação, principalmente em relação às contribuições da formação para essa atuação.

Araújo (2014) acrescenta que até meados da década de 1970 as três principais áreas para atuação do psicólogo no Brasil eram a clínica, a organizacional e a educacional. Nesse contexto, na ampliação da discussão acerca da profissão, em 1979, em alguns estados brasileiros, tais como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os psicólogos criaram sindicatos e conselhos representativos, algum deles ocupados por grupos mais progressistas que sustentavam que a profissão deveria atuar para atender a necessidade da maioria da população brasileira. Na década de 1980, os movimentos relativos às mudanças no Sistema Nacional de Saúde propiciaram a entrada dos psicólogos na área da saúde pública. Entretanto, anterior a esse momento, via-se a presença dos profissionais nessa área, mas não eram muitos e estavam dispersos. Somente com a participação dos psicólogos vinculados aos movimentos de reforma psiquiátrica é que foi possível a sua inserção de fato como profissional nesse campo. Já na Política da Assistência Social, há o entendimento de que anteriormente a Constituição Federal de 1988 o psicólogo já atuava nessa área, entretanto como não há registro em literatura, vê-se dificuldade no estabelecimento de um marco de entrada do profissional nesse campo (Yamamoto & Oliveira, 2010).

A participação dos psicólogos nas áreas de proteção aos direitos sociais também permitiu a ampliação dos debates para além do movimento sanitário e nas ações em defesa do SUS. Nesse sentido, foi possível perceber sua inserção em debates relativos às questões de direitos humanos e da proteção contra violência carcerária e tortura, à luta por uma educação inclusiva e para todos, aos debates em relação à mobilidade e à violência no trânsito, as questões relacionadas à terra e aos desastres e toda essa participação na discussão do reestabelecimento democrático do país culminou na diversidade de espaços para a participação da Psicologia (Macedo & Dimenstein, 2011).

Esses debates foram importantíssimos para a garantia dos direitos fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988. Com a promulgação de leis e decretos dela decorrentes, deu-se maior visibilidade às crianças, idosos e mulheres, colocando-os como sujeito de direitos. Ao mesmo tempo, trouxe consigo também uma ampliação do trabalho do psicólogo que foi paulatinamente se inserindo em diversas instituições que possibilitavam o acesso aos direitos dessa minoria e que faziam parte de uma agenda governamental. (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Percebe-se que não foi um processo que se iniciou pela reflexão crítica da profissão, ou seja, de que a Psicologia poderia contribuir para transformar a sociedade e emancipar os cidadãos. Acerca disso, Macedo e Dimenstein (2011, p.299) apontam que:

Foram as articulações junto aos movimentos sociais e demais setores da sociedade civil organizada, bem como as negociações com o Estado brasileiro, que fortaleceram a presença da Psicologia no campo das políticas públicas, garantindo assim a sustentabilidade da profissão através da ampliação de suas possibilidades de inserção no mercado profissional.

Com a ampliação dos cursos de graduação em Psicologia no país e com a urgência de encontrar um espaço no mercado frente à crise econômica vivenciada, foi importante esse fortalecimento da profissão nas políticas públicas. Todavia muitos psicólogos foram

impelidos, a ocupar espaços nas políticas públicas sem a necessária reflexão crítica do seu papel frente às urgentes mudanças sociais que estavam e estão acontecendo. Ao transportar as técnicas individualizadas para o ambiente social, muitas vezes acabaram e ainda acabam por desenvolver ações que reforçam paradigmas assistencialistas e excludentes, sendo por isso tão importante contextualizar o trabalho realizado.

[...] o campo das políticas sociais foi, e é, um reflexo do enxugamento do mercado para o exercício profissional e uma possibilidade de emprego estável, mesmo às custas das constantes críticas que recaem sobre a contextualização do trabalho realizado, a adequabilidade das teorias psicológicas e, mais ainda, sobre o caráter ideológico que a prática psicológica vem assumindo nesses espaços (Yamamoto & Oliveira, 2010, p.16).

Entretanto, ainda que se veja essa crítica negativa, é válido apontar que a presença da Psicologia na compreensão dos fenômenos sociais e das questões sociais emergentes contribuiu para um olhar subjetivo dos sofrimentos vivenciados de parcela significativa da população. Tanto foi importante a presença nesses debates que as políticas públicas inseriram a Psicologia como uma das profissões a compor as equipes necessárias à operacionalização dos direitos fundamentais, como é o caso da Política de Assistência Social a partir da NOB-RH em 2006 (Brasil, 2011).

O lugar da Psicologia nas políticas públicas pode ser compreendido a partir de dois eixos principais. O primeiro se refere à herança positivista da ciência psicológica que trouxe, por exemplo, o binômio normalidade/anormalidade e a tentativa de enquadramento dos indivíduos a padrões de controle. O segundo eixo, por sua vez, se refere à prática em si do trabalho nas políticas públicas, que no modo como são operacionalizadas, leva a um campo de intervenções marcadas pela diversidade e pluralidade metodológica (Scisleski, Gonçalves & Da Cruz, 2015).

Esses lugares e saberes da Psicologia nas políticas públicas corresponderam a sua inserção nesse espaço sem os debates necessários à própria compreensão da ciência em si. A

Psicologia que se desdobra em “Psicologias” traz vários caminhos para o entendimento do ser humano. Todavia, é urgente refletir acerca do compromisso social da profissão quando inserida em instituições que são transformadas socialmente e historicamente.

Silva e Carvalhaes (2016) compreendem que a construção do campo psi em sua relação com as políticas públicas se dá a partir da existência de duas linhas de pensamento predominantes. A primeira delas situa a subjetividade relacionada a fatores de uma estruturação interna, sendo, portanto, ahistórica e majoritariamente individual e, outra, que relaciona a subjetividade ao contexto, seus aspectos ambientais, culturais, políticos e tecnológicos. Para atuação nas políticas públicas, os autores sugerem que o psicólogo ofereça a oportunidade dos usuários de se inserir no jogo discursivo, rompendo com a ideia hierarquizada de saberes e firmando a horizontalidade nas relações.

Vê-se, dessa forma, que a Psicologia está tensionada entre duas visões de mundo e do homem e que se inseriu nas políticas públicas sem uma reflexão crítica do seu papel enquanto ciência que busca dar respostas a questões individuais e sociais. Entende-se aqui que foi necessário ao psicólogo repensar a sua prática a partir das concepções teórico-metodológicas disponíveis para o exercício da profissão.

A legislação, a atuação profissional e a formação são constituídas na e pela disputa política. A(O) psicóloga(o) é produto de sua história e, de forma dialética, são também produtores dela. Assim como a Psicologia se constituiu como ciência “psicologizante”, positivista e ligada às elites, devido ao seu contexto histórico, os psicólogos são, em sua maioria, um reflexo dessa historicidade. Porém, por serem sujeitos parte indissociável da sociedade, atuam e constroem a Psicologia. E, é na mudança na base material que se realiza e se faz possível uma mudança da psicologia brasileira (Rechtman, 2015, p.75).

Esse campo de intervenções diversas propiciou a aproximação de novas áreas de estudo no país na tentativa de compreender os fenômenos sociais emergentes (como por exemplo, a Psicologia Social e a Psicologia Comunitária) (Freitas, 2007). Foi preciso repensar a Psicologia brasileira, encontrar novos modos de atuação frente às demandas urgentes que

vinham surgindo. Entretanto, foi um processo de constituição de novos saberes que não podem ser desvinculados do momento histórico em que a profissão se desenvolveu.

Desde as décadas de 1920 e 1930, a disciplina Psicologia Social já estava presente nas universidades brasileiras e se aproximava das ciências jurídicas, econômicas e médicas. Foi somente na década de 1950 que foram desenvolvidas as primeiras teses de doutorado nesta área e na década seguinte, quando foi regulamentada a profissão no país, inseriu-se como disciplina dos primeiros cursos de graduação em Psicologia. No período da ditadura, ela se desenvolveu como uma disciplina social cognitiva. Entretanto, foi com Silvia Lane, já na década de 1980, que a disciplina teve uma transformação em seu currículo, em que passou a ter um viés sociohistórico e político. Também nessa década houve uma expansão da Psicologia comunitária no país (Souza & Filho, 2009) e a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Sobre essa instituição, Freitas (2007, p.67) afirma que:

No contexto da psicologia no Brasil, a ABRAPSO constituiu-se em um marco importante para a construção de uma psicologia social crítica, histórica e comprometida com a realidade concreta da população. Em cada região do país, ou mesmo dependendo do grau de aglutinação e de organização em torno das temáticas desenvolvidas pela psicologia social, existente em cada estado, foram sendo criados núcleos e regionais da ABRAPSO, que passaram a realizar os seus encontros regionais, com uma certa regularidade.

Nesse contexto plural que emergiu para o campo de atuação da profissão, exigiu do psicólogo uma aproximação com outras áreas de saberes que abarcassem conteúdos culturais, políticos e sociais. Destarte, ao se aproximar das políticas públicas, pode reinventar caminhos metodológicos e sustentar sua prática em outras perspectivas além das hegemônica e historicamente utilizadas para manejo do *setting* clínico.

A inserção da Psicologia na área da PNAS exigiu do profissional novos posicionamentos da ciência psicológica e do fazer psicológico frente à compreensão da realidade histórica e social dos indivíduos. Como é um campo de inserção recente, mesmo com cadernos de orientação para o desenvolvimento do serviço da proteção social, o

psicólogo ainda tem dificuldade de reconhecer o seu papel e de elaborar sua prática nessa área (Senra & Guzzo, 2012).

O psicólogo se insere no SUAS como um dos profissionais que deve compor as equipes do CRAS (proteção básica) ou CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social (proteção especial). A proteção básica tem o objetivo de prevenir as situações de risco através do desenvolvimento das potencialidades e aquisições e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Por sua vez, a proteção especial busca promover atenção socioassistencial a famílias e indivíduos que já se encontram em situações de risco pessoal e social (Brasil, 2004).

Ribeiro & Guzzo (2014, p.89) apontam que o que caracteriza o trabalho do psicólogo no SUAS é:

[...] o seu olhar para a dimensão subjetiva, ou seja, como cada sujeito se organiza e se apropria das condições sociais que o cercam e como vivencia essa realidade. Isso é o que caracteriza a singularidade do sujeito, que não está deslocada do contexto histórico-cultural no qual ele se desenvolve. Nesse sentido, a singularidade e o contexto social são partes indissociáveis da realidade e vão se construindo dinamicamente e relacionadamente no cotidiano dos usuários e da comunidade como um todo. [...]

As autoras trazem a importância de se ter um psicólogo presente nas equipes mínimas tanto da proteção básica quanto especial para a compreensão dessa dimensão subjetiva. A atuação do psicólogo nesse campo precisa estar direcionada ao rompimento com as práticas assistencialistas, com a culpabilização dos indivíduos e compreender que os aspectos implicados na situação de vulnerabilidade dessas pessoas que acessam a política se devem, sobretudo, ao contexto em que elas estão inseridas e as condições históricas e econômicas que perpassam a sua singularidade. Para o exercício da Psicologia na Política Nacional de Assistência Social, o MDS elaborou normativas e documentos para amparar e delimitar as funções profissionais, dentre eles, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH).

A NOB-RH aprovada em 2006 apresenta as diretrizes para o trabalho dos profissionais nessa área. Dentre os princípios que estão descritos na normativa, aponta que a Assistência Social deve ofertar serviços que tragam o conhecimento ético e político de profissionais capazes de práticas que impulsionem as potencialidades e emancipem os usuários (Brasil, 2011).

Essa diretriz vem justamente romper com a concepção assistencialista, em que os usuários da política seriam apenas os recebedores de benefícios a serem concedidos pela suposta benevolência do Estado. Esse compromisso ético e político assumido pelos profissionais é para de fato romper com a ideia de que os usuários são pessoas que estão em condições apenas de receptores e sim, colocá-los em uma dimensão cidadã para que consigam através das potencialidades existentes nas suas relações, romper com os ciclos intergeracionais de sofrimento e miséria e experimentar o processo de emancipação e empoderamento enquanto seres humanos (CREPOP, 2007).

Nesse entendimento, a NOB-RH traz a necessidade dos serviços organizados e oferecidos pela Assistência Social serem realizados por uma equipe de referência, sendo esta composta por servidores efetivos. “[...] As equipes de referência do SUAS são entendidas como um grupo de profissionais com diferentes conhecimentos, que têm objetivos comuns e definem coletivamente estratégias para alcançá-los [...]” (Brasil, 2011, p.26-27).

O trabalho do psicólogo no CRAS apareceu na NOB-RH como um dos profissionais para compor a equipe técnica de referência. A equipe mínima necessária para realizar o trabalho nos municípios foi assim exposta: pequeno porte I (2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e o outro preferencialmente psicólogo), pequeno porte II (3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e o outro preferencialmente psicólogo) e médio, grande porte e metrópole (4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 preferencialmente psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS) (Brasil, 2011). A

tipificação também aponta que é possível a presença de equipes volantes ou CRAS itinerantes para atender demandas de territórios de baixa densidade demográfica (áreas rurais, comunidades indígenas, assentamentos, dentre outros) (Brasil, 2014).

Existe assim, uma aproximação do trabalho do psicólogo e do assistente social que atuam em conjunto como técnicos de referência de nível superior no CRAS. Constitui-se como um diálogo de saberes entre dois campos científicos que se conectam e articulam conhecimentos para a intervenção profissional buscando estabelecer vinculações e fronteiras entre as áreas em face da compreensão de uma determinada questão social. Nery (2009) considera que se trata de uma oportunidade histórica, renovada com o SUAS, de tanto a Psicologia quanto o Serviço Social se aproximarem para a construção coletiva de novos aportes teóricos-metodológicos para a consolidação da PNAS. Nesse sentido, o CREPOP (2007, p.33) orienta:

O psicólogo deve integrar as equipes de trabalho em igualdade de condições e com liberdade de ação, num papel de contribuição nesse processo de construção de uma nova ótica da promoção, que abandona o assistencialismo, as benesses, que não está centrada na caridade e nem favor, rompendo com o paradigma da tutela, das ações dispersas e pontuais.

Como a prática nessa área ainda está em processo de construção para o psicólogo, a dificuldade em encontrar os limites da sua atuação surge justamente porque a maioria das ações desenvolvidas no CRAS se dá em conjunto com o assistente social. Com isso aparecem os conflitos de saberes entre as duas áreas, a delimitação do espaço de atuação e o que é específico de cada área.

Andrade (2009) na pesquisa realizada para sua dissertação de mestrado em um CRAS na cidade de Fortuna em Minas Gerais percebeu que muitas vezes há essa aproximação entre os saberes da Psicologia e do Serviço Social sendo que as práticas se tornam muito semelhantes e de difícil diferenciação. Por outro lado, também observou que determinadas demandas exigem conhecimentos específicos e é nesse momento que a prática do psicólogo

do CRAS se diferencia do assistente social. As demandas emocionais e do convívio familiar se direcionam ao psicólogo, aproximando este profissional a uma escuta, acolhimento da subjetividade e as de encaminhamentos, enquanto que acessos a benefícios como o BPC e documentos se direcionam ao assistente social aproximando este profissional do acesso aos direitos e inclusão nos programas da política. A pesquisa apresenta então que o grande desafio interdisciplinar entre essas áreas é de conectá-las para que nessa zona de indeterminação algo novo possa surgir desse encontro.

Um espaço de ação de trabalho conjunto entre o psicólogo e o assistente social no CRAS é o PAIF. A partir deste, podem agir interdisciplinarmente no Trabalho Social com Famílias (TSF), definido como um:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência. (Brasil, 2012, p.12)

Vê-se que o TSF implica um saber técnico e ético por parte dos profissionais e que exige uma compreensão dos mesmos acerca da dimensão familiar, do convívio comunitário e no território de vivência desses indivíduos. Pressupõe-se um trabalho orientado no sentido de proteção e prevenção, como também de antever ações, a partir da dimensão proativa do trabalho a ser desenvolvido.

Segundo o documento, as ações desenvolvidas pelos profissionais de ensino superior da equipe técnica de referência ou volante no PAIF são: Acolhida, Oficinas com Famílias, Ações Comunitárias, Ações Particularizadas e Encaminhamentos. A acolhida corresponde ao

primeiro contato da família com os profissionais e ocorre por meio de uma escuta qualificada das demandas provenientes dessa família sendo o momento de coletar as informações da família e também do território e pode ocorrer de forma particularizada ou em grupo. As oficinas com famílias são encontros previamente agendados, com objetivos específicos, no seu escopo de trabalho em relação à esfera comunitária e territorial, pois isso implica que seja estimulado conhecimento das vulnerabilidades e recursos dos territórios, o que fortalece as redes de apoio, incentiva o trabalho intersetorial e potencializa a rede de proteção social no território (Brasil, 2012).

Essa ação é de suma importância para perceber a família inserida em um contexto histórico e social e minimizar os efeitos da culpabilização de seus membros pela sua condição, articulando e percebendo que um território, com potência e recursos suficientes para que possam conviver e sobreviver de forma digna. Propicia também uma minimização dos riscos e vulnerabilidades dos indivíduos e de suas famílias quanto a questões particularizadas.

A interação entre os indivíduos e suas famílias no âmbito do PAIF pode ser um sinal de incentivo a participação popular e da potência do CRAS enquanto espaço público. Através dessa troca entre as famílias de um território é possível a experiência da pluralidade, sendo que os técnicos podem, assim, mobilizar os participantes para a busca do bem-comum.

As ações comunitárias fornecem possibilidades para se pensar o território, sendo que, quando articulada com uma perspectiva cidadã, fomenta a coletividade e o fortalecimento da organização comunitária. É uma ação que propicia a construção de um olhar macrossocial dos problemas que surgem nos territórios. É a partir dela que as famílias são incentivadas a ocupar os espaços públicos, sendo o trabalho do psicólogo e demais técnicos viabilizar o exercício da cidadania e permitir a visibilidade dos indivíduos e suas famílias na comunidade (Brasil, 2012). Ela amplia o alcance das famílias para além das oficinas, a diversidade de participação,

além de trazer elementos da sociabilidade o que favorecem e fortalecem a participação popular nos espaços públicos disponíveis e principalmente no CRAS.

Já as ações particularizadas e os encaminhamentos ocorrem na perspectiva individual. Os técnicos atendem o indivíduo e/ou sua família e pode acontecer no espaço no CRAS ou na residência da família, conforme a demanda e as necessidades dela, não devendo o psicólogo entender este atendimento como psicoterapia clínica (o que está expresso como prática vedada no caderno de orientação do trabalho técnico do PAIF). Entende-se que os encaminhamentos a outros serviços da rede contribuem para o acesso aos direitos e promoção da cidadania (Brasil, 2012). Também em relação ao PAIF, a tipificação aponta como trabalho essencial ao serviço:

Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa (Brasil, 2014, p.13).

Outro serviço a ser desenvolvido pelo psicólogo no CRAS ou a partir da sua supervisão e apoio a outros profissionais para que o desenvolvam, é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos entendido como um complemento do trabalho social. Também possui caráter preventivo e proativo e acontece através de grupos que visam estimular as trocas culturais e as vivências, fortalecer os laços sociais e desenvolver o sentimento de pertença a uma comunidade, atendendo a todas as faixas etárias, desde crianças à idosos. Pela tipificação dos serviços socioassistenciais também é previsto o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas com a finalidade de prevenir situações de agravo que possam provocar o rompimento dos vínculos desses usuários (Brasil, 2014).

Vê-se que as ações desenvolvidas tanto pelo psicólogo quanto pelo assistente social não sofrem distinção na operacionalização dos serviços. Tanto a NOB-RH quanto a Tipificação trazem as ações que os técnicos de nível superior devem realizar. O que vai diferenciar a prática é o arcabouço teórico-metodológico que advém de cada profissão específica e como o profissional vai operacionalizar isso através das ações que devem ser realizadas.

Silva e Bezerra (2018, p.119) desenvolveram uma pesquisa de revisão sistemática na literatura e em artigos científicos com o objetivo de descrever o trabalho do psicólogo no CRAS. Observaram que as principais atividades realizadas por eles são “atendimento psicossocial e acompanhamento as famílias; inserção das famílias em benefícios, programas de geração de renda; elaboração de laudo, relatório e parecer psicossocial; atividade socioeducativa e cursos profissionalizantes”.

De forma complementar, Araújo (2010) aponta que os psicólogos no CRAS também desenvolvem atividades de produção e sistematização da informação através da vigilância social, proteção proativa em visitas às famílias em maior vulnerabilidade, obtenção de dados dos indivíduos e famílias para a aquisição de documentos civis contribuindo para o exercício da cidadania, e realizam as ações através de alguns procedimentos como entrevistas, visitas domiciliares e trabalho em grupo.

Para auxiliar os psicólogos na compreensão do seu papel na atuação no CRAS, em 2007, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) criado para dar suporte aos psicólogos na sua atuação nas políticas públicas e direitos humanos, elaborou um caderno de referências técnicas e na apresentação afirma que o trabalho nessa área deve acontecer em direção a uma ética voltada para a emancipação humana, valorizando a construção de práticas comprometidas com a transformação social. Segundo o documento, o

psicólogo precisa compreender as potencialidades e vulnerabilidades do território, atuando na perspectiva de cidadania.

Nesse sentido, é necessário sair da perspectiva individualizante para entender que o sujeito atendido na política de Assistência Social está inserido em uma comunidade, sendo esta envolta por uma história, contradições inerentes ao processo social, possibilidades múltiplas e laços sociais estabelecidos. Assim, entende-se além da dimensão particular do sujeito também a dimensão sociohistórica que o constitui e atuar nessa perspectiva é estabelecer um compromisso social de transformações individuais e coletivas.

O CREPOP (2007) orienta que o psicólogo precisa desenvolver seu trabalho na perspectiva da intersetorialidade, e isso implica que é preciso articular com as ações existentes na comunidade e também àquelas realizadas pelos moradores da área de abrangência do CRAS, na perspectiva de firmar parcerias para que as ações alcancem resultados efetivos. Dentre o suporte teórico-metodológico, a orientação para a prática traz explicitamente o nome de autores como Silvia Lane, Martín Baró, Sawaia e aponta a alternativa de utilizar outros estudiosos da área da Psicologia Social, Comunitária, Institucional e do Desenvolvimento, além de outras.

Acrescenta ainda que o trabalho desenvolvido no CRAS deve ser voltado para o alívio imediato da pobreza, para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza e o desenvolvimento das famílias. É preciso que os psicólogos fortaleçam os vínculos sócio-afetivos, promovendo ações que diminuam o sofrimento, promovam a autonomia e a emancipação social.

Este é o nosso compromisso ético-político, cada vez mais implicado com a produção de bem-estar bio-psicossocial, cada vez mais comprometido com a promoção da vida. Propor, a partir das nossas intervenções, atravessar o cotidiano de desigualdades e violências a estas populações, visando o enfrentamento e superação das vulnerabilidades, investindo na apropriação, por todos nós, do lugar de protagonista na conquista e afirmação de direitos. (CREPOP, 2007, p.20)

Nesse sentido, Senra e Guzzo (2012) apontam que pensar o compromisso social da Psicologia é sair da utilização do uso do termo de forma banalizada e constituinte do vocabulário do politicamente correto para uma efetivação de mudança de trabalho, no sentido que o discurso em relação à questão social seja coerente com uma prática que permita tal mudança.

Miron e Guareschi (2017) discorrem justamente sobre esse discurso do politicamente correto em relação ao compromisso social da profissão, verificando muitas vezes a presença do termo nos discursos e pouca presença na atuação. Apontam que os psicólogos se encontram balizados pela perspectiva ética de emancipação e transformação humana através do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e atuam juntamente ao Estado, muitas vezes mantendo as formas de atuação em consonância com as técnicas elitistas no qual se iniciou a profissão. As autoras acreditam que é necessário compreender historicamente o surgimento do discurso do compromisso social e colocá-lo em movimento, para que não se cristalice em práticas já conhecidas pela profissão.

O psicólogo com postura ético-política ao atuar com as demandas, ainda que individuais, precisa compreender que sua ação gerará um efeito no coletivo e isso implica afirmar que sua ação é política e que apresenta essa dimensão. Muitas vezes o que ocorre é que os profissionais seguidos pelo rigor da cientificidade desenvolvem suas práticas a partir da neutralidade ou ainda, que devem seguir fielmente o que alguma normativa estabelece, distanciando-se dos sujeitos e de seu contexto concreto (Reis & Guareschi, 2011).

Ainda que essa mudança estrutural da sociedade não seja um papel decisivo do psicólogo é necessário entender que as ações empreendidas têm dimensões políticas que contribuem de forma direta ou indireta na transformação social. Dimensionar o impacto das ações e o contexto das mesmas permite se comprometer com elementos adjacentes ao processo individual. Conforme apontam Senra e Guzzo (2012, p.297), “[...] Para uma atuação

comprometida socialmente, não basta somente deslocar práticas e modelos teóricos de outros contextos de atuação do psicólogo para espaços comunitários, ou mesmo, restringir a abrangência de sua atuação”.

Assim, para se comprometer com a transformação social é preciso valorizar o saber e as experiências do oprimido, suas necessidades, potencialidades e também objetivos. Nessa compreensão da dimensão subjetiva do indivíduo, a Psicologia contribui com o campo da Assistência Social, ajudando a ampliar a sua capacidade cidadã e permitindo o exercício de sua cidadania (CREPOP, 2007).

Em relação ao Compromisso Social da Psicologia, o CFP aponta que é preciso um comprometimento do profissional com as classes subalternas e para isso defende a adoção de um projeto ético-político desde a formação até as práticas cotidianas dos profissionais. Contudo, isso revela uma problemática, haja vista que a Psicologia devido a sua pluralidade, possui diferentes projetos ético-políticos (Oliveira & Costa, 2018). Nesse sentido, Yamamoto (2012) traz que isso pode supervalorizar uma área em detrimento a outra e apontar um conhecimento como mais valoroso ou importante que outro, embora também mostre que apesar das diferenças e contradições internas é possível elaborar um projeto ético-político da profissão conjuntamente, haja vista as hegemonias são construídas e conquistadas, e não impostas.

Para a elaboração desse projeto ético-político, Guzzo (2016) aponta a necessidade de uma verdadeira inserção nos espaços públicos e comunitários, com um novo modo de pensar e agir, buscando promover a participação social, principalmente daqueles excluídos desse processo de controle social das políticas públicas. E acrescenta:

Se não queremos um compromisso da Psicologia com o sistema de dominação, precisamos responder a quem a Psicologia está servindo de fato; precisamos conhecer a realidade e o cotidiano das comunidades onde as pessoas vivem; precisamos vislumbrar alternativas à ordem estabelecida e isso requer uma organização coerente e forte de profissionais comprometidos com políticas concretas e em confronto com os abusos, as violações, as corrupções, as explícitas propostas de preconceito e exclusão. (p.150).

Nesse sentido, torna-se essencial ao psicólogo que conheça os diferentes contextos possíveis para sua atuação e com isso avaliar o impacto dessas ações e as dimensões transformadoras a que são impelidas. Na PNAS, o psicólogo parece que ainda está construindo a sua prática e para isso se vale de orientações desenvolvidas para do seu trabalho. Contudo, ainda existem controvérsias sobre qual seja o seu papel nessa política.

No TSF, o psicólogo pode assumir seu compromisso social com a profissão ao entender que o trabalho precisa ser direcionado para uma perspectiva cidadã, rompendo com práticas assistencialistas e de caridade, e contribuindo para que se entenda a política de Assistência Social como um direito de quem dela precisar. É preciso conhecer as famílias, seus diversos arranjos familiares, sua constituição enquanto família brasileira, contextualizando social e historicamente esses grupos, para que se evite julgamentos depreciativos dos usuários do SUAS. Adotar essa postura é assumir uma postura ético-política frente a demanda de trabalho (Brasil, 2016).

Portanto, nessa perspectiva de matricialidade sociofamiliar, a presença do Estado não se realiza prioritariamente a partir dos fracassos e dos problemas familiares. Ao contrário, a sua presença se faz na direção de atender as necessidades que se relacionam ao bem-estar das famílias, tais como: a necessidade de alimentação saudável e nutritiva; de ambiente de trabalho desprovido de riscos; de ambiente físico saudável; de segurança física; de segurança econômica; de educação; de segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto; de cuidados de saúde apropriados e proteção à infância; de relações primárias significativas, que possam se constituir em redes de apoio e oferecer um ambiente emocionalmente seguro. (Brasil, 2016, p.20)

Nesse sentido, Romagnoli (2012) reforça a necessidade de evitar a psicologização dos problemas da vida e a manutenção de mecanismos de exclusão presentes em nossa sociedade.

Já que a área da Assistência Social é um campo em construção para a Psicologia, é necessário estar atento às práticas desenvolvidas, porque da mesma forma que um saber pode libertar, também pode aprisionar e manter o que já existe, em um processo de reiteração da condição de subcidadania.

O psicólogo inserido na Assistência Social precisa compreender as questões sociais que vão além da perspectiva individualizada daquela família, entendendo que embora a centralidade da ação esteja voltada a ela, existe todo um território marcado por vulnerabilidades e potencialidades que precisa ser compreendido. Com isso, a política de Assistência Social precisa atuar de forma integrada com outras políticas, para que de fato haja uma potencialização da comunidade e dos indivíduos que dela fazem parte.

É justamente na intersecção famílias e território e na esteira de um processo participativo, que se torna possível buscar a implementação de recursos públicos de diferentes naturezas com os quais todas as famílias poderão contar, tais como a infraestrutura, a mobilidade urbana, a habitação e a rede de serviços. Também é por meio do território que se torna possível compreender melhor as mazelas e as angústias vividas cotidianamente pelas famílias, observar claramente a omissão do Estado na provisão de serviços e investir no fortalecimento dos processos participativos para a melhoria das condições de proteção social e da cidadania (Brasil, 2016, p.21).

Nessa perspectiva, embora o TSF tenha sua centralidade na família, o psicólogo no campo social precisa ter em mente que suas ações têm dimensões políticas e que estas podem ou não empreender mudanças sociais efetivas. Partindo-se do pressuposto que as condições de vulnerabilidade social que as famílias se encontram decorrem de elementos sociais outros que estão além da perspectiva individual e de responsabilização do sujeito, é a possibilidade de assumir o compromisso social da Psicologia enquanto profissão que pode contribuir na transformação de uma comunidade e com impactos subjetivos suficientes para transformar a sociedade.

Senra e Guzzo (2012) acreditam que, na PNAS, o psicólogo precisa compreender, principalmente no que tange às relações de dominação, a sociedade e as políticas públicas por

ela constituídas além de tomar de forma crítica as condições concretas da vida da população atendida por essa política as quais o profissional se depara no seu dia-a-dia de trabalho, evitando a naturalização das relações sociais. Nesse sentido, Yamamoto e Oliveira (2010, p.21) acreditam que é preciso construir um novo caminho teórico-metodológico para a atuação do psicólogo nas políticas públicas:

Pensar numa atuação que conjugue um posicionamento político mais crítico por parte dos psicólogos, com novos referenciais teóricos e técnicos que podem ou não partir dos já consolidados, mas que necessariamente, precisariam ultrapassá-los, é o grande desafio para a profissão no campo das políticas sociais em geral.

Reis e Guareschi (2010) acreditam que é justamente na formação em Psicologia, nos cursos de graduação que é possível começar a implementar mudanças para formar profissionais comprometidos com o contexto social e histórico que estão inseridos e entender os impactos das suas ações no coletivo, no sentido ético-político de fazer a Psicologia. Por exemplo, o estágio curricular pode propiciar ao estudante um contato com essa realidade, agenciando novos saberes, propiciando um espaço para pensar criticamente a profissão, constituindo-se em uma construção política.

Complementar a isso, Andrade e Romagnoli (2010), em pesquisa que realizaram com psicólogos atuantes no CRAS, perceberam que ainda existe um abismo entre os saberes acadêmicos e o que se visualiza na prática no exercício cotidiano da profissão. Essa desvinculação entre a realidade vivenciada e a formação acadêmica acontece em grande parte porque em relação à formação há uma hegemonia da prática clínica individual.

Para reduzir as ações padronizadas, elitizadas, assépticas, universais e despolitizadas, que não consideram o contexto social e político em que o indivíduo está inserido e as implicações disso para a construção de sua subjetividade, Silva e Carvalhaes (2016) sugerem que essas problematizações apareçam desde o início da formação do psicólogo, para que haja

uma conexão entre os saberes da Psicologia e das políticas públicas para a formulação de modos criativos de atuação.

Contudo, tal processo só pode ser realizado se o profissional e o estudante em formação forem capazes de se reconhecerem potencialmente como sujeitos históricos que podem orientar suas ações, com base na tomada de consciência de suas determinações, na superação do que obsta a emancipação, de serem capazes de assumirem e compartilharem a responsabilidade de que suas pequenas ações e/ou omissões podem atuar a favor ou contra interesses políticos, econômicos e sociais – a favor ou contra o estabelecimento de um estado ético (Franciscatti, Câmara, Ribeiro & Costa, 2017, p.29).

Com isso, vê-se que o psicólogo chega ao CRAS para desenvolver o seu trabalho, mas ainda não compreende explicitamente o seu papel. As legislações e os cadernos de orientação da Política Nacional de Assistência Social trazem os princípios e diretrizes da prática profissional e as ações que devem ser desempenhadas, mas não especificam o que se espera de cada profissional da equipe quanto a sua concepção teórico-metodológica.

A Política Nacional de Assistência Social materializada no SUAS é recente e a inserção da Psicologia no campo das políticas públicas ainda é um grande desafio. A formação em Psicologia parece ainda não fornecer o respaldo necessário para que o psicólogo saiba os caminhos que deve trilhar nas políticas públicas e as orientações elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia são pontuais buscando afirmar especialmente o compromisso social da profissão em detrimento de especificações teórico-metodológicas. Pode-se, a partir disso entender que o trabalho do psicólogo no CRAS é um espaço em construção e que não existe um modelo único para o mesmo em seu alinhamento com os fins indicados para a política.

5 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Trilhar caminhos é cuidar do movimento e dos encontros que nele surgirão, verificar os instrumentos passíveis de tornar a travessia a mais proveitosa possível e analisar os conteúdos emergentes que poderão trazer significativas mudanças de percepções e quiçá continuarão impulsionando o caminhar. Essa seção tem como objetivo apresentar, a partir dos objetivos da pesquisa, os percursos escolhidos para a realização da coleta de dados, o instrumento utilizado e o método de análise.

Enquanto definição, trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa na área da Psicologia Social e Institucional. Quanto às características da metodologia adotada, Chizzotti (2003) aponta que a pesquisa qualitativa preserva a objetividade do fazer ciência e valoriza a experiência humana de tal forma que não a confina em métodos nomotéticos, que limitam o objeto e universalizam sua aplicação, para analisá-la e descrevê-la. Ela exprime o compromisso social do pesquisador que também está imbuído pela realidade social que o circunda, reconhecendo a pluralidade cultural.

Entendemos que a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador não somente compreender os conteúdos que irão emergir como também ressignificar a própria experiência do pesquisar, observando os elementos da pesquisa no contexto histórico, social e cultural. Nesta forma de pesquisa os sujeitos pesquisados produzem saberes que serão compreendidos a partir da relação pesquisador-pesquisado:

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se, pois, que elas têm um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as suas ações individuais. (Chizzotti, 1995, p.83)

No sentido de conhecer a atuação dos psicólogos no CRAS a partir da perspectiva da participação popular dos cidadãos Política Nacional de Assistência Social, tem-se que o

contexto da pesquisa são as práticas desenvolvidas no âmbito da política para os que a acessam e convivem nos espaços por ela disponibilizados. Para tanto, procuramos compreender a percepção dos psicólogos acerca do seu trabalho tendo como premissa o CRAS como espaço público de participação popular.

A compreensão que tivemos do CRAS se deu com base nos documentos elaborados pela política para o desenvolvimento da proteção básica, com base nos preceitos gerais e específicos legalmente observados. Não tivemos a pretensão de investigar a instituição ou equipamentos de forma específica e territorializada, seu funcionamento próprio em cada localidade ou outras considerações.

Segundo dados do site do Conselho Federal de Psicologia, atualizados em 11/03/2019, temos no Brasil um total de 334.749 psicólogos, sendo que no estado do Paraná são 19.265, destes 16.761 são mulheres e 2.497 são homens. Conforme dados do site do MDS referente ao Censo SUAS de 2017, neste ano o Brasil contava com 8.292 CRAS distribuídos em 5.048 municípios. Em relação à quantidade de trabalhadores, em 2017 os CRAS tinham 27.097 técnicos de nível superior e 7.920 coordenadores, destes 10.101 são psicólogos. Dados do site da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Paraná apontam que o estado possui 569 CRAS nos 399 municípios e o censo SUAS 2017 traz que o estado conta com 601 psicólogos dentre equipe técnica de nível superior e coordenadores.

A pesquisa teve como público-alvo psicólogos atuantes no CRAS tanto em equipe técnica de referência como em equipes volantes. Enquanto critério de inclusão para participar da pesquisa, foram convidados psicólogos que trabalham em CRAS no estado do Paraná sendo estes divididos em dois grupos delimitados a partir da especificação do tamanho do município de trabalho, conforme indicado pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS (2006), sendo eles: municípios de pequeno porte I e II (ou seja, até 3500 famílias referenciadas) e municípios de médio e grande porte (que possuem

um CRAS para cada 5000 famílias referenciadas). O critério de exclusão implicou em não serem aceitos psicólogos que desempenhavam função diversa da área da Psicologia ou que não se articulavam com ela. Os psicólogos entrevistados trabalham nos seguintes municípios: Alto Piquiri, Cruzeiro do Oeste, Londrina, Rondon, São Manoel do Paraná e Umuarama.

O contato que tivemos com os psicólogos participantes da pesquisa foi inicialmente através da *internet*. Utilizamos o método bola de neve a qual consiste em que as pessoas entrevistadas indiquem as próximas pessoas a serem entrevistadas com as características desejadas e assim sucessivamente até obter a saturação da amostra. Trata-se de uma amostragem não probabilística que utiliza cadeias de referência (Vinuto, 2014).

As entrevistas foram iniciadas com os psicólogos atuantes em CRAS de municípios de médio e grande porte nos quais conseguimos aplicar a referida técnica. Já nos municípios em que o CRAS é de pequeno porte I e II, fizemos um convite para participação da pesquisa a partir de um grupo no aplicativo de celular *Whatsapp* do Conselho Regional de Psicologia (CRP) de Umuarama e região. A partir desse contato inicial, os participantes entraram em contato mostrando seu interesse em participar da pesquisa.

Os dados foram coletados entre os meses de julho e agosto de 2018, a partir de entrevista semiestruturada (apêndice A) em horário, dia e local determinados pelos participantes. Procuramos utilizar o roteiro de forma aberta o que assemelhou a entrevista a uma conversa informal na qual o participante discorreu sobre o tema e acrescentamos perguntas para elucidar questões que não ficaram claras e/ou também no objetivo de retomar o contexto da entrevista. As perguntas norteadoras incluíram as dimensões da trajetória de formação em Psicologia, o trabalho técnico desenvolvido no CRAS, seus objetivos e finalidades, a percepção do entrevistado quanto à participação popular e o entendimento do CRAS enquanto espaço de acesso a direitos.

A vantagem desse instrumento se dá em relação à elasticidade da duração, uma produção de melhor amostra da população de interesse e uma maior aproximação e abertura entre participante e pesquisador, o que contribui para a análise qualitativa dos conteúdos (Boni & Quaresma, 2005).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina (UEL) conforme parecer nº 2.719.036. Entregamos a cada participante um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em que os objetivos da pesquisa estavam presentes (apêndice B). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas de forma literal e os áudios foram excluídos após a transcrição e a identificação dos participantes na transcrição foi realizada por um número para garantir o sigilo.

Encerramos a coleta de dados com oito entrevistas realizadas e a amostragem foi estabelecida a partir da saturação teórica. Tal processo ocorre quando, a partir das entrevistas realizadas, as informações começam a se repetir e ser redundantes, o que significa dizer que as informações trazidas pelos participantes das entrevistas já estejam acrescentando pouco ao material obtido para a compreensão do que se pretende investigar (Fontanella, Ricas & Turato, 2008).

Desse modo, a pesquisa não objetiva a quantidade, mas sim qualidade dos conteúdos obtidos nas entrevistas. É realizado um processo contínuo de análise dos dados, sendo esta “uma ferramenta conceitual de inequívoca aplicabilidade prática, podendo, a partir de sucessivas análises paralelas à coleta de dados, nortear a sua finalização” (Fontanella, Ricas & Turato, 2008, p.25).

As 08 participantes da pesquisa são mulheres, com um tempo de formação que varia de 03 anos a 12 anos, sendo que 07 delas concluíram a graduação em Psicologia em universidade/faculdade particular e 01 em universidade pública. Em relação ao trabalho no CRAS, 03 atuam em municípios de pequeno porte I, 01 em município de pequeno porte II, 02

em município de médio porte e 02 em município de grande porte. A carga horária predominante é 40 horas (05 participantes), sendo que as demais trabalham 30 horas (03 participantes). Em relação ao vínculo empregatício 06 participantes são concursadas como estatutárias, 01 concursada como emprego público e 01 celetista. Em relação à equipe de trabalho, 07 participantes são da equipe técnica de referência e 01 participante era da equipe volante e hoje está como coordenadora. O tempo de trabalho no CRAS varia de 01 ano e 06 meses a 09 anos, sendo o tempo de trabalho predominante entre as participantes (05) de aproximadamente 02 anos, com variações de um mês a mais ou a menos.

Para a análise da coleta de dados, resultante das entrevistas transcritas, utilizamos a análise de conteúdos e seguimos as seguintes etapas, conforme disposto por Bardin (1977), que ocorreram em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na primeira fase realizamos uma leitura flutuante das entrevistas transcritas, em que definimos o *corpus* da análise e estabelecemos os indicadores para a realização da mesma. Na segunda fase organizamos todo o material de análise, para realizar a categorização dos conteúdos que emergiram pautados em categorias já definidas observando as hipóteses e objetivos da presente pesquisa e em outras categorias que emergiram na análise. Na terceira fase, realizamos de forma qualitativa a interpretação dos conteúdos categorizados, compreendendo e analisando também os conteúdos latentes presentes nas entrevistas. Conforme aponta Bardin (1977, p.31):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

Nesse sentido, Campos (2004) aponta que o método da análise de conteúdos objetiva-se na busca de sentido ou sentidos de um determinado documento, não devendo ser extremamente vinculada ao texto ou a técnica, de forma que prejudique a criatividade e a

intuição do pesquisador, e nem tão subjetiva, evitando assim que as ideias e valores do pesquisador não se confundam com a análise.

Escolhemos a análise de conteúdo porque pudemos comparar as categorias das amostras observadas nas entrevistas aos documentos de referência para a atuação do psicólogo no CRAS elaborados pelo MDS, buscando similaridades e diferenças como também discutimos a partir do referencial teórico elencado para a pesquisa. As categorias de análise foram definidas a partir dos dados levantados. Entretanto, tivemos na pesquisa, como ponto de partida, ao menos dois tópicos para análise: “CRAS: espaço público de participação popular” e “Formação em Psicologia”. Durante a análise desta última emergiram posteriormente duas subcategorias: “Clínica: um desejo” e “Contribuições da graduação para o exercício profissional na Assistência Social”. Seguida a essas categorias indicadas, observamos posteriormente outra: “O trabalho do psicólogo no CRAS” (dividida em duas subcategorias que intitulamos “Construindo uma prática: campo de incertezas” e “Apagando fogo”).

Também para a coleta de dados, partimos de um grupo de entrevistados que se dividia em psicólogos atuantes em municípios de pequeno porte I e II (04 entrevistadas) e de psicólogos atuantes em municípios de médio e grande porte (04 entrevistadas). Após a coleta de dados e na realização da leitura flutuante e organização das categorias percebemos que não houve diferenças significativas entre os grupos quanto aos dados obtidos no que tange a questão específica sobre a participação popular no espaço público do CRAS. Desta feita, não consideramos tal subdivisão no universo de análise, tratando as entrevistas a partir de um grupo único.

A seguir apresentaremos a análise dessas categorias em consonância com o estudo realizado, a fim de compreender as práticas do psicólogo no espaço público do CRAS. As falas das participantes estarão com recuo e em itálico no decorrer do texto. Em virtude de

acreditarmos no trabalho do psicólogo enquanto potencializador e transformador de realidades, face o seu compromisso social da profissão, iremos identificar os participantes da pesquisa com nome de estrelas, potências existentes em nosso universo e que brilham mesmo diante do caos e do nada. Sendo assim, seguiremos com as falas de Adhara, Electra, Giannah, Maia, Meissa, Nashira, Sabik e Zaniah.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na presente seção será apresentada a análise das entrevistas realizadas com as oito psicólogas que trabalham nos CRAS em diferentes cidades do estado do Paraná tendo por elementos mediadores os documentos que embasam a Política Nacional de Assistência Social e o referencial teórico elencado nas primeiras seções. Ressalta-se que os resultados se referem a determinado contexto e tempo histórico, suas devidas singularidades, não sendo um objeto de estudo enrijecido.

Essa percepção do objeto se dá pelo fato de que as entrevistas envolvem as singularidades presentes na atuação de trabalho de cada uma das entrevistadas que se inserem em um contexto de trabalho a partir de seus próprios arcabouços teóricos e metodológicos. Desta feita, os conteúdos que emergiram nas entrevistas correspondem aos aspectos desse grupo em particular quanto à percepção do CRAS enquanto espaço público de participação popular. Consideramos que tais falas trazem elementos importantes para repensar a Política Nacional de Assistência Social e como ela vem sendo construída. Contudo, não se pode entender que estes elementos não possam sofrer variações, principalmente em outras cidades e regiões do País.

Assim, compreender os limites da análise é também colocar em evidência as singularidades do encontro propiciado pela pesquisa e a riqueza de conteúdos presente na amostra participante, que podem trazer conceitos, angústias e problematizações que contribuam com a compreensão do campo de trabalho de outros psicólogos também atuantes nesta área.

6.1 FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Para a compreensão dessa categoria partimos do pressuposto de que a formação em Psicologia deve oferecer as bases teórico-metodológicas para que o psicólogo ao se deparar

com a realidade profissional em diferentes contextos possa ter os subsídios necessários à sua atuação. Entretanto, viu-se a partir das entrevistas realizadas com as participantes que elas iniciam sua trajetória na universidade buscando uma Psicologia ainda fortemente presente no imaginário social em que o campo de atuação é predominantemente clínico, o que constitui a base de discussão para a primeira subcategoria nesta análise a qual chamamos de “Clínica: um desejo”.

Por sua vez, a área social e todo o contexto comunitário na formação como um encontro, uma descoberta, que muitas vezes pelos currículos vigentes na formação dos participantes não foi aprofundada. Essa discussão nos levou a formação da segunda subcategoria nesta análise da seção, “Contribuições da graduação para o exercício profissional na Assistência Social”, na qual foram apontados os atravessamentos da formação e como esse contexto contribuiu para a prática profissional.

6.1.1 Clínica: Um Desejo

Os conteúdos que emergiram nas entrevistas apontaram que o caminho escolhido na formação e os interesses que pautaram as escolhas das participantes em relação à profissão em si e em relação também à identificação *a posteriori* se deu em conformidade a um desejo da área clínica.

Há um processo subjetivo que fornece os agenciamentos aos desejos e visualizá-la na constituição da Psicologia no país enquanto profissão é se permitir compreender o que perpassa o coletivo. Nas falas das participantes é possível visualizar a clínica como o motivador da busca para ingressar nesta ciência.

“[...] meu sonho era ir pra área clínica, tudo eu esperava, eu só conseguia ver a Psicologia no formato clínico” (Zaniah)

“A vida toda eu sempre quis ser psicóloga, mas quando a gente pensava em Psicologia naquele tempo era na salinha, no sofazinho, no divã, não tinha essa coisa né” (Electra)

“[...]desde o início do curso eu tinha pra mim essa, o foco da formação na área clínica, na parte clínica, porque eu entendia que era isso que eu queria, com isso que eu queria trabalhar [...] então mas na verdade como eu não me preparei pra isso [prática na Assistência Social] durante a graduação, especialização também foi em psicologia clínica, dentro da psicanálise né, então assim dentro da área de formação foi esse o foco” (Meissa)

“[...]eu fiquei mais voltada pra parte clínica, porque eu, eu pessoalmente gosto mais dessa área” (Nashira)

A Psicologia desde quando se tornou profissão regulamentada no Brasil em 1962 teve fortemente vinculada à sua ciência as práticas clínicas com foco nos binômios normalidade x anormalidade, saúde x doença, no individualismo e na neutralidade das técnicas. Foi um fenômeno como já expusemos na quarta seção, marcado pelo movimento autocrático-burguês, fortemente influenciado pelas condições sociais e históricas do país e que levou o psicólogo ao desenvolvimento de uma profissão elitista, que não contemplava toda a população. As duas primeiras décadas da Psicologia no país foram fortemente marcadas por atividades na área da clínica, organizacional e escolar e isso influenciou a ideia (socialmente disseminada) do que é a profissão de certa forma (Araújo, 2014; Yamamoto, 2007).

Em pesquisa realizada, Reis e Guareschi (2010) perceberam que o modelo de prática *psi* dominante, mesmo no campo das políticas públicas, é aquele atrelado ao projeto da modernidade, voltado ao olhar individualizante e clínico ora mencionado.

Na compreensão de uma ciência que se fortaleceu no tensionamento entre diferentes projetos políticos, é importante perceber que a ideia de uma profissão embasada no modo de pensar e viver de um grupo dominante (que chamamos comumente de “elite”) preponderou. A Psicologia, no caminho de firmar no país suas práticas e visão de mundo, encontrou respaldo

técnico-científico das ciências positivas, sendo que o modelo clínico de atendimento foi e ainda é o local de atuação da maior parte dos profissionais.

Conforme apontam Feliciano e Oliveira (2017), para Arendt, a educação está situada no âmbito pré-político, juntamente com a vida privada. Ela considera que a vida política inicia quando termina a educação, sendo esta imprescindível para o bom funcionamento daquela. Seus estudos apontaram a crise da educação no contexto americano, indicando que assuntos da esfera privada passaram a ocupar os espaços educativos os quais associados a uma crise da autoridade, fez com que a educação escolar perdesse a capacidade de cumprir a sua principal função: introduzir a criança ao mundo. Com isso, as ações educacionais voltaram-se aos interesses privados e individuais e a esfera pública e política deixou de ser o foco da existência humana nas sociedades contemporâneas.

É possível realizar uma relação dessa discussão aos projetos políticos educacionais presentes na formação em Psicologia. Conforme exposto, no início da profissão o projeto de ensino corroborou com os interesses dominantes que focavam o ensino na constituição individual e servia aos interesses privados de uma elite autocrática. Aos poucos, em especial a partir da década de 1980, a Psicologia foi revendo os seus projetos, tornando-se sensível quanto à ampliação de acesso aos seus serviços, o que culminou em uma maior inserção no campo das políticas públicas. Acerca disso, Miron e Guareschi (2017, p. 354) discorrem:

A articulação desse conjunto de forças é compreendida aqui como acontecimento que possibilita a emergência uma Psicologia comprometida com a garantia de direitos. Os jogos de poder entre essas duas Psicologias são condição de possibilidade para o discurso do Compromisso Social da Psicologia se instituir na década seguinte.

Nesse sentido, foi preciso construir uma concepção de compromisso social da profissão que levou a uma aproximação em direção de intervenções em prol de um espaço público plural e para a construção conjunta de uma sociedade mais humana e mais justa.

Ribeiro, Silva, Braga e Malta (2018) realizaram uma pesquisa com estudantes ingressantes de diversos cursos de graduação e verificaram que no processo identitário de escolha do curso os motivos são diversos e vão desde a paixão, falta de opção, influência de terceiros, concepção ideológica e o *status* da profissão. Isso está alinhado com o que foi encontrado por Magalhães, Straliozzo, Keller e Gomes (2001) que realizaram uma pesquisa com 146 estudantes do primeiro ano de graduação em Psicologia e constataram que o atendimento individual em consultório foi o ideal de atuação profissional apontado pelos sujeitos na sua busca profissional.

Ao longo das entrevistas realizadas em nossa pesquisa, foi possível perceber que as participantes tiveram uma formação fortemente marcada pela clínica ou porque afirmaram que a grade curricular era voltada para a área clínica seja porque em uma formação em ênfases (conforme proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN - para o curso de Psicologia), acabaram por optar pela área clínica.

“[...]Na realidade a minha grade curricular foi é toda voltada pra clínica né, então eu não vi nada, o que eu vi de social foi no segundo ano que a gente tinha uma matéria específica que era Psicologia Social [...] No último ano que a gente vai para a prática mesmo de fato, a... as nossas práticas foram em clínica, organizacional, escolar e grupal, de grupo né” (Electra)

“[...]Logo no início me identifiquei com a Psicanálise né. Eu acho que atendeu mais a algumas ideias que eu já tinha do ser humano de questões que eles não sei, que eles podem se implicar pra resolver né suas situações, então me identifiquei com a psicanálise. É..hum.. no meio da graduação aí eu já já tinha decidido também pela área clínica [...]” (Adhara)

“[...]foi...era..era muito forte a questão da clínica assim mesmo né, na nossa formação, é...a gente fazia quatro tipos de estágio no final da faculdade que era o clínico mesmo, em grupo, organizacional e escolar, então não tinha nada...[...] logo que eu me formei, imatura de tudo assim né, aquela ânsia de, de repente, fazer uma pós graduação, alguma coisa pra me qualificar, eu fiz uma pós graduação que era uma questão de clínica assim também né, que foi análise do comportamento, é... então é...” (Maia)

“[...]eu fui pra área clínica, como geralmente acontece, a gente vai pra uma área e depois a gente cai em outra, mas foi um cair muito bom. Então eu fui pra área clínica, dentro da faculdade assim [...] eu fui pra área clínica, eu fui pra, pra, pros estágios em clínica, fazia em psicanálise que era algo que eu sempre gostei muito, inclusive foi muito muito enriquecedor pra mim até hoje assim é algo que realmente conta e contou muita pra minha formação” (Sabik)

As participantes trouxeram a presença do olhar clínico em seus currículos e apontaram que os estágios aconteceram em sua maioria nas áreas clínica, organizacional e escolar. Como pode ser visto nas falas acima, por exemplo, Sabik aponta ainda que a área clínica foi enriquecedora para sua formação.

Em relação à presença da área clínica nos currículos, vale a pena retomar quais eram as disciplinas presentes na grade curricular quando a Psicologia foi regulamentada no país pela lei nº 4.119/62. De início foram estabelecidas três terminalidades para o curso, licenciatura e bacharelado ambos com duração de quatro anos e formação de psicólogo, que habilitava para o exercício profissional que cumulado com as anteriores durava cinco anos. No relatório final das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2018, o CFP (2018, p.23) aponta:

Para o Bacharelado e a Licenciatura, o currículo mínimo era composto pelas seguintes matérias obrigatórias: Fisiologia, Estatística, Psicologia Geral e Experimental, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Personalidade, Psicologia Social e Psicopatologia Geral. Para a Licenciatura, que habilitava para o exercício do magistério em cursos de nível médio, eram também obrigatórias as matérias pedagógicas fixadas em resolução especial. (...) Para a obtenção do diploma de psicóloga e psicólogo era necessário cursar, além das disciplinas citadas, mais cinco, sendo: Técnicas de Exame Profissional e Aconselhamento Psicológico, Ética Profissional e pelo menos três dentre as seguintes: Psicologia do Excepcional, Dinâmica de Grupo e Relações Humanas, Pedagogia Terapêutica, Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem, Teorias e Técnicas Psicoterápicas, Seleção e Orientação Profissional, Psicologia da Indústria.

Com isso, verifica-se que nos primeiros quarenta anos da ciência Psicologia, a noção de currículo mínimo serviu a uma visão positivista e individualista da profissão que reforçou seu caráter elitista, face ao contexto histórico, social e político do país. Como a Psicologia foi regulamentada por esse viés, os efeitos desse agenciamento da profissão são percebidos até hoje na percepção coletiva do que é ser psicólogo.

A discussão curricular só foi retomada em 1992, após o período de redemocratização do país, no encontro conhecido como “Encontro de Serra Negra” – I Encontro de

Coordenadores de Curso de Formação de Psicólogo, que o CFP e os Conselhos regionais através da Câmara e Comissões de Educação Profissional promoveram, o qual teve a presença de 98 das 103 instituições de formação do país. Neste encontro foram estabelecidos alguns princípios norteadores da formação em Psicologia e dentre eles o compromisso social e ético com a realidade brasileira e a pluralidade de aportes teóricos, campos e práticas (CFP, 2018).

Além dos princípios, apoiaram também o estabelecimento de uma formação básica pluralista que tivesse fundamento em bases epistemológicas, éticas e políticas, para que cada instituição de formação em Psicologia organizasse seu currículo de acordo com seu contexto regional (Cury & Neto, 2014).

O Ministério da Educação (MEC), a partir de 1995, orientou que os cursos de graduação de todo o país revisassem seus currículos para que fossem voltados às competências e habilidades o que foi o elemento orientador das DCN e que culminou nas reorientações curriculares das DCN em 2004 e em 2011, que não mais contemplou o currículo mínimo, mas ofereceu diretrizes para o perfil do profissional que se pretendia formar. Ao longo do ano de 2018, foi realizada uma nova reorientação à formação em Psicologia para a elaboração de novas DCN, processo para o qual foi articulada participação de estudantes e profissionais da Psicologia por meio de uma série de reuniões regionais (CFP, 2018).

Dentre os temas elencados para o debate para a reformulação das DCN em 2018, tem-se a “concepção geral da formação”, que traz questões relativas à formação generalista e por ênfases, de forma a realizar reflexões quanto às características regionais e também como a orientação da Psicologia enquanto ciência voltada à defesa dos direitos humanos deve aparecer nos currículos. Também aparece para debate o tema “perfil do egresso”, que traz reflexões acerca do profissional em formação e as demandas contemporâneas, bem como a pluralidade de campos de atuação. Vê-se também uma preocupação em se debater as “metodologias de ensino-aprendizagem”, os “sistemas de avaliação”, os “estágios”, a

“pesquisa”, a “extensão” e a “licenciatura” (CFP, 2018). Todas essas reflexões acerca de como as DCN 2004/2011 estabeleceram e como esta tem sido materializada na prática resultaram na minuta das DCN 2018.

Desta feita, nota-se que a Psicologia enquanto ciência pode assumir diversos caminhos sendo o seu campo de atuação, amplo. Contudo, a grande dificuldade é propiciar na formação ao estudante o contato com essas diversas áreas. Em decorrência da percepção dos participantes que a área clínica em detrimento a área social estava tão presente na formação é que chegamos à segunda subcategoria.

6.1.2 Contribuições da Graduação Para o Exercício Profissional na Assistência Social

Para compreender esta subcategoria referente às contribuições da graduação para atuação dos psicólogos na prática nas políticas públicas (e no nosso interesse, principalmente no CRAS) colocamos inicialmente a seguir falas de algumas participantes que apontaram que na graduação tiveram pouco contato com disciplinas que tratavam a questão da área social e políticas públicas.

“É...mas já a Psicologia social por exemplo na UEL quando eu fiz a graduação não era tão forte como é hoje, mais a Psicologia Social Comunitária né, alguns autores que hoje em dia eu sei, eu tenho né proximidade com pessoas que estudam lá enfim que hoje em dia já existe, na minha época não teve” (Adhara)

“Política pública não tive, o que a gente teve foi a disciplina Psicologia Social, eu lembro que foi no terceiro ano e foi assim, uma novidade na verdade, porque, é.... [...] só que assim, a Psicologia social como disciplina mas não como um campo de atuação, eu acho que isso faltou bastante na época.” (Meissa)

“Da área social foi pouquíssima coisa na graduação [...] mas assim foi bem pincelado e a matéria, eu não vou me lembrar agora o nome certo da matéria, e... que era a que mais a gente via nessa questão mesmo né, dos trabalhos na... nessa área” (Nashira)

Nesse sentido, algumas participantes tiveram que buscar especializações depois de formadas para conseguir compreender a dimensão da política de Assistência Social,

principalmente relacionado ao contexto das políticas públicas. Essa foi uma preocupação do documento escrito pelo Conselho Federal de Psicologia em conjunto com o Conselho Federal de Serviço Social, ainda em 2007: “O(a) psicólogo(a) deve estar em aprimoramento contínuo, em sua área, que lhe possibilite o desenvolvimento de habilidades de análise e síntese, de aplicabilidade de conhecimentos na prática, de comunicação e de trabalho em equipe” (CFESS/CFP, 2007, p.36).

Observa-se que esse aprimoramento contínuo foi buscado pelas participantes depois que já estavam inseridas no campo de trabalho CRAS e que contribuiu, por conseguinte, para a compreensão do contexto das famílias, aprofundando o conhecimento na área de políticas públicas.

“Ai minha pós, eu tenho uma pós em políticas públicas e SUAS né então... [...] porque você sabe que são muitas, a Política de Assistência Social ela é gigantesca né, e ela tá crescendo, ela tá mudando muito, na época eu era a única psicóloga a fazer essa pós, não tinha nenhuma psicóloga fazendo, todas assistentes sociais, então eu me sentia um peixinho fora d’água né, e às vezes eu nem falava que eu era psicóloga para os professores porque ainda tinha muito essa coisa de preconceito mesmo né, mas eles achavam interessante o fato de uma psicóloga, os professores né, de uma psicóloga se interessar pelo assunto, que eu acho que a gente precisa se interessar porque não é só chegar aqui e entender o contexto daquela família se você não entender de fato como é que você vai poder ajudar.” (Electra)

“Eu fui ter mais contato com a política na verdade enquanto disciplina depois na verdade que eu já estava inserida no CRAS, que foi na minha segunda pós que eu estava fazendo, que foi saúde mental, psicopatologia e atenção psicossocial, ai a gente foi ver políticas, mas eu já estava inserida, então querendo ou não eu já tinha me aprofundado, já tinha recorrido a materiais, as normas. Então, assim, eu já estava por dentro, mas enquanto faculdade foi tudo bem sucinto” (Giannah)

Outras participantes apontaram que tiveram o contato com a área social e políticas públicas na graduação e quando foram para a atuação profissional no espaço do CRAS não viam como algo completamente desconhecido. Romagnoli (2012) aponta que o SUAS apareceu como uma possibilidade ao psicólogo de deslocamento do seu campo de trabalho, contudo, acrescentou ser necessário que na graduação esse campo seja mais conhecido através

de estágios, projetos de extensão, pesquisas, produzindo novos conhecimentos e novas metodologias.

A partir dos novos encontros, seja no contato com a área social nos estágios, nos projetos, nas disciplinas, pela mediação de um professor, pelas inquietações da sua própria existência, o psicólogo em formação pode produzir novos desejos, estabelecer novas relações, agenciar novos modos de vida, a partir da experimentação, do acontecimento e isso pode ser observado a partir das falas abaixo.

“[...]a minha faculdade ela abrangia todas as áreas, então eu tive contato com todos os campos da Psicologia né, fiz alguns trabalhos e estágios em Psicologia Social, me identifiquei muito com a área, o setor público sempre me chamou atenção pra atuação profissional, então eu sempre eu me vi trabalhando em políticas públicas, ou saúde ou na área da assistência social” (Giannah)

“[...]não era um mundo completamente desconhecido né, porque assim, realmente pelo menos na minha época de graduação foi algo muito enfatizado, a gente teve excelentes professores na época, nesse, nessa área específica, então por mais que eu não fui pra prevenção e promoção da saúde, que era onde que era mais diretivo pra o que eu trabalho hoje, mas era muito, mas foi muito enfatizado em outras matérias” (Sabik)

“Então assim na graduação eu comecei a descobrir os outros caminhos da Psicologia, as outras áreas de atuação que o psicólogo podia estar e eu me apaixonei. No entanto foi pra onde que minha opção foi pra prevenção, porque comecei ver o psicólogo, a olhar a Psicologia com outro olhar, até então eu só tinha o olhar focado mesmo no clínico, e assim e eu me apaixonei nos estágios mesmo da área social, então assim foi um período maravilhoso, principalmente no último ano que aí foi mais pra prática, [...] então assim foi muito bom mesmo, eu tenho pra dizer assim, que o último ano foi o essencial, maravilhoso, então foi pra concretizar que eu tava no caminho certo.” (Zaniah)

Através da fala das participantes é possível verificar a importância do estágio no processo de formação. Elas tiveram contato com as disciplinas que abrangiam a área social, mas a experiência do estágio foi que possibilitou uma identificação com a área das políticas públicas e agenciou novos desejos e olhares acerca da profissão.

Em relação à importância dos estágios, no “Encontro de Serra Negra” houve uma preocupação com a função social da Psicologia. Para isso trouxeram orientações de que os

estágios deveriam contemplar práticas em variados campos da Psicologia, além de ter uma constante avaliação no local de seu desenvolvimento para verificar a sua adequabilidade à aprendizagem do aluno (Cury & Neto, 2014).

O artigo 26 e seu parágrafo 1º das DCN de 2018 também ressaltam a importância da diversidade de campos no estágio:

Art. 26º Os estágios supervisionados visam assegurar a inserção e participação do estudante no campo do trabalho e seu contato com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos e atitudes se concretizem em ações profissionais.

§ 1º Os estágios supervisionados devem garantir a diversidade de campos de inserção, fortalecendo a perspectiva das políticas públicas e dos direitos humanos

A presença dos estágios nas diretrizes curriculares indica a importância dessa prática para a aquisição de conhecimentos. Não entendemos o estágio enquanto prática complementar ao ensino teórico, mas um campo possível de aprendizagens próprias e contatos únicos, de experiências que contribuem para a atuação profissional depois da formação.

O estudante ao chegar ao ensino superior começa a conhecer as diferentes possibilidades de atuação da Psicologia em diversos campos e para isso somente as disciplinas não trazem a aprendizagem necessária para o desenvolvimento profissional. Nesse sentido, os estágios fornecem subsídios importantes para a aquisição de conhecimentos do psicólogo em formação e foi possível perceber isso através da fala das participantes. Algumas afirmaram que tiveram pouco contato com a área social enquanto disciplina e acabaram por buscar nas especializações um respaldo para sua prática; outras já no contato com o estágio redescobriram uma ciência psicológica que desconheciam e conseguiram se identificar e criar novas possibilidades para sua atuação.

Em relação à contribuição da formação em Psicologia para o desenvolvimento do trabalho do psicólogo no CRAS, as participantes trouxeram, em sua maioria, que a graduação contribuiu principalmente em relação à escuta qualificada e à percepção do outro como

sujeito. Novamente, indicaram também que as disciplinas suscitaram problemáticas da área social e os estágios contribuíram para a compreensão do trabalho a ser desenvolvido nas políticas públicas e no trabalho coletivo.

“Contribuiu, contribuiu porque assim é apesar de não ter por exemplo visto a política em si, a minha faculdade ela puxava muito para o lado social, então nós tivemos várias disciplinas e vários professores que traziam reflexões sobre as problemáticas da Psicologia social, então eu acredito que sim, foi importante” (Giannah)

“[...]como eu já fiz os estágios voltado dentro das políticas públicas e tudo, então assim quando eu vim trabalhar aqui não foi algo diferente pra mim, então assim eu acredito, por isso que eu falo assim que a minha formação foi boa, porque não foi nada novo, eu só ampliei aquilo que eu já tinha visto, então assim, ainda tem muito, até hoje tem muitos conteúdos assim que eu busco lá, eu falo mas eu vi isso, eu lembro vagamente da disciplina que foi falado, então me ajudou sim, então não é algo muito novo, só assim eu acho que como na faculdade o período passa tudo muito rápido, então não dá tempo de você se aperfeiçoar, mas contribuiu e muito.” (Zaniah)

Outra participante apontou que apesar da graduação ter contribuído para o desenvolvimento do seu trabalho no CRAS, o desafio foi grande, principalmente pelas diversas demandas presentes no cotidiano do serviço, conforme fala abaixo.

“Muito, muito, eu acho que contribuiu muito né, assim, alguns professores, né até hoje eu sinto [...] É claro que é um desafio muito grande. Foi meu primeiro emprego depois de formada, é um desafio muito grande, CRAS, trabalhar com políticas públicas, trabalhar com CRAS que é a porta de entrada pra tudo, é onde chega tudo né, mas né, a minha formação deu sim uma base boa pra isso, mas não fiz nenhuma pós ainda” (Sabik)

As participantes trouxeram que na graduação puderam ter contato com estágios e disciplinas que propiciaram uma aproximação com a área das políticas públicas e apontaram que as reflexões acadêmicas foram importantes para a compreensão da sua prática no CRAS. Uma das participantes trouxe, conforme fala abaixo, que a partir da sua formação começou a perceber o seu compromisso social da profissão, pois trouxe o trabalho psi como instrumento de mudança social.

“[...]eu gostava, isso já foi importante pra mim começar, por tudo que eu vi na faculdade, que foi trabalhado, as discussões que eram propiciadas no espaço acadêmico, fizeram com que eu gostasse e visse a atuação em políticas públicas como uma possibilidade de trabalho, então por isso que eu falo que já me ajudou, porque eu já gostava, eu já sabia, e eu já tinha dentro de mim, a psicologia como ferramenta de mudança social, então eu acho que isso foi um ponto muito importante, então quando eu vim p CRAS eu tive mesmo que absolver só mesmo a questão das normas, dos parâmetros, o que cabe ao psicólogo dentro do CRAS, no sentido assim, operacional e técnico, porque eu acho que a bagagem do dever da psicologia enquanto é... facilitadora de mudança social, da facilitação, digamos assim, da população ocupar seu local, seu lugar enquanto sujeito na história, então assim eu já trazia da faculdade, então eu só tive assim que me aprimorar e verificar esses pontos mais técnicos do que pode e o que não pode, coisas técnicas mesmo.” (Giannah)

Na fala acima, Giannah traz que, na formação inicial, compreendeu o dever da Psicologia de ser facilitadora da mudança social e de permitir que “a população ocupe seu local, seu lugar enquanto sujeito da história”. É importante perceber através disso que a graduação contribuiu para a percepção de que os cidadãos podem participar politicamente da sociedade como agentes de transformação e a participante somente teve que aprimorar mais seus conhecimentos técnicos específicos para sua atuação no CRAS.

Outras participantes trouxeram que embora sua formação tivesse sido voltada para a área clínica e mesmo que a tipificação do trabalho no CRAS entenda que ele não seja um espaço para atendimento psicoterapêutico clínico, a escuta qualificada e a compreensão do ser humano aprendidos na formação contribuem para o desenvolvimento dos seus trabalhos no CRAS.

“A psicanálise em si contribui desde sempre assim até pra essa escuta, porque lá pela tipificação a gente não pode fazer atendimento psicoterápico né, mas eu acredito e no que eu discuto com meus colegas lá que a escuta que eu tenho é a que eu vou oferecer aonde eu estiver.” (Adhara)

“Eu coloco sempre assim que, por mais que a gente seja um trabalho é totalmente diferente da clínica, do setting tradicional, terapêutico e tal, mas a nossa forma de enxergar o ser humano né, de perceber essa construção e tal, da própria sociedade, isso tudo eu trouxe comigo né, então eu acho que isso tá junto e contribui com certeza né.” (Meissa)

Ao revisitar sua formação, outra participante fez uma analogia do que viu na universidade e o que consegue perceber em sua prática no CRAS. Apontou que a área escolar foi a que mais se aproximou da percepção do trabalho coletivo e que de certa forma mais contribuiu para a sua atuação profissional no CRAS.

“Na verdade o que mais se aproximava disso era escolar né, então a escolar tinha esse olhar um pouco mais coletivo né, e só porque, o organizacional, ficava mais focado no trabalho mesmo né, não pensa em outras questões né, o escolar talvez que se aproximou mais, que teve mais proximidade” (Electra)

É válido mencionar que duas participantes trouxeram que a formação não contribuiu para suas atuações como técnicas do CRAS e na perspectiva da amostra do estudo este resultado é significativo. Entretanto, com base nas falas das demais participantes foi possível perceber que a graduação, de diferentes maneiras, ofereceu subsídios profissionais para que estas entrevistadas desenvolvessem seus trabalhos no CRAS. Algumas falas apontaram os estágios como facilitadores desse processo; outras trouxeram as reflexões críticas acadêmicas como contribuição para o entendimento do ser humano, um terceiro grupo compreendeu que puderam ver o trabalho coletivo em outras disciplinas e isso aproximou sua compreensão da atuação na comunidade, bem como a importância da escuta qualificada.

Em pesquisa realizada por Litenski e Souza (2017) acerca da formação em Psicologia nas instituições públicas de ensino do estado do Paraná (UEM, UEL, UNICENTRO e UFPR) e sua contribuição para o trabalho na Política Nacional de Assistência Social, perceberam através dos currículos analisados que eles fornecem muitos subsídios para atuação profissional nesta política pública. Dentre as disciplinas de Psicologia Social e Comunitária e em outras como a Psicologia Geral apareceram conteúdos como o trabalho com famílias e a escuta qualificada que contribuem para o trabalho do psicólogo no CRAS. Entretanto, perceberam que ainda faltam alguns conteúdos como a percepção da política na perspectiva de direitos, a matricialidade familiar e vulnerabilidades e riscos, dentre outros.

Desta forma, percebe-se que embora a Política de Assistência Social ainda esteja em construção e somado a isso os currículos dos cursos em Psicologia estejam passando por transformações quanto as suas diretrizes, pode-se afirmar através das falas das participantes que embora a ênfase maior da formação tenha sido na área clínica, o contato com a área social e comunitária a partir de disciplinas e estágios permitiram outro olhar para a prática psicológica e isso contribuiu de forma geral para atuação desses profissionais no CRAS.

6.2 A PRÁTICA DO PSICÓLOGO NO CRAS

Nessa categoria, que emergiu após a análise dos conteúdos das entrevistas, foi possível perceber que o trabalho do psicólogo no CRAS ainda está sendo construído e que é um campo de muitas dúvidas e inquietações. Devido a isso, foi possível realizar uma discussão acerca dessa problemática na primeira subcategoria “Construindo uma prática: campo de incertezas”.

Também, percebeu-se que no dia-a-dia de trabalho a rotina e as demandas exigem muito tempo e dedicação do profissional e eles não conseguem desenvolver o seu trabalho de forma como preconizam os documentos, principalmente em relação ao PAIF. Essa discussão e entendimento com base nas falas das participantes aparecerão na segunda subcategoria “Apagando Fogo”.

6.2.1 Construindo uma prática: campo de incertezas

Essa subcategoria que emergiu a partir dos conteúdos das entrevistas aponta para o caminho de inserção do psicólogo no CRAS e o campo de incertezas da prática, evidenciando uma política que ainda está em construção.

Dentre as psicólogas entrevistadas, algumas trouxeram que começaram a trabalhar no CRAS não por escolha, mas devido a uma oportunidade que surgiu, seja porque prestaram

concurso público e a vaga foi destinada a esse órgão ou porque foi o emprego que tinha disponível no momento.

“É aí a entrada na prefeitura teve o concurso e eu prestei, porque eles não diziam exatamente pra qual secretaria seria. Seria pra educação, seria pra saúde seria pra assistência social. Aí quando eu fui chamada tinha até uma vaga para saúde, mas eu tinha eu saí do espaço escuta pra assumir esse concurso do espaço escut..., da prefeitura, então daí eu escolhi o CRAS que é assistência social” (Adhara)

“Na verdade eu saí, eu não trabalhei direto né, eu fiquei um ano desempregada e aí eu comecei, pra trabalhar no CRAS teve licitação né, aí eu fiz licitação, passei e vim pra cá, que nem era CRAS, nem tinha o nome de CRAS, era Assistência Social, não tinha essas divisões. Então vim pra cá...” (Electra)

“Eu eu... brinco que eu não escolhi, eu fui escolhida por essa área social, foi a oportunidade de emprego que surgiu e eu comecei a atuar e.... é... eu tive um pouco de dificuldade por conta disso que você falou porque eu não conhecia nada disso, o que eu aprendi de CRAS de SUAS e tal foi na prática mesmo, lendo as coisas, os materiais e tal” (Maia)

“Soube do concurso, e concurso público a gente não sabe exatamente pra onde vai ser direcionado né, e na prefeitura de Londrina eu sabia que seria possível tanto na parte de recursos humanos, como na parte da saúde né, assistência social, mas assim eu encarei como uma nova possibilidade né” (Meissa)

Dantas (2013), em sua tese de doutorado que realizou com psicólogas atuantes em CRAS no estado do Rio Grande do Norte, verificou que o trabalho no CRAS não apareceu como desejo das entrevistadas. Estas relataram que foram trabalhar na área porque era um campo de mercado disponível na época. Entretanto, algumas entrevistadas relataram que com o tempo passaram a gostar de trabalhar nesse campo. Isso coaduna com a fala abaixo:

“[...]eu vejo que pra mim foi uma questão de identificação, não foi algo que eu escolhi naquele momento né... mas né tive a felicidade de me encontrar ali, então...” (Meissa)

Em nossa pesquisa, algumas participantes relataram que tiveram muita dificuldade no início do seu trabalho no CRAS para compreender o que deveriam fazer neste espaço. Dentre as dificuldades apontadas destaca-se a existência de um olhar clínico adquirido ao longo da formação inicial o que, segundo elas, potencializava o não entendimento do papel da

Psicologia. Em face disso, buscaram se apoiar na equipe, em supervisão e grupos de estudos para assimilar o contexto do trabalho que iriam desempenhar.

“aí eu entrei, o que eu vou fazer? Não faço ideia do que eu tenho que fazer aqui, porque meu olhar era totalmente clínico, eu não conseguia pensar, se eu atendia alguém eu pensava ai ela precisa de terapia, ai meu Deus do céu que eu vou fazer aqui e eu fiquei um tempo me perguntando o que é que de fato eu estava fazendo” (Electra)

Na pesquisa realizada por Dentz e Oliveira (2013) acerca do trabalho dos psicólogos no CRAS, perceberam que os psicólogos participantes que chegam para trabalhar no equipamento desconhecem seus papéis e funções e constroem suas ações no cotidiano de forma quase intuitiva. Apontaram que condições de trabalho precárias são obstáculos para a atuação profissional de qualidade e pode gerar sofrimento ao trabalhador. Incentivaram ainda que as universidades repensem seus currículos e também a formação profissional para preparar os alunos para o mercado de trabalho das políticas públicas.

“Então na verdade eu entrei na prefeitura também com 23 anos, né eu estava bem perdida, o começo foi bem difícil pra mim, assim além da clínica particular foi meu primeiro trabalho, então foi um pouco assustador, então no início eu fiquei assim muito observando o que acontecia, tentando colocar algumas intervenções, ouvindo muito a equipe que tava ali comigo[...]” (Meissa)

“[...]quando eu entrei eu tive muita dificuldade que eu não tinha conhecimento, vamos dizer assim, tanto da área, tinha um mínimo de noção, mas eu busquei supervisão, busquei, até assim a gente tinha grupos, então assim a gente fazia grupos de estudos, tudo assim pra tocar ideia,” (Nashira)

Macedo e Dimenstein (2012) realizaram uma pesquisa com psicólogos atuantes nas áreas da saúde e no CRAS e perceberam que a realidade de trabalho dos profissionais gerava angústias e incertezas quanto à fronteira de saberes e o lugar da Psicologia nestes campos. Apontaram, porém, que esses espaços de trabalho contribuem para a desterritorialização da hegemonia das práticas psicológicas e também das verdades pessoais dos psis que estão atuando.

O campo de incertezas da prática se mostrou na fala das participantes quando trouxeram que na Tipificação proposta nos documentos do MDS aparecem muitas coisas que o psicólogo não pode fazer na Assistência Social e, entretanto, não aponta exatamente para função do psicólogo na política e nem oferece um modelo para atuação, o que gera uma diversidade de práticas.

“[...] parece que na tipificação que tem que vem do MDS tem muitas coisas que o psicólogo não pode fazer, não pode isso, não pode aquilo, mas não diz exatamente a função do psicólogo na política de assistência, né, é eu acredito que ainda tenha muitas divergências assim do que, o psicólogo pode” (Adhara)

“[...] mas eu acho que é a questão mais difícil, pelo menos que eu encontro no CRAS, é de não ter, pelo menos que eu enxergo assim que não tem um modelo, que varia muito de cada cidade, de cada município, acho que ta variando muito, eu tenho dificuldade ainda do que realmente é o trabalho” (Nashira)

Outras participantes apontaram que foram descobrindo a Política de Assistência Social na prática.

“[...] ai eu fiquei quase três anos né trabalhando, entendendo também o que era a política de Assistência Social que tava começando a engatinhar, né, que hoje tá começando a dar os primeiros passos, mas naquele tempo tava começando a engatinhar” (Electra)

“[...] então quando eu entrei eu comecei a aprender o que que era depois que eu aprendi assim, que eu trabalhava no CRAS, mas eu também fazia trabalho de CREAS, né que eu fui começar a entender essa questão bá...é...assim...é...proteção social básica, proteção social especial, no trabalho que eu fui entendendo que eu fazia o trabalho das duas proteções, assim né, fazia grupos do PAIF tal, mas eu também acompanhava medida socioeducativa, eu acompanhava os adolescentes assim em cumprimento de PSC e LA né” (Maia)

“[...] aí a partir do momento que eu entrei na assistência, hoje eu não fiz nenhuma especialização, nada, só participei mesmo dos cursos que tinha na área, do que vinha pra Londrina nos congressos, nos eventos na área da assistência social né, então hoje é algo que eu ainda sinto falta, porque a gente vai aprendendo com a prática né” (Meissa)

Nessas incertezas presentes, as participantes apontaram que foram construindo a sua prática no dia a dia, se apegaram aos documentos que embasavam a política e a partir deles

desenvolveram sua atuação. Umas tiveram que buscar sozinhas, outras construíram a prática juntamente com as assistentes sociais.

Andrade e Romagnoli (2010) apontam que o lugar da Psicologia no CRAS está em constante modificação, se apresentando como um espaço fluido, de encontros singulares e pode se constituir de uma prática libertária, inserindo-se nestes novos campos de forma crítica e também inventiva.

“[...] porque eu entrei com uma equipe de assistentes sociais também novos na prefeitura, e a gente foi construindo juntas né, então assim de início realmente eu nem me lembro agora de ter feito muitos cursos, nada disso, eu me apeguei muito no material que a gente tinha, da própria política de assistência social que orientava o trabalho independente do..., né... orientava o trabalho do PAIF né que a gente fala Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família no CRAS né, então eu me apeguei um pouco a isso pra entender aonde eu estava primeiro pra depois né...” (Meissa)

“[...] eu não era concursada, eu fui contratada, na época era terceirizada, e eu comecei a trabalhar não tinha assim assistente social, eu peguei o negócio assim sabe, eu caí de para quedas mesmo e comecei a fazer o que eu imaginava que devesse, que precisava fazer assim sabe, conhecer, pensar em formar grupo e tal, fazer levantamento dessa questão das famílias lá prioritárias que precisava ser acompanhadas pelo CRAS, fui bem crua assim mesmo sabe, bem crua, hoje comparando assim pessoal que a gente tem contato que se forma hoje, que tem todo esse respaldo aí de legislação, de realmente estudar questão da tipificação, da PNAS, tal e tudo isso, na faculdade, então foi bem, bem, bem diferente, eu tive que aprender na prática isso assim mesmo, eu buscando.” (Maia)

Romagnoli (2016, p.153) afirma que a PNAS e o SUAS garantem conquistas, mas por si só não garantem direitos sendo que estes vão sendo construídos na experiência concreta dos coletivos:

No CRAS, a execução das ações dos programas é de responsabilidade dos profissionais de nível superior que compõem a sua equipe técnica. Angústias, indagações, desestabilizações, endurecimentos, invenções, precarizações acometem as equipes em suas atuações, desvelando fissuras entre o que existe formalmente na PNAS instituída pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o que ocorre na prática profissional das equipes do CRAS.

Nesse campo de incertezas, uma participante apontou que não se sente respaldada e acrescentou que seria interessante que o MDS capacitasse os psicólogos do que exatamente

devem realizar no CRAS e que muitas vezes os psicólogos desistem de sua atuação neste espaço por não reconhecerem a Psicologia nele.

“[...] é uma política que de certa forma convidou a psicologia pra entrar porque viu de alguma forma que tinham questões ali que vão para além do serviço social, mas parece que não tem um respaldo assim, viu-se a necessidade que bom, mas eu não me sinto muito respaldada, eu sigo mais essa formação que eu te disse dessa da psicanálise, da escuta né... [...] e eu penso que tinha que ter, e eu já propus isso, de vir alguém lá do MDS mesmo uma capacitação, um.. falar mais do papel do psicólogo para que fique mais claro minimamente, não que vai dizer perfeitamente o que o psicólogo faz ali, mas assim, eu vejo que os profissionais de psicologia muitos estão abrindo mão de atuar como psicólogos dentro do CRAS e por exemplo, aceitando ser coordenadores” (Adhara)

Na fala que segue, Nashira coaduna com Adhara quando afirma que existem direcionamentos, mas não uma prática certa para a Psicologia no CRAS.

“Outro dia eu ouvi de uma capacitação que a gente tá fazendo que é o Família Paranaense e daí ela referia que a gente só tem a moldura, mas o quadro pintado nós ainda não temos, e é bem isso, vamos dizer assim que a gente tem um direcionamento, mas eu acho que uma prática certa, vamos dizer assim eu acho que isso não né, o que realmente é.” (Nashira)

As participantes também relataram que não conseguem perceber o espaço da Psicologia no CRAS. Acreditam que ainda precisam desconstruir muitas ideias pré-concebidas e conseguir mais autonomia para o desenvolvimento do seu trabalho.

“Eu acho que o psicólogo do CRAS a gente sempre fica muito tentando né, a gente vem e a gente sabe que não né, nós não somos psicólogos clínicos, e isso às vezes angustia, que a gente tem que fazer alguma coisa voltada ainda assim por mais condições que você tenha na faculdade, você chega e fala nossa cadê o meu espaço, cadê aquilo que eu tenho que fazer ali assim, no sentido de é, de algo específico, de algo mais individual, de algo... e a gente às vezes a gente sente isso, a gente fala poxa parece que se perde um pouco, mas ao mesmo tempo quando você entende, o psicólogo no CRAS está ali na garantia de direitos tanto quanto o assistente social, então né assim, e se tem muito essa visão né, então a gente tá aqui pra garantia de direitos mesmo, pra tentar potencializar essas famílias, né assim, cada um com seu olhar, cada um com sua contribuição, então é onde você fala não, realmente essa é nossa função aqui” (Sabik)

“Eu ainda percebo que nós da Psicologia, o nosso espaço dentro da Assistência Social ainda é muito reduzido, então assim nós profissionais temos que realmente saber o lugar que nós estamos falando e desconstruir muita coisa ainda, então assim dentro da assistência social eu vejo ainda muito que o psicólogo não tem muita autonomia” (Zaniah)

Em pesquisa realizada por Andrade e Romagnoli (2010), foi verificado que ainda há certa incompreensão por parte de outros profissionais acerca da Psicologia no CRAS, pois estes ainda entendem a ciência psicológica a partir da perspectiva liberal e privada, associada a atendimento psicoterápico dos usuários do serviço e não relacionando à sua dimensão de ocupar os espaços públicos. Por essa razão, tanto a comunidade como os profissionais acabam questionando os profissionais psis quando eles atuam sob outra ótica que não àquela calcada no *setting* clínico.

Zaniah acredita que essa falta de espaço ainda se deve a essa questão de percepção cultural de que a Psicologia atua no âmbito clínico e percebe isso não somente pelos profissionais que atuam junto consigo, como também na comunidade referenciada ao CRAS.

“Eu acho que ainda é uma questão cultural, como eu disse pra você, até a questão assim, eles acham que o psicólogo ainda é só o clínico, não consegue compreender essas outras áreas de atuação nossa. Então ainda vejo que nosso trabalho dentro da Assistência Social é meio reduzido, até a própria comunidade em si, eles chegam na Assistência Social, eles não procuram a equipe técnica ou o técnico, a psicóloga, eles só querem falar com o assistente social, então ainda é muito essa visão da comunidade é muito fechada ainda, eles chegam, mas a não mas oh você pode falar com fulana, pode falar com a técnica, com a psicóloga, mas eles não, quem pode vê essa dificuldade e sente ainda.” (Zaniah)

Uma participante trouxe que embora tenha tido uma boa formação, o psicólogo no CRAS ainda está num grande campo de incertezas e que “passa a vida tentando se encontrar”.

“[...] na verdade eu acho que psicólogo dentro de CRAS passa a vida tentando se encontrar (risos), não é fácil, mas ao mesmo tempo eu tive uma base boa, eu não posso dizer que eu não tive uma base boa” (Sabik)

A partir do entendimento que essa subcategoria trouxe acerca das incertezas presentes no cotidiano de trabalho no CRAS, é necessário compreender com base nas falas das participantes como é a rotina de trabalho e quais as ações desenvolvidas. Nesse sentido, a

próxima subcategoria nos oferece um panorama de como acontece a atividade do psicólogo no espaço do CRAS.

6.2.2 Apagando fogo

Com base nessa prática em construção, as participantes trouxeram que encontram dificuldade para desenvolver o serviço proposto pelo PAIF, apontando que devido ao número de demandas, não conseguem acompanhar uma família de forma contínua, tendo necessidade constante de replanejamento das ações.

“Mas assim, tanto é uma discussão que acho que vocês, se você for entrevistar talvez mais profissionais que estão inseridas dentro dos CRAS aqui você vai escutar que a gente luta pra fazer PAIF, mas a gente fica soterrado pelas demandas que vão aparecendo, mas a gente vai apagando incêndio, só apagando incêndio sabe. Então quando dá um tempinho a gente tenta correr” (Giannah)

“O CRAS assim, eu não consigo enxergar o PAIF de fato sendo é... é... executado assim sabe, a gente não consegue e eu hoje, atualmente essa é uma das nossas discussões já algum tempo assim sabe, a gente planeja, replaneja, planeja, replaneja, pra ver o que a gente consegue fazer, o que está respaldado na legislação e tal dessa questão do trabalho social com famílias, mas é... é difícil assim, a gente não consegue fazer o negócio materializar sabe, tem muita coisa que atravessa.” (Maia)

“Não, não, assim... (pensando) sabe a gente não pode falar que não desenvolve, mas a gente não consegue seguir à risca, mas a gente consegue ter um pouco do que é o programa a gente consegue ter, mas não seguir à risca mesmo não.” (Nashira)

Conforme observou Romagnoli (2016), em pesquisa com os profissionais atuantes no CRAS, há uma política de Assistência Social estruturada e bem formulada nos documentos, contudo na execução dos serviços ainda existem desafios e fragilidades o que traz dificuldades para o desenvolvimento do trabalho. Um desses fatores é a sobrecarga de trabalho associada à precarização da equipe, que se caracteriza em sua maioria por trabalhos temporários ou terceirizados. Outro fator é o excesso de burocracia, em que o tempo

destinado a preencher relatórios e sistemas poderia ser mais bem aproveitado no acompanhamento das famílias.

Araújo (2014) também verificou que o excesso de trabalho e as situações emergenciais, associados à burocracia e a precarização de recursos materiais e também humanos, prejudicam o trabalho dos profissionais do CRAS para acompanhar as famílias e por sua vez, geram além da individualização do trabalho, sofrimento no trabalhador.

Com as mudanças políticas vivenciadas pelo país, que trouxeram impactos na situação econômica das famílias, uma participante trouxe que a demanda espontânea tem aumentado na proteção social básica principalmente na busca por benefícios eventuais.

“Principalmente agora, com toda essa questão aí a nível de Brasil que tá acontecendo, essa demanda espontânea tá cada vez maior assim sabe, pessoas que nunca procuraram o CRAS porque tinha razoavelmente assim uma vida mais equilibrada, mais tranquila, aí veio a questão do desemprego, e tudo mais, então a gente atende um número bastante grande de famílias que nunca procuraram o CRAS e que hoje estão precisando acessar.” (Maia)

“Dessa questão da dificuldade de executar o PAIF, da questão dos benefícios eventuais que a gente sente que atravança assim o trabalho, porque meio que acaba sendo um fim nele mesmo, você atende aquela família, aí nessa família a gente precisa ter um olhar e tal, é verdade e tal, daí passa um mês, dois meses e aí às vezes a família volta de novo pela mesma questão, solicitando a cesta novamente e a gente não conseguiu fazer nada né” [...] “o que atrapalha a execução do PAIF é essa questão dos benefícios eventuais, eu percebo que tem alguns profissionais que também têm essa dificuldade” (Maia)

Essa mesma dificuldade que Maia apontou no planejamento das atividades no CRAS foi apontada também por Nashira, conforme fala abaixo:

“Às vezes nem sempre, a gente assim a gente planeja, a gente faz, a gente senta de meses e a gente planeja algumas coisas, nem sempre sai como a gente planejou, a maioria das vezes assim acabam tumultuando, e nunca sai o que a gente planejou” (Nashira)

Meissa e Sabik indicaram que realizam o PAIF. Sabik, por sua vez, relatou que das oitentas famílias em acompanhamento pelo referido serviço constantes no Relatório Mensal

de Atendimento (RMA) consegue de fato acompanhar apenas dez famílias, conforme seguem as falas.

“Então hoje a gente desenvolve o PAIF no CRAS que é esse serviço que eu mencionei, e com a equipe de psicólogo e assistente social como que eu acho nos outros todos até nos outros serviços da política e a gente prioriza sempre né o trabalho coletivo, então hoje a gente trabalha com muitos grupos, muitos assim, eu mesmo tô a frente de três grupos só no CRAS com famílias,” (Meissa)

“O PAIF a gente leva, é o que eu falo, infelizmente a gente ainda não conseguiu né, vamos estruturar o PAIF, a gente tem intenção, a gente tem vontade, e aí vêm mil outras coisas em cima, eu acho que é sempre assim, eu acho que essa é a realidade de quase todos os municípios, né assim” [...] “Assim, a gente tem né em RMA oitenta famílias, oitenta e alguma coisa né, mas assim, que a gente consegue fazer um acompanhamento que é de realmente assim, é visualizar as necessidades da família, que a gente consegue acompanhar, às vezes até fazer o contato com as outras políticas, com as outras secretarias, eu diria que são umas dez, no máximo, no máximo.” (Sabik)

Zaniah acrescentou ainda que tentam convidar as mulheres das famílias para participar das reuniões do PAIF, mas encontram dificuldades nessa participação.

“No PAIF nós estamos assim tentando trazer pelo menos no mínimo assim as mulheres mesmo, que nós marcamos reuniões ainda não consegue trazer esse público ainda, então assim a gente tem essa dificuldade em si pra trazer pra formar reuniões e tudo, e assim marca e eles não têm uma participação.” (Zaniah)

Nesse sentido, vê-se que o trabalho desenvolvido no CRAS pelos psicólogos acaba atravessado no dia-a-dia por demandas inesperadas, principalmente relacionadas aos benefícios eventuais que acabam prejudicando e muitas vezes impossibilitando o acompanhamento direto das famílias a partir do PAIF. Essa realidade estava presente na fala das participantes, principalmente em relação ao constante replanejamento do trabalho o que impossibilita um contato mais efetivo com as famílias de forma que consigam desenvolver as atividades presentes nos documentos e sua prática.

6.3 CRAS: ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Essa categoria foi definida *a priori* visto que corresponde ao objetivo geral do nosso trabalho, relativo a compreender a percepção dos psicólogos acerca do seu trabalho tendo como premissa o CRAS como espaço público de participação popular. As entrevistas mostraram a concepção de participação como atividade/ação, no sentido de contribuir com a construção da política.

Como discutimos na seção III, para Arendt, a ação política é sinônimo da liberdade, liberdade esta que se relaciona entre os iguais, em um espaço em que não há distinção de governantes e governados. Na busca do bem-comum, é possível a existência e a convivência com a pluralidade. O homem só é livre quando está agindo politicamente e tem em si a possibilidade de criar algo novo, inesperado (Torres, 2007).

Arendt vincula a liberdade de ação à espontaneidade, capaz de propiciar novos começos e afirma a necessidade da presença do outro, porque sem o outro não há ação e nem sujeito. É uma liberdade que se constitui na alteridade, na experiência com a pluralidade e que precisa de um espaço comum para que ocorra a ação e o discurso (Cenci & Casagrande, 2018). Dessa forma, entende-se que a participação popular decorre da ação política espontânea de ocupar os espaços públicos disponíveis convivendo com a alteridade.

No CRAS, essa participação é percebida como uma atividade de construção conjunta da política e, para isso, as participantes da pesquisa trouxeram esse envolvimento direto dos usuários enquanto cidadãos ativos no processo de transformação social. Apontaram que acreditam que eles podem sim ocupar o espaço público do CRAS, se identificar com a política e assumir o espaço como deles, ajudando a construir a dimensão do acesso a direitos, em uma ação coletiva para o fortalecimento da Assistência Social.

“Eu acho que é fazer parte, não sei, é fazer parte daquilo que tá ali, que é um direito, mas de uma participação ativa, não sei, não ficar numa postura passiva frente aquilo né, mas o que que a pessoa pode fazer para que participe efetivamente ali do que lhe cabe” (Adhara)

“Eu acho que é o povo participar, participar mesmo da, no sentido exato da palavra, da construção da política, da construção dos serviços, programas, e etc., eu acho que é o povo estar próximo, mas esse trabalho, eu acho que, tipo assim, por mais que a gente pense né enfim, ah vamos colocar o povo pra ajudar, eles também não tem essa consciência, mas eu acho que é participar na construção” (Electra)

“Participação popular... o que eu entendo por isso, falando de uma forma bem grosseiramente, é assim as pessoas terem espaço pra poder participar pra poder entender como que a coisa toda funciona, como que a política funciona, política no sentido das políticas públicas mesmo, assim, não partidária, nem nada, só que eu acho que as pessoas elas não são, é talvez esta até seria uma das nossas finalidades também, porque a gente fortalecendo eles pra ter esse conhecimento de que são cidadãos de direitos e tal e tudo mais, fortaleceria essa questão da participação popular” (Maia)

Percebe-se a partir das falas acima que, em relação à participação, aparecem termos como “fazer parte”, “construção política”, “participação ativa”, “entender como que a coisa toda funciona”. Esses elementos discursivos denotam que as participantes empreendem a participação popular pela via da ação, da construção, da informação. Estes verbos implicam movimento por parte dos usuários da política, o que sugere que elas não percebem esses cidadãos enquanto seres passivos.

Outra psicóloga entrevistada trouxe que o CRAS é um espaço pertencente ao coletivo, à sociedade. Embora seja um órgão do Estado, ela acredita que não se configura nem como público e nem como privado, pois aponta que é um instrumento da população que pode auxiliar na transformação de suas próprias realidades.

“Eu entendo assim, o CRAS não é da prefeitura, o CRAS não é meu, o CRAS não é dos técnicos, o CRAS é da população, então a gente tem que é mostrar pra eles que esse espaço é deles, eles têm que ocupar, né, de utilizar o equipamento, a política como uma ferramenta pra eles transformarem a realidade deles né, então assim, têm muitas pessoas que até inclusive que chegam no serviço acanhados, que agradecem por serem atendidos bem, agradecem por terem um bom atendimento, “obrigada por você ter falado assim comigo” porque tem muitos espaços que não, que eles são subjugados, que eles já são julgados é... por onde moram, pela condição onde vivem, pelas roupas que estão usando e eles não tomam esse espaço, então como que você vai falar de transformação social com uma pessoa que não se identifica nem com a política que deveria estar acolhendo ele e abrindo esse espaço de transformação, né... então eu acredito que a população é... a participação popular seria realmente fortalecer eles nesse sentido, olha é um espaço de vocês, usem ele né, transformem, usem ele para sua transformação, não só para pegar cesta básica.” (Giannah)

Conforme é possível ver na fala acima, a psicóloga entrevistada acredita que é preciso reconhecer esses usuários como cidadãos de direitos sendo que, porém, muitas vezes são subjugados pela sua condição de vida, apontando que para isso acredita ser necessário que os cidadãos reconheçam o CRAS como um espaço em construção e que seja função dos psicólogos informá-los de que o espaço é deles e que eles podem ocupá-lo.

Na perspectiva de transformação social, o CREPOP (2007, p.22) orienta:

Uma Psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos. Nesse sentido, a Psicologia pode oferecer, para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência Social – preocupadas em promover a emancipação social das famílias e fortalecer a cidadania junto a cada um de seus membros – contribuições no sentido de considerar e atuar sobre a dimensão subjetiva dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e cidadania.

Existe uma percepção das entrevistadas em relação aos usuários de que estes não conhecem os diferentes serviços e propostas da política. Associam o CRAS à cesta básica, entendendo a política sob o aspecto da caridade e assistencialismo, não possuindo conhecimento acerca dos diferentes espaços de participação social. Elas acreditam que informar a população sobre o que é o CRAS seria umas das funções do psicólogo e que isso auxiliaria no processo de participação popular.

“[...] trabalhar muito na lógica do, pra que a população conheça o que que é o CRAS, porque qual que é a visão do CRAS? Cesta básica, o CRAS serve pra cesta básica, nos municípios pequenos ainda é essa realidade” (Sabik)

Isso também pode ser um reflexo da contemporaneidade, em que os homens vão ao espaço público para satisfazer suas necessidades, na perspectiva de consumir e descartar. Com isso, as pessoas chegam a Política Nacional de Assistência Social procurando satisfazer aquilo que lhes é mais urgente (por exemplo, a fome) e quando lhes sobrevém a necessidade, retornam ao CRAS, utilizando assim o espaço público para sua satisfação imediata e não o reconhecendo como um espaço para participação política e acesso a direitos. Percebem-se como seres individuais acessando direitos e não conseguem transcender para a sociabilidade política de se perceberem enquanto plurais, o que ampliaria a dimensão de participantes ativos na construção da política social (Arendt, 2004; Bauman, 2000). Acerca disso, Silva (2017, p.127) ressalta que:

Arendt, no entanto, mesmo estabelecendo esse marco delimitativo da abrangência da esfera pública, não despreza ou desconsidera tais experiências de natureza pessoal. Muito pelo contrário. Para ela a vida privada ou pré-política é fundamental para a vida na esfera pública, para ação. Tratar-se-ia de uma etapa preliminar que implementa as condições básicas para que o indivíduo, devidamente saciado em suas necessidades humanas de sobrevivência, se conduza ao passo seguinte que é a ação política. Até por que Arendt entende que a necessidade (de sobrevivência) deve ser superada para que o homem possa se lançar à ação. E ressalva: o fato de assuntos privados se tornarem de interesse de todo um povo não significa que este tenha se tornado público.

Com isso, vê-se que o trabalho desenvolvido no CRAS por um lado visa à superação das necessidades de sobrevivência (alimentação, moradia, saneamento básico) e também busca reconhecer as potencialidades dos indivíduos, famílias e territórios para que consigam romper com o ciclo geracional de pobreza e vulnerabilidades.

Nesse sentido, um dos papéis do psicólogo pode ser de aproximar os usuários da política levando a informação de que eles podem participar ativamente dela para além dos benefícios eventuais, rompendo com práticas assistencialistas tão fortemente marcadas na

sociedade e reforçando suas capacidades cidadãs, para que consigam se integrar na comunidade em que vivem e agirem em prol do coletivo.

A cartilha de referência para atuação do psicólogo no CRAS elaborada pelo CREPOP traz que a Psicologia pode contribuir para resgatar o vínculo do usuário com a Assistência Social e com essa relação qualificada é possível reforçar a dignidade dos usuários, apostar nas potencialidades advindas da comunidade e favorecer a autonomia e o protagonismo dos indivíduos (Brasil, 2007). A fala da participante abaixo traz que a participação das pessoas no CRAS está vinculada ao conhecimento. Entretanto, ressalta a importância do psicólogo estar mais próximo a esses indivíduos e famílias para que encontrem referência para essa participação.

“[...] posso entender o que deveria ter mais a participação da população, que seria bem interessante porque às vezes é... ou também né falta mais a gente divulgar mais o que é o CRAS, mas eu acho que se tivesse mais participação das pessoas de procurar, da gente tá ligado entre eles, acho que seria mais isso né, a gente tá mais em contato com...” (Nashira)

Resgatar esse vínculo, portanto, é aproximar o cidadão da política, de forma que ele compreenda que esse espaço é seu por direito. É estar em contato com as famílias, levando informação e conhecimentos para que elas possam através do acesso aos seus direitos desenvolver a capacidade crítica de olhar para sua realidade e transformá-la. As participantes apontaram para a necessidade de orientar as pessoas sobre os serviços existentes no CRAS e também dos serviços da rede de apoio, como por exemplo, a saúde, mostrando quais os direitos da população atendida, pensando também estratégias para incentivar a participação popular nesses espaços.

“Eu acho assim, importante... hoje tudo, todos nós dependemos dessa política, dessa participação popular e tudo, e eu acho que é um pouco também voltado, voltando até a questão mesmo do meu trabalho em si, como profissional, eu devo tá orientando as vezes, o que é esse trabalho, a questão até mesmo assim, orientar, porque as vezes a pessoa não tem conhecimento do que ele pode ir, da participação dele, dentro mesmo das políticas públicas, o que que é de direito dele, ah tem muitas famílias que às vezes não tem o conhecimento, pra que que serve o CRAS, pra que que serve o posto de saúde, então a pessoa não tem conhecimento dos seus direitos, não sabe o que é direito, não sabe o que é dever, então ela não tem conhecimento [...]” (Zaniah)

“[...] mas eu acho que na verdade a gente tem que olhar pra nossa atuação mesmo, o que a gente tá fazendo pra contribuir com isso, então hoje eu acho que falta bastante, olhar pra isso e pensar estratégias de atuação, pensar nosso trabalho voltado a esse incentivo da participação né, ou não sei muito que termo colocar, mas é, não seria só um incentivo, mas eu acho que garantir informação, permitir que conheçam esses espaços de participação, discutir mais a questão política [...]” (Meissa)

Tanto os psicólogos como os assistentes sociais têm o dever de realizar um debate crítico da realidade, procurando aproximar os usuários da política de assistência social, da participação deles nas instâncias de controle social tais como os conselhos de políticas públicas e nas conferências, no sentido de tornar acessível as suas deliberações, de forma que haja uma compreensão da política como um todo, perpassada também pela realidade histórica, social e econômica vivenciada (CFESS/CFP, 2007).

Para participar mais da política, as psicólogas acreditam que é preciso sensibilizar os usuários de forma que eles possam ter o conhecimento necessário para ocupar os espaços e também na possibilidade de se autoconhecer e refletir sobre aspectos da sua subjetividade. Conforme a fala abaixo, uma participante trouxe que esse debate crítico tem que vir pelo viés da sensibilização dos sujeitos atendidos para que compreendam que fazem parte desse processo de construção da política.

“[...] sensibilizar, que eu acho interessante que essa palavra eu escutei em algumas dessas capacitações que a gente não conscientiza ninguém, a gente sensibiliza, então a gente vai tentar sensibilizar as pessoas a entender que elas fazem parte desse processo, da criação de toda essa política, né [...]” (Electra)

Essa aproximação, sensibilização, conscientização, conforme as participantes trouxeram deve acontecer a partir da linguagem da população, da aproximação dos saberes

constituídos na comunidade com os saberes advindos das concepções teórico-metodológicas dos técnicos, para que haja a identificação da população com a política e percebam que também fazem parte desta construção. Apontam assim, que é importante capacitar as famílias para que consigam participar dos espaços, conforme pontuado pela fala abaixo.

“[...] desses espaços de participação popular é muito é... formal demais assim mesmo sabe, com aquelas coisinhas, usando palavra que ninguém entende direito, e as pessoas, as famílias não estão preparadas pra participar desses espaços porque elas não têm essa formação, vamos dizer assim, que de repente seria até uma função nossa assim sabe, de capacitar essas famílias, essas pessoas pra poder ter condição de participar desses espaços.” (Maia)

Além disso, trouxeram que a Psicologia tem um papel de permitir que a pessoa olhe para si e se compreenda, para assim, re significar suas experiências subjetivas. Isso propicia o entendimento de por onde perpassam seus sofrimentos, além de possibilitar a identificação de seus potenciais e sua capacidade para procurar novos modos de vida, sem recair no fatalismo.

“[...] acho que talvez essa questão que a Psicologia tem assim da, da... dessa, da subjetividade, de fazer a pessoa olhar pra ela mesmo, de entender os seus é, se compreender, sabe, saber descrever aquilo que ela tá sentindo, aquilo que ela tá passando, de olhar pra ela mesmo assim sabe, eu acho que é essa questão porque uma coisa, que eu tenho impressão assim que a gente vê bastante é essa dificuldade também que eles têm de descrever aquilo que eles estão sentindo, aquilo que eles estão passando, aquilo que eles estão vivenciando assim sabe, às vezes acaba caindo naquilo que eu falei um pouco antes do fatalismo, que eles trazem muito essa questão de mas aí Deus sabe o que faz, a mas está nas mãos de Deus, aí né, então eu acho que uma das práticas da psicologia seria esse olhar pra si mesmo, dessa, dessa auto reflexão, desse autoconhecimento.” (Maia)

Apontaram que acreditam ser importante também valorizar os saberes advindos dos usuários da política, de forma a convidá-los a participar do planejamento das ações e permitir que eles construam juntos essa política. Tal ponto encontra-se alinhado com as proposições da política, visto que: “O conhecimento das situações familiares constitui a pedra angular do TSF, à medida que é este conhecimento que vai ofertar insumos para a

tomada de decisões em torno das ações a serem empreendidas pelos trabalhadores do SUAS” (Brasil, 2016, p.22).

Nesse sentido, a participante abaixo apontou que sempre procuram ouvir as necessidades da família, direcionam as palestras de acordo com o que as famílias querem saber e sendo que isso também está relacionado com o processo de trazer o cidadão para a participação no espaço do CRAS.

“[...] seria dar voz mesmo as pessoas que são o público referenciado ao CRAS né assim, é... minimamente a gente tem tentado isso, né assim... não sei no contexto que você tá me perguntando tá, mas é o que que essas pessoas realmente sejam um pouco mais é ouvidas, então né nos eventos, se a gente tem uma reunião, por exemplo, de bolsa família, então né... a gente tem que ter uma reunião de bolsa família por exemplo, nos lanches que a gente vai fazer a gente procura pedir a opinião deles, é a reunião geralmente a gente não faz só pro operador do cadastro único passar as condicionalidades do bolsa família. Então assim, obviamente tem que ser passado as condicionalidades, o que que é, ok, mas a gente sempre procura é saber assim aquilo que eles esperam de uma palestra, que seja voltado pra realidade deles, algo que seja bom pra eles, algo que não seja assim, olha você precisa fazer isso, mas que vai de encontro a uma participação deles também, de debate nos grupos, eles debatem muito.” (Sabik)

A partir da fala acima, percebe-se que conhecer as situações familiares implica em ouvir essa família para acolher as demandas e valorizar os saberes advindos da comunidade, com isso pode-se verificar suas formas de enfrentamento das adversidades, as formas de relações estabelecidas e a partir disso, poder propiciar espaços para que os cidadãos assumam o protagonismo diante das suas próprias vidas.

A participação em espaços de tomada de decisões tem a possibilidade de fazer com que as pessoas percebam sua importância nos processos decisórios, e ainda percebam que podem ser agentes de mudanças não apenas de suas vidas, mas da própria comunidade, do seu bairro, da sua cidade. (Souza & Bourguignon, 2016, p.50)

Nesse sentido, o psicólogo tem a possibilidade de considerar tais elementos quando organiza e executa seu trabalho nas políticas públicas. Para tanto é preciso:

Compreender o papel ativo do indivíduo e a influência das relações sociais, valores e conhecimentos culturais sobre o desenvolvimento humano pode favorecer a construção de uma atuação profissional que seja transformadora das desigualdades sociais. Ao levar em consideração essa dimensão do desenvolvimento dos sujeitos, contribui-se para a promoção de novos significados ao lugar do sujeito cidadão, autônomo e que deve ter vez e voz no processo de tomada de decisão e de resolução das dificuldades e problemas vivenciados. (Brasil, 2007, p.23)

Desse modo, não é somente levar a informação até os usuários. É preciso escutar as diversas vozes presentes na comunidade, perceber para além do que se apresenta como objetivo na questão social, entender o entrelaçamento dos acontecimentos que perpassam a vida dessas famílias e como elas operacionalizam seu existir diante do que lhes sobrevém. Além disso, os parâmetros para atuação dos assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social sugerem que:

Se essa política, de fato, for co-construída por meio dos movimentos populares, da participação plena de seus(as) usuários(as) e do fortalecimento dos espaços e instâncias de controle social, estará conectada com as necessidades dos sujeitos e articulada com a defesa da vida. (CFESS/CFP, 2007, p.21)

Com isso, vê-se a importância de trazer os cidadãos para a participação ativa na construção da Política Nacional de Assistência Social, através de um diálogo entre os saberes técnicos e os saberes da comunidade, no sentido de colaboração e participação, contribuindo para o desenvolvimento do olhar crítico dos indivíduos em relação às demandas de suas próprias vidas e da comunidade em que vivem.

“[...] em outro CRAS que eu já trabalhei, a gente chegou a pensar em um momento em trazer as famílias pra discutir assim planejamento nosso né, da unidade, fazer assembleias se for o caso, nesse sentido [...] então às vezes é uma pergunta, um momento que a gente não precisa nem ter planejado tanto, pra isso, pra entender como as pessoas de forma geral, o público que a gente atende percebe tudo que acontece, qual que é a posição muitas vezes política de cada um, então não sei se a gente proporciona tantos esses espaços, talvez o caminho seria um pouco esse.”
(Meissa)

Um dos caminhos para que isso ocorra está relacionado com o modo de relação dos usuários da política com os técnicos, tomando-os como uma referência para que possam

conversar, trazer as demandas e se aproximar do modo de funcionamento e dos objetivos propostos pela própria política. Portanto, é através dessa construção de vínculos, que pode acontecer desde o momento da acolhida, os usuários podem sentir segurança e confiança para compartilharem suas demandas.

A acolhida constitui ação essencial do PAIF, pois é quando ocorre o início do vínculo entre o Serviço e a família. É o momento em que o profissional deve buscar compreender os múltiplos significados das demandas, vulnerabilidades e necessidades apresentadas pelas famílias, buscando também identificar seus recursos e potencialidades e como tais situações se relacionam e ganham significado no território (Brasil, 2012, p.17).

Ser referência e realizar pontes para alcançar famílias que muitas vezes desconhecem os serviços e propiciar através do momento da acolhida um espaço de escuta, de formação de vínculos e de acolhimento das fragilidades e sofrimentos dos indivíduos e da família, é que pode aproximar o trabalho do psicólogo ao compromisso ético e humano de transformar realidades e emancipar pessoas.

“[...] eles precisam de uma referência na verdade, eu percebo que eles precisam de uma referência, porque eles não sabem com quem conversar, né então assim eu, então tá eu vou lá no CRAS [...]então eu acho que quando a pessoa não traz é porque ela não tem uma referência, então ela precisa ter, então através dessas dinâmicas, desses grupos, oficinas, enfim, acaba sendo ali um canal de comunicação mesmo.” (Electra)

“Eu acho que por que assim, tem muita gente que às vezes não tem, e que precisa do trabalho que o CRAS tem pra ofertar, e às vezes não vem, então uma outra pessoa né que consegue ter acesso a essa família, eu acho que a gente pode fazer uma ponte através disso né, desses... de outras pessoas.” (Nashira)

As participantes acreditam que aproximando os usuários do serviço do CRAS podem ser referência para eles e que algumas vezes não conhecem as demandas porque falta esse canal de comunicação com as famílias. Geralmente outras pessoas que conhecem o serviço do CRAS é que realizam as pontes entre os técnicos e as necessidades das famílias. Em outra passagem, uma participante apontou que a empatia contribui para que se possam perceber demandas que muitas vezes não são objetivas, conforme fala abaixo.

“Ai aí eu diria que as técnicas básicas da Psicologia, a empatia né assim, você realmente sentar, porque o que acontece muitas vezes né, é você tem, você tá debatendo um tema específico, tá os dois técnicos ali, um tema específico, existem várias situações em que a pessoa realmente, você consegue da observação, através da empatia, perceber num grupo o que muitas vezes outros profissionais não conseguem [...] então essa escuta mesmo assim, então o psicólogo tem muito essa escuta e essa atenção voltada pra algumas falas que você de cara consegue identificar, tem alguma coisa aqui, ou é possível que tenha, ou às vezes não tem” (Sabik)

Em relação ao CRAS, as psicólogas entrevistadas disseram que acreditam que ele seja um espaço público que contempla a participação popular e trouxeram que podem contribuir com essa participação no trabalho que desenvolvem a partir das ações presentes nos cadernos de orientação da política, principalmente relacionadas ao PAIF, tais como: oficinas, grupos, ações comunitárias e acolhida.

“[...] então eu acho com certeza, que através dos grupos, da questão que o PAIF traz muito essa questão do trabalho coletivo né, então acho que essa questão do trabalho coletivo com certeza” (Maia)

“[...] claro eu faço atendimento particularizado, por exemplo, da Psicologia, mas é uma ação do psicólogo, enquanto os grupos e oficinas é algo que as duas formações ali acabam fazendo, mas eu penso que é a partir desse trabalho coletivo, que a gente sempre né tenta priorizar, é... talvez é... eu acho que sempre valorizando é e tentando de alguma forma permitir que apareça mesmo todo o conhecimento que essas famílias, que essa comunidade, toda a construção, toda a história que a gente tem ali, eu acho que de alguma forma a gente tem que permitir que isso apareça, né. Seja valorizado como eu coloquei, mas eu não sei, eu acho que como atividade ali do trabalho é a partir das ações coletivas.” (Meissa)

Nesse sentido, apontaram que embora o atendimento particularizado e a escuta qualificada sejam ações que contribuam na compreensão das diversas demandas da realidade social, o trabalho coletivo, através dos grupos e oficinas é que aproxima os usuários e que pode efetivar a participação popular através do CRAS. Em relação à compreensão coletiva, Torres (2007, p.240) discorre que:

Por conseguinte, a política, apesar de ser iniciada pela espontaneidade humana, surge como relação, ela existe entre homens, em outras palavras, não é da essência do homem, considerado isoladamente, ser um “animal político” como pensava Aristóteles, mas por viver num mundo plural, a presença, o olhar do “outro”, é uma marca indelével do fenômeno humano, só podendo ser “apagada” em momentos de “delírio”.

Assim, a ação política acontece entre os homens, no processo de relação, nas trocas vivenciais estabelecidas entre os participantes, a comunidade e os técnicos. Para que isso aconteça, o TSF no âmbito do PAIF precisa ser operacionalizado a partir de procedimentos qualificados através de saberes profissionais baseados em princípios éticos e realizados com uma finalidade. Além disso, devem possuir a característica científica de construção de conhecimentos e da compreensão da realidade social, porquanto, não se trata de ações baseadas no senso comum (Brasil, 2012).

Com o CRAS, materializa-se a presença do Estado nos territórios e isso democratiza o acesso dos cidadãos aos seus direitos, conforme segue:

Assim, como no âmbito local se expressam as desigualdades sociais, também é no território que se encontram as potencialidades para o enfrentamento destas desigualdades. Todavia, voltar-se para o território não significa esperar que somente a solidariedade e a sinergia comunitária serão capazes de enfrentar as situações de desproteção social. Ao contrário, significa o reconhecimento pela política de assistência social que a organização dos serviços por territórios torna possível, com uma boa gestão, construir a perspectiva do alcance da universalidade de cobertura da política de assistência social, a partir de suas particularidades e especificidades, bem como o compromisso do poder público com a oferta adequada e acessível a serviços. (Brasil, 2009, p.13)

Uma dificuldade apresentada é que, em alguns municípios, o CRAS não está inserido no território de atendimento, como preconizado nos documentos. Isso acaba dificultando o trabalho dos técnicos de conhecer de fato a comunidade e reconhecer as demandas existentes nelas.

“O nosso tão sonhado PAIF era uma boa, é uma ótima forma de se vislumbrar isso né, através de mais eu acho assim, que o CRAS ele deveria ser inserido nos territórios [...] e por conta da demanda de como eu falei apagar incêndio, nós temos muito pouco tempo pra tá lá no território, vendo a demanda, organizando grupos, que nem eu falei pra você eu gosto de grupos, por mim eu faria só grupo, sabe, porque eu acho que fortalece mais eles acabam tendo conhecimento da sua comunidade, das suas potencialidades ocupando espaço” (Giannah)

Assim, é válido reconhecer que devido às demandas de trabalho, os técnicos encontram dificuldades em estarem presentes no território, conhecendo a comunidade,

percebendo a necessidade dos indivíduos e famílias para organizar as oficinas e ações comunitárias. Uma participante reconhece que as palestras podem contribuir com essa aproximação dos usuários com o serviço, sendo uma ação que os técnicos acabam utilizando para levar a informação à comunidade ao mesmo tempo em que também, pela identificação com as temáticas tratadas, podem também favorecer que as demandas sejam levadas dos usuários aos técnicos.

“As questões de quando a gente promove as palestras, eu acho que isso geralmente assim, dessa participação de todos sabe, porque daí eles se identificam bastante com alguns trabalhos, daí eles vem, relata, eu acho que é o que mais surte efeito assim,”
(Nashira)

Em relação às ações coletivas desenvolvidas no CRAS, é válido apontar que o volume II do caderno de orientações do PAIF traz as oficinas com famílias como uma ação que permite o convívio comunitário, o diálogo, a participação e fortalecimento de diversos grupos familiares. Dentre os objetivos das oficinas com famílias está a discussão de temas referentes às vulnerabilidades e riscos ou as potencialidades presentes no território, incentivando o acesso a direitos, o desenvolvimento do protagonismo, o fortalecimento dos laços comunitários e a participação social (Brasil, 2012).

Com isso, vê-se que nesta categoria de análise, relativa à participação, as oficinas apareceram como uma das ações realizadas no CRAS que podem contribuir com a participação popular. As psicólogas entrevistadas tiveram a percepção que o caminho coletivo pode propiciar espaços de transformação social. Houve ainda quem tivesse o entendimento de que seja realizado primeiramente um trabalho através das demandas particulares para então seguir o caminho das ações coletivas.

“Eu acho, porque eu sempre, eu sempre penso assim, que a gente tem que ir do particularizado para o coletivo, tipo fazer um, ter sempre um particularizado ali com a família, como se fosse uma preparação né pra conhecer ali a família, pra família conhecer o técnico e tal, pra depois você ir pra uma questão mais coletiva” (Maia)

Essa percepção é válida também para as oficinas porque elas devem acontecer a partir de um ponto de interesse comum entre os grupos familiares. Ao levantar as demandas particulares, o profissional pode, a partir delas, desenvolver um trabalho coletivo. “Elas possibilitam o entendimento de que os problemas vivenciados particularmente, ou por uma família, são problemas que atingem outros indivíduos e outras famílias reconhecendo, desta forma, nas experiências relatadas alternativas para seu enfrentamento” (Brasil, 2012, p.24).

Além disso, as oficinas permitem uma vivência da pluralidade da comunidade, dos diferentes pontos de vista das pessoas inseridas nos territórios, e podem gerar debates e discussões enriquecedoras para auxiliar no processo do protagonismo e autonomia desses indivíduos e famílias.

A pluralidade humana, conforme Hannah Arendt, se apresenta como condição necessária para a manifestação da ação e do discurso, e possui como características constitutivas dois aspectos, a saber, o da igualdade e o da distinção. Sendo iguais, os homens se perfilham enquanto participantes de um mundo comum, compreendem, assim, tanto as histórias que foram contadas por aqueles que viveram antes, quanto as que são construídas no tempo presente e ressoam no futuro, fazendo com que sejam capazes de planejar e de antever em alguma medida necessidades vindouras. Na distinção, os seres humanos constroem narrativas com o intuito de serem vistos e ouvidos, de se comunicarem, ou seja, de serem percebidos pelos demais indivíduos [...]. (Castro, 2017, p.309)

Dessa forma, as oficinas realizadas no CRAS podem fortalecer a ação política dos indivíduos que delas participam e o psicólogo pode potencializar esses espaços através do desenvolvimento de diversas temáticas. Esse trabalho pode suscitar discussões em que as pessoas se percebam ao mesmo tempo como iguais, isto é, que compartilhem e comunguem suas experiências e realidades de forma que se percebam em unidade, ao passo que se entendam como plurais e possam visualizar novas formas e possibilidades de existir em comunidade, a partir da ação e do discurso.

“Ai eu acho que com as oficinas que a gente oferece, com os temas que a gente pensa, é, acho que de uma consciência maior em relação ao que acontece ali fora, da casa que eles vivem, fora dos problemas que eles têm, acho que de uma consciência maior do que existe pra fora do que eles vivem ali [...] é as oficinas, os grupos, acho que isso assim, os atendimentos individuais também, entendendo a participação popular no sentido de participar de uma vida para além da dela, não sei, tô entendendo dessa forma.” (Adhara)

Há também a orientação sobre as oficinas do PAIF em relação às ênfases a serem adotadas: voltadas à reflexão (com foco em determinado assunto a ser discutido ou em relação a uma experiência vivenciada), voltadas à convivência (com foco no sentimento de identidade e pertença), com as ações que permitam o diálogo e desenvolvam o vínculo comunitário, fortalecendo a rede social de apoio. Também podem ser voltadas à ação, com o propósito de desencadear um processo de mudança para que se alcancem direitos, através da participação social, do protagonismo e autonomia, buscando mudanças no território social (Brasil, 2012).

Nessa participação conjunta é possível encontrar as potencialidades presentes nesse mesmo território e a partir delas iniciar processos de mudanças que favoreçam esse protagonismo e autonomia das famílias. Nesse sentido, entendemos que o trabalho coletivo realizado através das oficinas pode propiciar a ação política e os psicólogos podem potencializar o espaço público do CRAS através dessas atividades de forma que propicie a mobilização popular.

Na fala da participante abaixo é possível perceber que não existe um único caminho para aproximar os usuários do espaço do CRAS, mas que divulgar e orientar sobre a possibilidade de participação nesses espaços pode se constituir enquanto um caminho eficaz para tal processo.

“[...] assim na verdade, existem vários caminhos, assim trabalho de orientação mesmo, é nós mesmos estar divulgando o que que é, explicando, chamando a comunidade pra reuniões, explicar, tá passando através de folhetos, tá fazendo algum movimento pra poder passar essas informações pra comunidade.” (Zaniah)

Também na fala de diferentes participantes apareceu a ideia de Ação Comunitária como uma estratégia que o psicólogo pode utilizar para incentivar essa participação popular, levando informação aos territórios, aproximando esses usuários das instâncias participativas presentes em lei como os conselhos e conferências e aproximando os usuários da política para a construção de um espaço comum.

“Ações comunitárias, os trabalhos em grupo, conscientizar eles primeiro a buscar essa participação popular, primeiro eles tem que saber o que que é e se interessar, então pra isso primeiro precisa de um contato no território né, sai do CRAS e ir para o território, já que o CRAS não fica no território.” (Giannah)

Enquanto definição, são também ações coletivas que mobilizam diversos grupos do território para um objetivo comum, podem atingir um número maior de pessoas que as oficinas e têm por foco o protagonismo das famílias frente as suas demandas, possibilitando trazer visibilidade pública de seus anseios e necessidades enquanto sujeitos de direitos. Dentre os objetivos das ações comunitárias no âmbito do PAIF, tem-se:

[...] promover a comunicação comunitária, a mobilização social e o protagonismo da comunidade; fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território, desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e a organização comunitária – por meio, principalmente, do estímulo à participação cidadã. (Brasil, 2012, p.37).

Assim, entende-se que as ações comunitárias também podem propiciar a participação popular dos usuários do CRAS tanto na construção da Política Pública de Assistência Social, participando dos espaços de controle social, como também na compreensão do seu próprio território, das potencialidades advindas da comunidade que vivem, favorecendo a organização comunitária e estimulando o envolvimento social de participação e coletividade dessas pessoas.

Outra questão apontada pelas participantes é justamente essa participação dos usuários nos espaços de controle social, como conselhos e conferências. Elas acreditam que muitas pessoas não têm conhecimento de como funcionam os conselhos e de como podem participar,

e acreditam que informar a população quanto a isso permitirá uma maior participação da comunidade na construção da política.

“[...] ah... vou pegar um exemplo, como os conselhos mesmo, muitas pessoas não tem conhecimento pra que que serve um conselho, essas reuniões do conselho da assistência, o conselho do idoso, o conselho da criança, que objetivo, então assim, se as pessoas tivessem mais conhecimento sobre essas participação dentro da comunidade em si poderíamos fazer diferente, a história dessa política, a nossa própria história.” (Zaniah)

As instâncias de participação popular para acompanhamento, fiscalização e elaboração nas políticas públicas a partir dos conselhos e conferências foi consolidada com a Constituição Federal de 1988, conforme já expusemos na seção 2. Com isso, permite que a sociedade civil além de fiscalizar, delibere sobre suas necessidades, trazendo elementos muito particulares de cada território do país e isso traz a percepção de que a pluralidade é valorizada na discussão democrática.

As participantes acreditam ainda que através de ações comunitárias nos bairros é possível incentivar os indivíduos e suas famílias a participar das instâncias de controle social. Uma participante acrescentou que os conselhos não têm de fato uma representatividade da população que precisaria participar, porque muitas vezes desconhecem o seu papel de atuação nesses espaços.

“Mais ações comunitárias, eu acredito. Ahm, desenvolver mais ações dentro mesmo nos bairros assim, é incentivar a... a participação em comitês, em conselhos, levar isso até a população, fazer eles saberem que eles sim têm direito de participar de conselhos de saúde, sim eles têm cadeira para participar de um comitê, o conselho da criança e do adolescente, sabe.... e eles muitas vezes ficam aquém disso, e muitas vezes esses comitês são organizados e amarrados de uma forma que a parte da representatividade da população que participa desses comitês são a população, mas a população que está mais aqui na região central, ou pessoas que já estão querendo ou não diretamente envolvidas com a gestão, que trabalham, ah eu vou chamar a dona Maria que trabalha lá na creche, ou fulano do setor da prefeitura, mas a população de fato que, a minoria, não é representada porque eles não sabem disso, eles não tem nem acesso.” (Giannah)

Em pesquisa realizada por Cotta et al (2011) sobre o conselho em saúde de Teixeiras/MG, verificou-se que no município de pequeno porte analisado além de não haver

paridade de participação, não há uma representação efetiva dos usuários da política, já que os participantes são indicados pelo gestor local, o que coaduna com a fala apresentada acima.

Uma das participantes apontou que em um grupo que estavam desenvolvendo no CRAS tinha como um dos objetivos informar os participantes do que era uma conferência e da importância dessas pessoas de participar desses espaços de deliberações.

“[...] era até um dos nossos objetivos quando a gente tava com esse grupo o ano passado, eu acho que tava indo nesse sentido, deles entenderem assim, o que era uma conferência, a gente falou algumas vezes sobre isso com eles, o que que era, né, qual que era o poder que tinha da participação deles mesmos, porque ia tá discutindo uma política que ia refletir é...diretamente na vida deles e tal” (Maia)

Esse poder de participação e da possibilidade de transformação da sua própria vida e da coletividade a partir dos espaços de participação presentes no Estado é o que confere condições para o exercício da democracia. Os indivíduos e suas famílias ao reconhecerem a importância da sua participação e de que são também responsáveis pela construção da Política Nacional de Assistência Social podem romper com a submissão e passividade diante das questões sociais e agir politicamente.

As participantes da pesquisa trouxeram que o psicólogo no CRAS pode favorecer e fortalecer o espaço de participação popular na esfera pública e nesses espaços contribuir com o aparecimento de discursos que impliquem na sociabilidade política. São nesses espaços que aparecem a ação e o discurso, conforme explicita Ferreira (2017, p.220) abaixo:

A esfera pública arendtiana é caracterizada pelo agón, sua natureza política é disputa entre sujeitos coletivos, e é o agir e o falar de tais sujeitos que a constitui como espaço político. É na esfera pública, lugar agonístico, que se formam as opiniões e as inter-relações das ações, lugar para a possibilidade do entendimento e do consentimento público, lugar também para o dissenso, para a diversidade de opiniões.

Assim, entende-se, através das falas levantadas, que as psicólogas entrevistadas acreditam que podem potencializar o CRAS a partir da acolhida dessas famílias, fortalecendo o vínculo com elas com base em uma escuta qualificada que valoriza os saberes advindos dessa comunidade e também por meio dos espaços coletivos que se materializam com as

oficinas e ações comunitárias, levando o conhecimento do que é o CRAS à população e a informação referente aos espaços de participação como conselhos e conferências. Nesse sentido, vê-se que a ação política pode acontecer no e a partir do CRAS, ainda que essa possibilidade possua diversos tensionamentos, principalmente relacionados à diversidade e pluralidade do território associadas à grande demanda presente no serviço.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho tivemos como questão central a relação entre o trabalho do psicólogo e a ação política no espaço do CRAS. Partimos de dois pressupostos: primeiro, que o CRAS se configura como um espaço público que pode viabilizar essa participação popular a partir da ação dos técnicos e, segundo, que a Psicologia é uma ciência que não pode ser neutra e asséptica e que as ações desenvolvidas com indivíduos e grupos tem impacto político no coletivo capaz de transformar a sociedade.

Caminhamos na tentativa de compreender social e historicamente a constituição da participação popular no Brasil e percebemos a presença ainda marcante de práticas de caridade e assistencialistas que, por tantos anos, foram centrais nas ações desenvolvidas ao público em vulnerabilidade social as quais o SUAS procura romper. Percebemos que é presente a ideia de cidadania regulada na Seguridade Social, na qual os aspectos que deveriam ser universalizados para o acesso aos benefícios esbarram em critérios, principalmente relacionados à renda, não abarcando a multidimensionalidade do conceito de vulnerabilidade e pobreza.

Diversas pesquisas encontradas apontaram que o público presente no CRAS é composto por mulheres, sendo elas além de responsáveis familiares no Cadastro Único também participam das atividades e acompanhamentos desenvolvidos. Nesse sentido, entendemos que para pensar a participação popular no CRAS é necessário ter conhecimento acerca do público atendido e como o conceito de vulnerabilidade social aparece a partir dele.

Com a Constituição Federal de 1988 foi possível obter grandes avanços na ampliação da participação democrática, principalmente com a previsão do controle social na fiscalização e deliberação das políticas públicas. Ela foi resultado de um intenso movimento social na busca pela redemocratização do país e trouxe em seu texto os elementos necessários para a viabilização do SUS e posteriormente do SUAS.

Percebemos que embora haja um aumento do número de conferências e de consolidação de conselhos municipais, não há uma efetiva participação do público alvo dessas políticas, seja pela incompreensão do seu papel, pela descrença nas ações do Estado, pelo crescente processo de fechamento em si mesmo observado a partir da modernidade pelo qual o homem encontra-se às suas demandas individuais ou ainda, às dificuldades próprias referentes ao acesso a campos de participação e ao pensar a vida em coletividade.

Nesse sentido, para compreender essa ação política e a relação do homem com o espaço público nos valem dos pressupostos de Hannah Arendt. Observamos que, atualmente, as pessoas ocupam o espaço público para reivindicar necessidades e demandas individuais e dificilmente se organizam para pensar coletivamente sobre um assunto que não perpassa aquilo que necessitam. As vozes que aparecem se dissolvem na esfera social, sem a compreensão de seus efeitos em uma dimensão coletivizada.

Percebemos que o CRAS se configura potencialmente em um espaço público, porque além de abarcar fronteiras que ultrapassam a delimitação geográfica sendo marcadas pelas relações existentes, os conflitos, as potencialidades e vulnerabilidades, que envolvem o espaço da sociabilidade também pode reunir anseios coletivos, posicionamentos políticos, trocas e vivências, ação e discurso, e principalmente a convivência com a pluralidade.

Apontamos também a necessidade de que as ações desenvolvidas partindo da perspectiva da matricialidade familiar abarquem também o território, para que seja possível articular as diversas políticas públicas, buscando o entendimento macrossocial da vulnerabilidade social a partir de uma visão intersetorial e voltadas para um olhar transdisciplinar.

Nesse espaço, o psicólogo pode através de suas ações, desenvolver um trabalho que aproxime esse coletivo, reúna essa pluralidade e abarque questões que possibilitem a

participação da população. Sabemos também que o papel da Psicologia no CRAS ainda está em construção e que não existe um modelo único para o desenvolvimento das ações.

Ao conversar com as oito psicólogas atuantes nos CRAS pudemos perceber que ainda existe muita dificuldade em saber qual é o papel da Psicologia nesse espaço. A confusão reside influenciada pelo processo de formação que ainda abarca conteúdos que respondem ao processo hegemônico de uma Psicologia com olhar individualizante e clínico.

Percebe-se que as participantes tiveram dificuldade na sua inserção no CRAS, pois consideram que os documentos que parametrizam o trabalho não oferecem bases suficientes para compreender o papel a ser desempenhado e que se sentem desamparadas em relação à contribuição da Psicologia nesse campo.

Foi possível demarcar também que tem sido solicitado ao profissional que em suas ações trabalhe a partir de uma perspectiva que leve em conta a interdisciplinaridade, a intersetorialidade, o olhar voltado ao coletivo, tendo em vista o compromisso social da profissão. Contudo, a formação inicial muitas vezes não oferece o respaldo necessário para essa atuação na Política Nacional de Assistência Social. Entretanto, mesmo nesse contexto, seis participantes apontaram que os estágios, as reflexões críticas acadêmicas e o trabalho coletivo abordado nas disciplinas contribuíram para suas atuações nas políticas públicas de forma geral.

Essas incertezas associam-se a uma carga de trabalho excessiva, principalmente relacionadas às demandas urgentes de benefícios eventuais que exigem ações imediatas e dificultam o trabalho e o acompanhamento das famílias para o desenvolvimento do PAIF. Atrelado a isso, as rotinas e burocracias, bem como a precariedade do serviço e a não inserção do CRAS nos territórios (realidade observada em especial nas cidades de pequeno porte nas quais o equipamento se encontra na região central), demandam mais tempo dos psicólogos e

estes se sentem sobrecarregados e com dificuldade de exercer um trabalho mais aprofundado com cada família.

Em meio a isso, elas apontaram que acreditam que o CRAS possa ser um espaço público de participação popular e que poderiam realizar essas ações através do PAIF, aproximando as famílias do serviço, trazendo-as para o planejamento das ações, realizando oficinas e ações comunitárias para fortalecer a convivência da pluralidade e ouvindo as vozes coletivas. Elas têm ciência de que suas ações podem ter implicações políticas e aproximar esses usuários. Mesmo em meio à rotina excessiva de trabalho e demandas diversas, elas indicaram a crença de que podem fazer a diferença para desenvolver transformações na sociedade e comunidade, reconhecendo a importância do trabalho no território.

Elas apontam a necessidade de levar ao conhecimento dos indivíduos e comunidades as ações que o CRAS desenvolve para além dos benefícios sociais sendo que muitas vezes as pessoas que realmente necessitam do acompanhamento não chegam até o serviço por desconhecimento dessas ações. Indicaram também a necessidade de informar os cidadãos dos espaços formais de participação popular, tais como os conselhos e conferências, para que de fato participem ativamente.

Isso nos permite dizer que as psicólogas participantes da pesquisa conseguem reconhecer seu compromisso com a sociedade na atuação com nas políticas públicas. As angústias e incertezas compõem também suas vivências laborais, haja vista o próprio SUAS está em construção e a inexistência de um modelo único de atuação. Por isso os desafios ainda são imensos e exigem constantes replanejamentos diários de quem atua na política.

Existem parâmetros nos documentos que configuram o ideal a ser realizado, mas a realidade ainda oferece dificuldades diversas para profissionais e usuários. Romper com a lógica assistencialista não é uma tarefa fácil e rápida, mas atuar na perspectiva política de

autonomia e protagonismo, reconhecendo os usuários como cidadãos é o olhar mínimo necessário para uma atuação comprometida com as transformações coletivas e sociais.

Ainda há muito que se conhecer nas práticas dos psicólogos no CRAS, visto que a falta de parâmetros sólidos abre margem para uma pluralidade de práticas. Também há muito ainda que se pensar sobre a formação em Psicologia e como as universidades podem ofertar possibilidades formativas que permitam ao profissional atuar em diversos campos, minimizando também as angústias e incertezas que ainda são enormes para quem vai atuar no CRAS.

Sendo este um objeto de estudo que não se encerra em si mesmo, acreditamos que a pesquisa traz a oportunidade de pensar sobre a ação política no CRAS e, assim abre caminhos para que se pesquise sobre ações efetivas que já aconteçam nesse espaço, como se delineiam, e quais os impactos sociais dessas ações na comunidade. Isso poderá contribuir também para a compreensão da operacionalização da Política Nacional de Assistência Social em relação à participação popular e a prática do psicólogo atrelada à dimensão política como também para um aprofundamento de um debate acerca da formação inicial do psicólogo no que tange às possibilidades de inserção nesse campo.

REFERÊNCIAS

- Andrade, L.F. de (2009) *O psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Fortuna – Minas Gerais: Na trilha cartográfica dos territórios subjetivos*. (Dissertação de Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG, Retrived from: http://pucmg.br/documentos/dissertacoes_laura_freire.pdf
- Andrade, L.F. de, & Romagnoli, R.C. (2010) O psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(3), Retrived from: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n3/v30n3a12.pdf>
- Arendt, H. (1993) *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Arendt, H. (2004) *A condição humana*. (10ª ed.) Rio de Janeiro: Forense Universitaria.
- Arendt, H. (2007). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arendt, H. (2016) *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Auad, D., Pedrosa, J.C.H., Martimiano, M.L., & Tanganelli, R.F. (2004). Mecanismos de participação popular no Brasil: Plebiscito, referendo e iniciativa popular. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, 291-323, Retrived from: <http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/viewFile/73/73>.
- Araujo, M.E. (2014) *A atuação do psicólogo no CRAS e o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Araujo, F.I.C. (2010) “...Mas a gente não sabe que roupa deve usar”: Um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social. (Dissertação de Mestrado), Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Retrived from: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17415/1/Fabiana%20Itaci%20Correa%20de%20Araujo.pdf>
- Avritzer, L. (2008) Instituições participativas e desenho institucional: Algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião pública*, 14(01). doi: 10.1590/S0104-62762008000100002
- Avritzer, L. (2012) Conferências Nacionais: Ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. *IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Retrived from: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1739.pdf
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Presses Universitaires de France, França.
- Barros, H.F. (2012) A esfera social e o homem de massa. *Cadernos do PET Filosofia*, 3(6), 27-34.

- Bartholo, L., & Araújo, L. R. C. (2008) Em busca das famílias reconstituídas: mapeamento dos arranjos familiares da população brasileira de baixa renda por meio do Cadastro Único de Programas Sociais. *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, Minas Gerais, Brasil.
- Bassi, L.L., & Almeida, C.C.R. (2014) A representação política nos conselhos gestores: Desafios conceituais e práticos. In Romão, W.M., Martelli, C.G.G., & Pires, V. (orgs.) *Participação política no Brasil: Ação coletiva e interfaces socioestatais*. Cultura acadêmica, Retrived from: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126230/ISBN9788579835667.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Bauman, Z. (2000) *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2003) *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2010) *Capitalismo Parasitário*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Behring, E.R., & Boschetti, I. (2011) *Política social: Fundamentos e história*. 9 ed. São Paulo: Cortez.
- Boni, V., & Quaresma, S.J. (2005) Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em tese*, Florianópolis, Retrived from: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>
- Bonorino, R.C. (2015) *Estudo sobre a satisfação dos usuários do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Sobradinho – RS*. (Trabalho de Conclusão de Curso), Pós-graduação em Gestão Municipal (EAD), Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Retrived from: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14808/TCCE_GPM_EaD_2015_BONORINO_RODOGERIO.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Brasil. (2004) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. PNAS/2004. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2005). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil. (2009) *Caderno SUAS – Sistema Único de Assistência Social: Consolidação do SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.

- Brasil. (2011). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *NOB-RH Anotada e Comentada*. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2012) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas sobre o PAIF – volume 1*. Brasília, MDS.
- Brasil. (2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas sobre o PAIF – volume 2*. Brasília, MDS.
- Brasil. (2014) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais- reimpressão*. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2016). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil (2016) Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 8 de outubro de 1988. In *Vade Mecum Saraiva: OAB e concursos*. 9. ed. São Paulo: Saraiva.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2017) Censo SUAS 2017, MDS, Secretaria de avaliação e gestão da informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, Retrieved from:
<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>
- Buhler, D.N.C. (2016). *Controle Social: Desafios e possibilidades da participação social garantir o cumprimento da democracia política no SUS*. (Dissertação de Mestrado). Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Sergipe, Sergipe.
- Campos, C.J. (2004) Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, Retrieved from: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>
- Carraro, D., Paiva, B., & Rocha, M. (2010) Participação popular e assistência social: Contraditória dimensão de um especial direito. *Revista Katálysis*, 13(02), 250-259. Retrieved from: <http://www.redalyc.org/html/1796/179616095012/>
- Catani, L.O., & Silva, J.B. (2017) Políticas públicas contra o machismo como instrumento viabilizador de reconhecimento e efetivação da cidadania feminina. *Revista Húmus*, 7(20), Retrieved from:
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/6756/4835>
- Carvalho, P.R., & Mansano, S.R.V. (2017) Família e biopolítica: a destruição da intimidade nas sociedades contemporâneas, *Psicologia em Estudo*, 22(2). doi: 10.4025/psicoestud.v22i2.34803
- Castro, C.B.F. (2017) A esfera da ação como espaço de aparecimento dos homens em Hannah Arendt. Porto Alegre, *Revista Opinião Filosófica*, 8(1), Retrieved from:
<http://periodico.abavaresco.com.br/index.php/opiniaofilosofica/article/view/740/670>

- Cenci, A.V., & Casagrande, E.A. (2018) Alteridade, ação e educação em Hannah Arendt. São Paulo, *Cadernos de Pesquisa*, 48(167). doi:10.1590/198053144664
- Chizzotti, A. (1995) *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2. Ed, São Paulo: Cortez.
- Chizzotti, A. (2003) A Pesquisa qualitativa em Ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 16(02), p. 221- 236, Retrived from: <http://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf> .
- Conselho Federal de Psicologia. (2007). *Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Retrived from: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2008-CREPOP-CRAS-SUAS.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (2018) Ano de formação da Psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. *Conselho Federal de Psicologia, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, Federação Nacional dos Psicólogos*, São Paulo, Retrived from: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/07/RELAT%C3%93RIO-FINAL-REVIS%C3%83O-DAS-DIRETRIZES-CURRICULARES-NACIONAIS-PARA-OS-CURSOS-DE-GRADUA%C3%87%C3%83O-EM-PSICOLOGIA.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (2018) A Psicologia brasileira apresentada em números. *Conselho Federal de Psicologia*, Retrived from: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>
- Conselho Federal de Serviço Social. Conselho Federal de Psicologia.(2007) Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social, Brasil, *Conselho Federal de Psicologia – CFP, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS*, 52 p., Retrived from: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/09/relatorio_atuacao_psi_pas.pdf
- Costa, M.M.M.da, & Marques, G. (2018) Espaço público, cidadania e educação: questões fundamentais. *Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade*. Retrived from: <http://periodicos.unesc.net/AnaisDirH/article/view/4641/4240>
- Cotta, R.M.M., Martins, P.C., Batista, R.S., Franceschini, S.C.C., Priore, S.E., & Mendes, F.F. (2011) O controle social em cena: refletindo sobre a participação popular no contexto dos conselhos de saúde. *Physis: revista de saúde coletiva*, Retrived from: <https://www.scielo.org/article/physis/2011.v21n3/1121-1138/>
- Cruz, L., Rodrigues, L., & Battistelli, B. (2018) A política de Assistência Social: relações entre vulnerabilidade, risco e autonomia. *Revista Polis e Psique*, 8(03), Retrived from: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/187860/001084988.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Cury, B.M., & Neto, J.L.F. (2014) Do currículo mínimo às diretrizes curriculares: os estágios na formação do psicólogo, Belo Horizonte, *Psicologia em Revista*, 20(3), Retrieved from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v20n3/v20n3a06.pdf>
- Dagnino, E. (2004) Sociedade civil, participação e cidadania: De que estamos falando? In Mato, D. (cord.). Políticas de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: *FACES*, Universidad Central de Venezuela.
- Dallari, S.G., & Oliveira, A.M.C. (2015) Participação Social no contexto da Atenção Primária em saúde: Um estudo de caso das comissões locais de saúde do SUS de Belo Horizonte. *Revista de Saúde Coletiva*, 25(04), 1059-1078. doi: 10.1590/S0103-73312015000400002.
- DaMatta, R. (1997) *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. (5ª ed.) Rio de Janeiro: Rocco.
- Dantas, C. M. B. (2013) *A ação do psicólogo na Assistência Social: "Interiorização da profissão" e combate à pobreza*. (Tese de Doutorado). Pós –graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Decreto n. 6135, de 26 de junho de 2007. (2007) Dispõe sobre o Cadastro Único para programas sociais do governo federal e dá outras providências. Brasília, DF. Retrieved from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm
- Degenszajn, R. R., & Couto, B. R. (2011) O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. V *Jornada Internacional de Políticas Públicas*, Maranhão, Brasil. Retrieved from: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MESAS_TEMATICAS/O_SISTEMA_UNICO_DE_ASSISTENCIA_SOCIAL_NO_BRASIL.pdf
- Dentz, K.K.M.V., & Oliveira, E.L. da C. (2013) O psicólogo no CRAS: uma nova experiência. *Revista Psicologia em Foco*, 5(05), p.82-100, Retrieved from: <http://www.revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/1103/1580>
- Domitrovic, N., Araujo, M.D., & Quintanilha, B.C. (2013) O papel do mediador no incentivo à participação das comunidades nas ações de promoção da saúde. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15(01), 81-91, Retrieved from: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000100007.
- Duarte, A. (2010) Hannah Arendt: repensar o direito à luz da política democrática radical. *Revistas Estudos Políticos*, Retrieved from: <http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2010/06/0p45-63.pdf>.
- Faria, E.M., Witt, R.R., & Soratto, J. (2010). Participação popular e controle social em saúde: Desafios da estratégia saúde da família. *Revista de Saúde Coletiva*, 20(04), 1227-1243. doi: 10.1590/S0103-73312010000400009.

- Faria, R.M. (2013) A territorialização da atenção primária à saúde no sistema único de saúde e a construção de uma perspectiva de adequação dos serviços aos perfis do território. *Hygeia*, 9(16). Retrived from:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/19501>
- Feliciano, A. L., & Oliveira, J.L.de (2017) A educação sob a perspectiva política de Hannah Arendt. *Contextura*, 8(09), 5-17, Retrived from:
<https://seer.ufmg.br/index.php/revistacontextura/article/view/3129/pdf>
- Ferreira, E.P. (2017) O espaço público e a cidadania: contribuições de Hannah Arendt. *Sapere Aude*, 8(15), 211-226, Retrived from:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2017v8n15p211/12035>
- Fontanella, B.J.B., Ricas, J., Turato, E.R. (2008) Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, Retrived from: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>
- Franciscatti, K.V.S., Câmara, R.S., Ribeiro, D.R., & Costa, M.R. (2017) Conhecimento e emancipação: apontamentos para uma psicologia crítica. In Vieira-Silva, M., Vechia, M.D., Paiva, F.S.de, Cardoso, L.F.V., Mazini, J.C., & Machado, M.N.M. (orgs.) *Democracia, política e psicologia social: Rupturas e consolidações*, Florianópolis, ABRAPSO, Retrived from:
http://www.abrapso.org.br/resources/download/1509388603_ARQUIVO_Democracia,politicaepsicologiasocialrupturaseconsolidacoes.pdf
- Franzese, C. (2006) Mudanças recentes no Estado brasileiro: A reforma do modelo nacional desenvolvimentista – entre a garantia de direitos e a abertura do mercado. In Albuquerque, M.C. (org.) *Participação popular em políticas públicas: Espaço de construção da democracia brasileira*. São Paulo: Instituto Pólis. Retrived from::
http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/406/POLIS_participa%20E7ao_popular_politicas_publicas.pdf?sequence=1
- Freitas, M.F.Q.de (2007) Psicologia na comunidade, Psicologia da comunidade e Psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In Campos, R.H.F. (org.) *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia*, Petrópolis, Vozes, Retrived from: <http://pos.eicos.psychologia.ufrj.br/wp-content/uploads/texto-Bader-Burihan-Sawaia.pdf#page=14>
- Gomes, W. (2005) Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista FAMECOS: Mídia, cultura e tecnologia*, 58-78, Retrived from:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550183008>
- Guzzo, R. S. L. (2016) A quem a Psicologia serve? Sobre a importância da Psicologia comunitária. In Ximenes, V.M., Sarriera, J.C., Bonfim, Z.A.C., & Alfaro I, J. (orgs.) *Psicologia comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres*. Conferência Internacional de Psicologia Comunitária, Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora, Retrived from: <http://www.gep-inpsi.org/wp-content/uploads/2018/06/A-quem-a-Psicologia-Serve-In-Psicologia-Comunit%C3%A1ria-no-Mundo-Atual.pdf>

- Hopenhayn, M. (2002) A cidadania vulnerabilizada na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(02), 5-18, Retrived from: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/310>
- Hüning, S.M., Cabral, R.J., & Ribeiro, M.A.T. (2018) Nas margens: psicologia, assistência social e territorialidades, *Revista Polis e Psique*, 8(3), 52-69, doi: 10.22456/2238-152X.86108
- Koga, D. (2006) A política de assistência social no Brasil: A assistência social como política de proteção social. In Albuquerque, M.C. (org.) *Participação popular em políticas públicas: Espaço de construção da democracia brasileira*. São Paulo: Instituto Pólis. Retrived from: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/406/POLIS_participa%20ao_popular_politicas_publicas.pdf?sequence=1
- Lei nº 8.742.(1993) *Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: DF.
- Lei nº 8.080. (1990) *Lei Orgânica de Saúde (LOS)*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: DF.
- Lei nº 8142. (1990). Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília: DF.
- Litenski, A.C.de L., & Souza, C.G.de (2017) Psicólogos no Sistema Único e Assistência Social (SUAS): considerações acerca da formação profissional em instituições públicas do estado do Paraná, *Emancipação*, Ponta Grossa, 17(01). doi: 10.5212/Emancipacao.v.17i1.0005
- Longhi, J.C., & Canton, G.A.M. (2011) Reflexões sobre a cidadania e os entraves para participação popular no SUS. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, 21(01), 15-30. doi: 10.1590/S0103-73312011000100002.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2011) Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 296-313, Retrived from: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a08>
- Magalhães, M., Stralio, M., Keller, M. & Gomes, W.B. (2001) Eu quero ajudar as pessoas: a escolha vocacional da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(2), doi: 10.1590/S1414-98932001000200003
- Maranhão, T.A., & Teixeira, A.C.C. (2006) Participação no Brasil: dilemas e desafios contemporâneos. In Albuquerque, M.C. (org.) *Participação popular em políticas públicas: Espaço de construção da democracia brasileira*. São Paulo: Instituto Pólis. Retrived from::

- http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/406/POLIS_participa%E7ao_popular_politicas_publicas.pdf?sequence=1
- Mateos, S. B. (2011) Participação popular: a construção da democracia participativa. *IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Retrieved from: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2493:catid=28&Itemid=23.
- Mauriel, A.P.O. (2010) Pobreza, seguridade e assistência social: Desafios da política social brasileira. *Revista Katál Florianópolis*. 13(02), 173-180, Retrieved from: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/04.pdf>
- Medeiros, A.C.B. (2014) Concepções de família presentes no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. *Temporalis*, 14(28), 275-296, Retrieved from: <http://portaldepublicacoes.ufes.br/temporalis/article/view/7192/6156>
- Miguel, L. F. (2014) Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bordieu. *Novos estud. - CEBRAP*, 145-161, Retrieved from: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n98/08.pdf>
- Mioto, R. C. T., & Nogueira, V. M. R. (2006) Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os assistentes sociais. In Mota, A. E. S., Gomes, L., Bravo, M.I.S., Teixeira, M., Marsiglia, R.M.G., & Uchoa, R. (Orgs). *Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional*. ABEPSS/OPAS.
- Miron, A. X., & Guareschi, N. M. de F. (2017) Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. *Psicologia Ciência e Profissão*. doi: 10.1590/1982-3703000952014
- Monteiro, S.R.R.P. (2011) O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, 17(02), Retrieved from: <http://www.rsd.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695>
- Morais, L.M.V. (2014) *A política de assistência social sobre a perspectiva dos sujeitos: a experiência dos usuários do CRAS de Juiz de Fora/MG*. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Retrieved from: http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2014/01/livia_morais.pdf
- Nery, V. B. (2009) *O trabalho de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social: Saberes e direitos em questão*. (Tese de Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo.
- Ortega, F. (2011) Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. *Trans/Form/Ação*, 24(01), 225-236. doi: 10.1590/S0101-31732001000100015.
- Oliveira, I. F. et al. (2014). Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. *Psicologia & Sociedade*, 26(02). Retrieved from: <http://submission.scielo.br/index.php/psoc/article/view/120302/9027>

- Oliveira, I.F., & Costa, A.L.F. (2018) *Psicologia e política social: história e debate*. In Cordeiro, P.M., Svartman, B., Souza, L.V. *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo, Instituto de Psicologia, Retrieved from: http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/212/191/890-1?inline=1&fbclid=IwAR31EbbMx8i6ngMwunLglFBWpCGqRkceMdoBaFtnwk7tut_G2BgWHNoUns
- Paiva, F.S., Stralen, C.J.V., & Costa, P.H.A. (2014) Participação social e saúde no Brasil: revisão sistemática sobre o tema. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(02), doi: 10.1590/1413-81232014192.10542012.
- Pereira, V.T. (2013) A psicologia no mundo da vida: representações sociais sobre os (as) usuários (as) do CRAS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS, Retrieved from: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72768/000884828.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Petrúcio, M.M.C. (2016) *Controle social no sistema único de saúde (SUS): Percepção sobre a responsabilidade legal dos conselhos de saúde e seus integrantes*. (Dissertação de Mestrado), Universidade de São Paulo.
- Raichelis, R. (2015) *Esfera pública e conselhos de assistência social: Caminhos da construção democrática*. 7ª ed. São Paulo: Cortez.
- Rechtman, R. (2015) O futuro da psicologia brasileira: uma questão de projeto político, Salvador, *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*. doi: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v4i1.578>
- Reis, C. dos, & Guareschi, N.M.F. (2010) Encontros e desencontros entre Psicologia e Política: deformando e transformando profissionais de saúde. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(04), Retrieved from: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n4/v30n4a14>
- Ribeiro, K.S. (2017) A vigilância socioassistencial e o fortalecimento do caráter público na política de assistência social. *Revista NAU Social*, 7(13), 145-160, Retrieved from: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/595/464>
- Ribeiro, M.L., Silva, F.O., Braga, M.C.B. & Malta, H.L. (2018) Por quais motivações estudantes escolhem a carreira profissional? Campinas, *Revista Educ. PUC-Campinas*, 23(2). doi: 10.24220/2318-0870v23n2a3903
- Ribeiro, M.E., & Guzzo, R.S.L. (2014) Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. São João del-Rei, *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(1), Retrieved from: http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/837/651
- Ribeiro, K.S., & Wanderley, M. B. (2014) A política de assistência social e a qualidade da oferta: Debatendo a vigilância socioassistencial. *Serviço Social & Realidade*, 23(2).

- Rocha, J.D., & Bursztyn, M.A. (2005) A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 7(11), Retrived from: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/496>
- Romagnoli, R.C. (2012) O SUAS e a formação em Psicologia: Territórios em análise. *ECOS- Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 1(2), Retrived from: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/683/662>
- Romagnoli, R.C. (2016) Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, 28(01), Doi: 10.1590/1807-03102015v28n1p151
- Sader, Eder. (1988) *Quando novos personagens entraram em cena*. 2ªed, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Santos, K.L. (2015) *Resistências e controles no PAIF/CRAS: o desafio de desnaturalizar práticas e inventar possíveis*. (Dissertação Mestrado). Pós-graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo.
- Santos, N.R. (2006) Desenvolvimento do SUS, rumos estratégicos e estratégias para visualização dos rumos. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 429-435, Retrived from: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n2/a19v12n2>
- Scisleski, A. C. C., Gonçalves, H.S., & Da Cruz, L.R. (2015) As práticas da Psicologia nas políticas públicas de assistência social, segurança pública e juventude. *Revista de Ciências Humanas*, 49(2). doi: 10.5007/2178-4582.2015v49n2p60
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sennet, R. (2016) *O declínio do homem público*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Record.
- Senra, C.M.G., & Guzzo, R. S. L. (2012) Assistência social e psicologia: Sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. Minas Gerais, *Psicologia & Sociedade*, Retrived from: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/05>
- Silva, P.L.B. (2003) Serviços de saúde: O dilema do SUS na nova década. *São Paulo em Perspectiva*, 17(01). doi: 10.1590/S0102-88392003000100008
- Silva, A.C. R. da (2015) *Empoderamentos e vulnerabilidades: uma análise do discurso de psicólogos que atuam em Centros de Referência de Assistência Social*. (Dissertação de Mestrado), Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Paraná – UFPR.
- Silva, M.L. (2017) A ideia de espaço público em Hannah Arendt. *Cadernos Zygmunt Bauman*, 7(13), 117-133, Retrived from: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/7348/4593>
- Silva, J.P.F. da, & Bezerra, A.P.F. (2018) A psicologia no contexto das políticas públicas de assistência social. Aracaju, *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, 7(1). doi: 10.17564/2316-3801.2018v7n1p119-126

- Silva, R.B., & Carvalhaes, F.F.de (2016) Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções, *Psicologia & Sociedade*, 28(2). doi: 10.1590/1807-03102016v28n2p247
- Silva, M.S.S.da, & Xavier, D.G. (2015) Hannah Arendt e o conceito de espaço público. Universidade do Contestado, *Revista Profanações*, 2(01). doi: 10.24302/prof.v2i1.856
- Siqueira, K. O. & M.; Lino, M. V. (2013) Assistência Social e biopoder: produzindo “vulnerabilidades”, prevenindo “riscos” e normalizando as formas de viver. *Mnemosine*, 9(2), Retrived from: http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/307/pdf_273
- Souza, C.G., & Bourguignon, J.A. (2016) Ações socioeducativas: Estratégias para o favorecimento do protagonismo no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). *Pleiade*, 10(20), Retrived from: <http://revista.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/309/269>
- Souza, L.C.G.de, & Filho, E.A.S. (2009) O lugar da Psicologia social na formação dos psicólogos. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), Retrived from: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a12v21n3.pdf>
- Stopa, R. (2012) *A implantação do Sistema Único de Assistência Social no município de Ourinhos-SP: A contribuição do Serviço Social*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Ourinhos - SP.
- Torres, A. P. R. (2007) O sentido da política em Hannah Arendt. São Paulo, *Trans/Form/Ação*, 30(2), 235-246, Retrived from: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a15v30n2.pdf>
- Un, J.A.W., Silva, I.L.R., & Reis, I.N.C. (2014). Espaço Público na Atenção Básica de Saúde: Educação popular e promoção da saúde nos Centros de Saúde-Escola do Brasil. *Interface*, 18(02), 1161- 1173. doi: 10.1590/1807-57622013.
- Vinuto, J. (2014) A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, Brasil, Retrived from: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144/1637>
- Yamamoto, O. H. (2012) 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? Brasília, *Psicologia Ciência e Profissão*,doi: 10.1590/S1414-98932012000500002
- Yamamoto, O.H., & Oliveira, I.F. (2010) Política social e Psicologia: Uma trajetória de 25 anos. Brasília, *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 26(especial), Retrived from: <https://revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/view/484/80>
- Yamamoto, O. H. (2007) Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: Perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. Minas Gerais, *Psicologia & Sociedade*, Retrived from: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v19n1/a05v19n1.pdf>

Yazbek, M.C. (2016) *Classes subalternas e Assistência Social*. (9ªed.) São Paulo: Cortez.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista

		N°
Tempo de Formação:		Local de Formação:
CRAS: ()Porte I ()Porte II ()Médio ()Grande		Cargo: ()Equipe Técnica de Referência ()Equipe Volante
Vínculo Empregatício:		Tempo de trabalho no CRAS:
Data: __/__/____		
<ol style="list-style-type: none"> 1) Conte-me como foi sua trajetória de formação em Psicologia. Você considera que sua formação contribuiu na sua atuação profissional no CRAS? 2) Considerando o que os documentos de orientação ao trabalho do psicólogo no CRAS apontam, o que você considera que seja o objetivo do trabalho do psicólogo no CRAS? 3) Explique como você desenvolve o seu trabalho no CRAS. 4) Como você considera a finalidade do trabalho que desenvolve no CRAS? 5) O que você entende por participação popular? 6) Você acredita que o CRAS possa ser um espaço para participação popular? Se sim, de qual maneira? Se não, porque? 7) Você acredita que alguma prática psi poderia auxiliar o processo de participação popular no CRAS? Se sim, de qual maneira? Se não, porque? 8) Você participa das reuniões ou comissões do CRP de sua região? 		

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

“O psicólogo como potencializador do espaço público do CRAS para a participação popular”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa **“O psicólogo como potencializador do espaço público do CRAS para a participação popular”**, a ser realizada no **“Estado do Paraná**. O objetivo da pesquisa é “Analisar, através da fala dos profissionais psi, como eles potencializam o CRAS para que seja um espaço de participação popular”. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma, a partir da realização de uma entrevista sobre a temática que será gravada e posteriormente transcrita.

Esclarecemos que sua participação é **totalmente voluntária**, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para **os fins desta pesquisa** e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. O áudio será gravado e depois de transcrito será **descartado**, mantendo-se apenas o conteúdo escrito oriundo da entrevista para o desenvolvimento da pesquisa. Os participantes serão identificados na transcrição por um número para garantir o sigilo. O conteúdo escrito após utilizado na pesquisa será descartado.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são associados à possibilidade de reflexão da sua prática, de oportunidade de verbalizar sua atuação e revisitar aspectos do seu trabalho, o que pode contribuir para uma melhor percepção de sua atuação motivando a buscar novas perspectivas em sua prática profissional. Quanto aos riscos, se referem à possibilidade que no momento da entrevista haja algum desconforto emocional, e caso ocorra, a entrevista será imediatamente interrompida.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar Tayná Ceccon Martins, Avenida João Gualberto, nº1034, apto1501 Edifício Sidarta, Alto da Glória,

Curitiba-Pr, Celular: (44) 998261733, E-mail: taynaceccon@hotmail.com ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue à você.

Londrina, ____ de _____ de 201_.

Pesquisadora Responsável

Tayná Ceccon Martins RG: 9123201-4

_____ tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____